

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Ciências Contábeis

Libertas – Faculdades Integradas

2014

SUMÁRIO

1.	A INSTITUIÇÃO	4
1.1	IDENTIFICAÇÃO	4
1.2	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	5
1.3	IDENTIDADE CORPORATIVA.....	6
1.3.1	Missão	6
1.3.2	Visão	6
1.3.3	Valores	6
1.3.4	Princípios	7
1.3.5	Políticas de Ensino	8
1.4	INSERÇÃO REGIONAL	10
2.	O CURSO	15
2.1.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	18
2.1.3	Projeto Pedagógico de Curso – PPC: concepção do curso	26
2.1.4	Projeto Pedagógico de Curso – PPC: currículo	29
3.	CORPO DOCENTE	80
3.1.	POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO	80
3.2.	PLANO DE CARREIRA	80
3.3.	POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO.....	80
3.4.	CORPO DOCENTE DO CURSO: FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA	82
3.5.	CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	97
3.6.	CORPO DOCENTE DO CURSO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS ÚLTIMOS 3 ANOS.....	98
3.7.	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DO CURSO	98
3.7.1.	Da Secretaria Geral	99
3.7.2.	Da Tesouraria e da Contadoria.....	99
3.7.3.	Da Biblioteca.....	99
3.7.4.	Da Coordenadoria de Estágios	100
3.7.5.	Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão	100
3.7.6.	Do Departamento de Tecnologia da Informação	100
4.	INFRAESTRUTURA	101
4.1.	INSTALAÇÕES	101
4.2.	BIBLIOTECA	103
4.2.1.	Serviços prestados.....	103
4.2.2.	Política de renovação do acervo	104
4.2.3.	Infraestrutura física da biblioteca.....	104
4.3	LABORATÓRIOS	105
5.	ATENDIMENTO AO ESTUDANTE.....	107
5.1.	APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE	107
5.2.	POLÍTICA DE BOLSA.....	108

5.3.	PROGRAMA DE MONITORIA.....	109
5.4.	PROGRAMA DE NIVELAMENTO	109
6.	POLÍTICA DE AVALIAÇÃO	111
6.1.	– AVALIAÇÕES DO CURSO JÁ REALIZADAS PELO MEC OU OUTROS ÓRGÃOS REGULADORES	113
6.2.	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	114
7.	ANEXOS	116
7.1.	Regulamento de Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis da Libertas - Faculdades Integradas 2014	116
7.2.	Regulamento de Atividades Complementares dos cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Enfermagem da Libertas – Faculdades Integradas 2011	122
7.3.	Regulamento do Trabalho de Curso.....	126
7.4.	Regulamento Do Programa De Monitoria Acadêmica	140
7.5.	Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	146

1. A INSTITUIÇÃO

1.1 - IDENTIFICAÇÃO

MANTENEDORA:

FECOM – Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso

CNPJ: 24.903.999/0001-47 Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Av. Wenceslau Brás, 1.018

Bairro: Lagoinha

Cidade: São Sebastião do Paraíso UF: MG CEP: 37950-000

Fone: 0800 283 2400 Fax: (35)3531-1998

e-mail: libertas@libertas.edu.br

Sítio: www.libertas.edu.br

A FECOM - Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso, sucessora da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso, criada por Autorização da Lei Estadual nº 5.430 de 21 de maio de 1970, e instituída pelo Decreto Estadual nº 12.743, de 12 de junho de 1970, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e se rege por estatuto.

DIRIGENTES:

Presidente do Conselho Diretor: José Carlos Marinzeck

Formação Acadêmica: Químico Industrial

Presidente do Conselho Curador: Luiz Wagner Salgado

Formação Acadêmica: Pós-graduado em Gestão de Empresas

Diretor Executivo – Marcos Antonio dos Santos

MANTIDA:

Libertas – Faculdades Integradas

Telefone: (35) 3531.1998 – 0800 283 2400

e-mail: libertas@libertas.edu.br

Endereço: Av. Wenceslau Brás, 1.018

Bairro: Lagoinha

Cidade: São Sebastião do Paraíso

UF: MG CEP: 37950-000

Ato Legal: Aprovada pelo Conselho Estadual de Educação através do Processo nº 36109 - Parecer nº 1.185/07 de 25/09/2007, Homologação Ofício Gabinete SECTES. 446/2008 de 11/06/2008.

DIRIGENTE:

Diretor Acadêmico: Prof. M.Sc. Davidson Scarano

1.2- HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Libertas – Faculdades Integradas, é uma instituição de ensino superior, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, através do Processo nº 36109, Parecer nº 1185/07 de 25 de setembro de 2007, Homologação OF.SECTES.GAB 446/2008 de 11 de junho de 2008.

Os cursos de graduação oferecidos pela Libertas - Faculdades Integradas estão descritos na tabela 1.

Tabela 1- Cursos oferecidos pela Libertas – Faculdades Integradas, vagas oferecidas, duração e documento de autorização ou reconhecimento.

INÍCIO CURSO	Cursos	COD.	Vagas/ Período	Duração	Portaria Autorização/ Reconhecimento
1987	Administração	1	75	8 semestres	A autorização e reconhecimento do MEC conforme Decreto nº. 93.927 de 14/01/1987, e Portaria nº. 1.416, de 23/09/1994, sendo a renovação de reconhecimento estabelecida pela Portaria nº 520 MEC em 15/10/2013.
1970	Ciências Contábeis	2	62	8 semestres	Autorização Decreto Federal nº 69985, 20/01/1972, reconhecimento pelo Decreto Federal 78517, 30/09/1976, renovação de reconhecimento portaria nº 705 do MEC, 18/12/ 2013.
2004	Direito	3	90	10 semestres	Decreto CEE-MG S/N de 22/04/2004, publicado em 23/04/2004 reconhecido pelo artigo 63 da portaria Normativa MEC nº 40,

					12/12/2007.
2008	Enfermagem	9	50	10 semestres	Parecer 98 de 2007 e pelo Decreto S/N do CEE-MG de 06/08/2007 reconhecido pelo artigo 63 da portaria Normativa MEC nº 40, 12/12/2007.
2004	Sistemas de Informação	4	40	8 semestres	Decreto CEE-MG S/N 21/12/2007 e publicado em 22/12/2007 reconhecido pelo artigo 63 da portaria Normativa MEC nº 40, 12/12/2007.

1.3 IDENTIDADE CORPORATIVA

1.3.1 Missão

“Fomentar o desenvolvimento socioeconômico das pessoas e da comunidade, através do crescimento pessoal e profissional, disponibilizando recursos, condições e orientação geradores de habilidades e competências.”

1.3.2 Visão

“Estar entre as principais IES do mercado regional e ser referência de excelência em serviços educacionais”.

1.3.3 Valores

Pessoas

As relações entre a empresa e os empregados estão respaldadas no respeito, transparência e no comprometimento mútuos. O desempenho dos empregados está otimizado à medida que forem tratados e respeitados como indivíduos capazes de crescer e assumir responsabilidades. Nossos valores humanos essenciais são a participação e o trabalho em equipe. Valorizando o empenho, o entusiasmo, a criatividade e a competência para alcançar a excelência através do esforço conjunto. Nossa empresa reconhece aquelas pessoas e equipes que contribuem para os resultados da empresa. A performance dos empregados será eficaz quando focalizada em metas claramente definidas e previamente acordadas. O crescimento pessoal e profissional exige que cada um tenha a capacidade de conduzir o seu próprio desenvolvimento. A empresa deve atuar enquanto parceiro, disponibilizando

recursos, criando condições e orientando o profissional, desde que haja convergência com os objetivos da organização.

Meio Ambiente

Nossa organização tem um forte compromisso com o meio ambiente, para tanto, a nossa conduta tem de ser socialmente responsável, gerando respeito pela contribuição positiva em relação à natureza.

Qualidade

A qualidade é nossa prioridade como viabilizadora de resultados. Temos que nos orientar para excelência em tudo o que fazemos.

1.3.4 Princípios

Para atender às suas finalidades, a Libertas – Faculdades Integradas orienta suas ações dentro dos seguintes princípios:

Acadêmicos:

- Produzir conhecimento resultante de linhas de pesquisa e extensão que considerem a realidade brasileira e sua inserção no cenário regional e nacional, favorecendo a evolução cultural, científica e tecnológica do país;
- Estimular atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Instituição e da sociedade;
- Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país; e,
- Criar mecanismos que possibilitem adequar as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) aos dispositivos estabelecidos pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96.

De Gestão:

- Estimular a participação e o comprometimento do corpo social da IES em todo o processo de planejamento, organização e gestão institucional;
- Desenvolver uma política de recursos humanos que garanta a capacitação e o treinamento do corpo social, visando aprimorar os instrumentos e as estratégias de atuação no processo do trabalho;
- Viabilizar a informatização, em rede, para modernizar os processos de geração, captação e sistematização da informação, visando à sua divulgação e utilização em ações de planejamento acadêmico e institucional;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade;
- Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos.

De Assistência:

- Oferecer cursos de extensão voltados para o atendimento mais qualificado à comunidade;
- Participar das políticas públicas municipais;
- Fortalecer as ações voltadas para a saúde e a prevenção da doença;
- Discutir e aprofundar o perfil do profissional da IES, tendo em vista o atual cenário de desenvolvimento científico e tecnológico.

Sociais:

- Estimular propostas, projetos e ações que visem maior participação da comunidade no campo da cultura, da arte, da ciência e da tecnologia; e
- Desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais objetivando a operacionalização de programas e projetos voltados à produção do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico.

1.3.5 Políticas de Ensino

Os princípios norteadores da Libertas - Faculdades Integradas embasam o estabelecimento de uma política de ensino superior que estabelece:

- A avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas é permanente e servem como um dos pilares da melhoria da qualidade;
- A educação superior oferecida pela Libertas preza pela indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, pela regionalidade, pela comunicação dialogal e pela qualidade do “fazer” educativo, que se concretizam pela ação integrada entre teoria e prática profissional; pela otimização dos currículos; pela titulação e qualificação dos docentes; e pelo tempo efetivo de dedicação dos docentes às atividades acadêmicas;
- São adotados mecanismos especiais que evitam a evasão e a repetência e que possibilitam os avanços dos estudantes que demonstrem efetiva competência acadêmica;
- O ensino de graduação é generalista e pluralista, admitindo, todavia, ênfases profissionais específicas e considerando que a base da atuação profissional deve assentar-se em sólidos conhecimentos fundamentais das diversas áreas do saber, relacionadas com cada profissão. Também são estimuladas atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Instituição e da sociedade;
- O currículo pleno dos cursos evita sua vinculação a uma única linha de pensamento, já que a busca da verdade é incompatível com uma única linha teórica ou ideológica;
- O perfil dos cursos ofertados, orientado pelo seu Projeto Pedagógico, assegura consonância com as diretrizes curriculares nacionais, favorecendo a formação de profissionais com uma visão ampla e crítica da realidade regional, garantindo o estímulo à investigação científica, cultural e tecnológica, com vistas a uma ação transformada da realidade e com o efetivo compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento de São Sebastião do Paraíso e região.

A Libertas - Faculdades Integradas entende a formação como um processo contínuo, autônomo e permanente, dentro da concepção de que nunca há um fim para a educação. Sendo assim, seus estudantes recebem uma formação básica aliada a uma formação profissional fundamentada nas competências teórico-práticas, de acordo com o perfil de um formando adaptado às novas e emergentes demandas. As concepções curriculares atendem também à constatação de que a graduação deixou de ser a etapa terminal da formação de nível superior, como ocorria em um passado ainda recente.

A organização didático-pedagógica dos cursos da Libertas – Faculdades Integradas mantém adequada articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, sendo que as políticas institucionais para o curso constantes no PDI são implementadas.

Através dos órgãos colegiados e executivos superiores previstos, as ações desenvolvidas no âmbito do curso são direcionadas e fundamentadas numa política de gestão institucional bem explícita, com reflexos na gestão do curso e participação dos Coordenadores dos Cursos na sua elaboração. A articulação ocorre através da participação de Coordenadores e Docentes nos órgãos colegiados e na interação da Coordenação de Curso com a gestão institucional, através de reuniões com a Direção, visando à resolução de problemas operacionais que surgem no dia-a-dia. O Conselho de Curso é órgão colegiado do Curso, deliberativo e de assessoramento em matéria didático-científica no âmbito do Curso. Além do Conselho de Curso, o NDE possui também atuação efetiva, pois, é o órgão consultivo responsável pela concepção do PPC, tendo por finalidade a implantação do mesmo, bem como sua atualização periódica. As instâncias de deliberação do curso previstas nos documentos oficiais da instituição têm constituição e atribuições que lhes conferem funcionamento, representatividade e adequada importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos, além do referencial mínimo de qualidade.

1.4 INSERÇÃO REGIONAL

Os cursos mantidos pela FECOM são concebidos num contexto maior de mudanças no modo de vida atual da humanidade, permeado cada vez mais pelas marcas de ciências e tecnologia e pelos desafios de conduzi-las e não ser conduzida por elas. Em consequência, a educação em todos os seus níveis, passa a ser depositária da esperança de formar cidadão/profissionais emancipados, capazes de enfrentar novos desafios e construir soluções.

As novas realidades mundiais, sobretudo as referentes à globalização e suas consequências, trazem para o país uma complexidade de problemas cujo enfrentamento depende de elevados graus de comprometimento de seus membros, sobretudo daqueles que têm a oportunidade de trilharem uma formação de nível superior. As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Dele, e de todos os seus membros, se espera a canalização da inteligência, do conhecimento e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização.

Deve-se compreender também, que os cursos superiores não podem pretender ter características únicas em todo o país, considerando a grande diversidade cultural e regional, de tal forma que se facilite o encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior, onde a relação universidade/escola exerce-se no foco local e regional.

A Região Sudoeste do Estado de Minas Gerais, de que faz parte o município de São Sebastião do Paraíso, está localizada próxima aos principais mercados do país, entre São Paulo, Rio de Janeiro, e Belo Horizonte. As atividades predominantes nessa região são a agricultura, pecuária (agronegócios), indústria e turismo. Com uma população de 64.980 (IBGE, 2010) a economia do município é tradicionalmente ligada ao campo. Nos últimos anos a economia do município tem se diversificado também no setor de serviços, comércio e indústria.

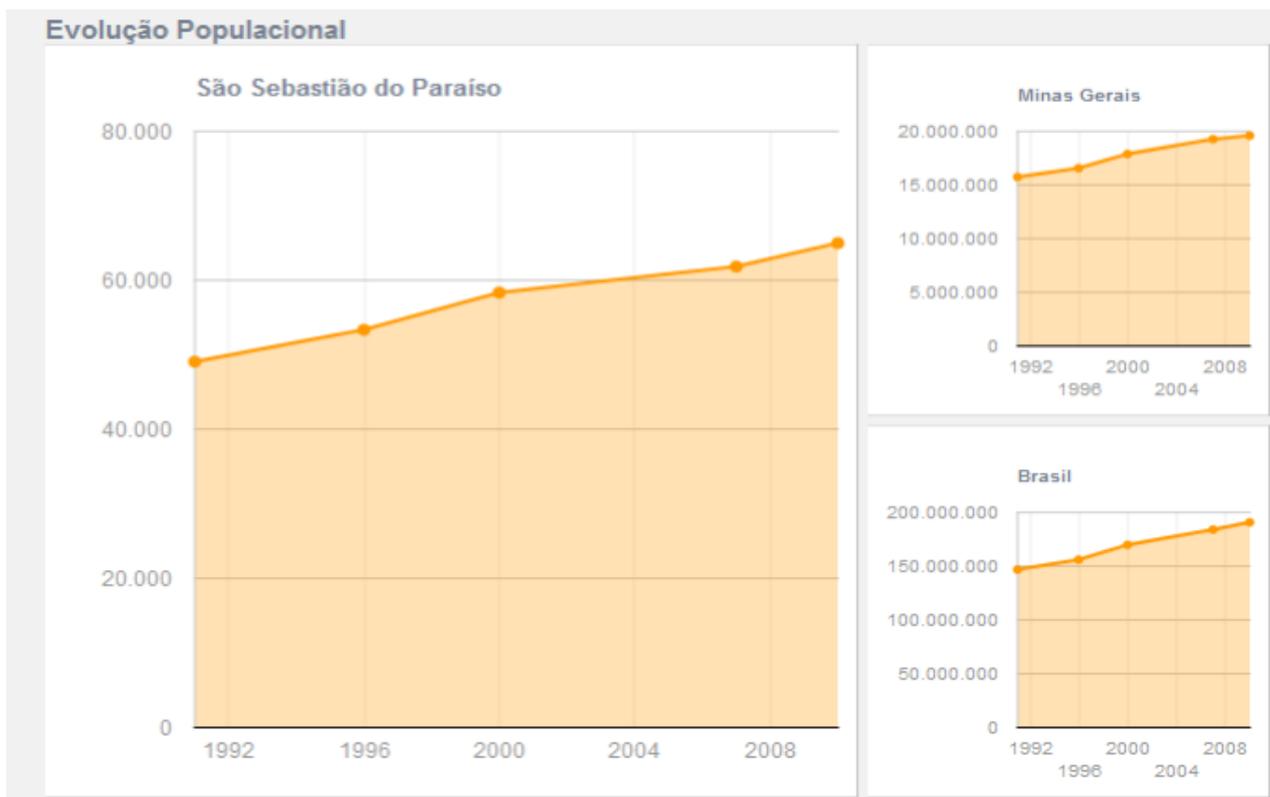


Figura 1: Evolução populacional de São Sebastião do Paraíso, MG; Minas Gerais e Brasil. Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Também funcionam na cidade na área do judiciário, quatro varas da justiça estadual, uma vara da justiça do trabalho e uma vara da justiça federal, o que gera uma forte demanda de profissionais da área e serviços indiretos.

O comércio oferece uma gama diversificada de empresas que atraem compradores das cidades circunvizinhas interessados nos mais variados produtos e preços convidativos. Nos últimos anos São Sebastião do Paraíso tem se destacado como polo industrial principalmente em 3 (três) atividades:

- Material Cirúrgico;
- Confecção (principalmente Lingerie);
- Setor de couros, desde curtumes até as fábricas de calçados, empregando milhares de pessoas que geram desenvolvimento maior do nosso comércio.

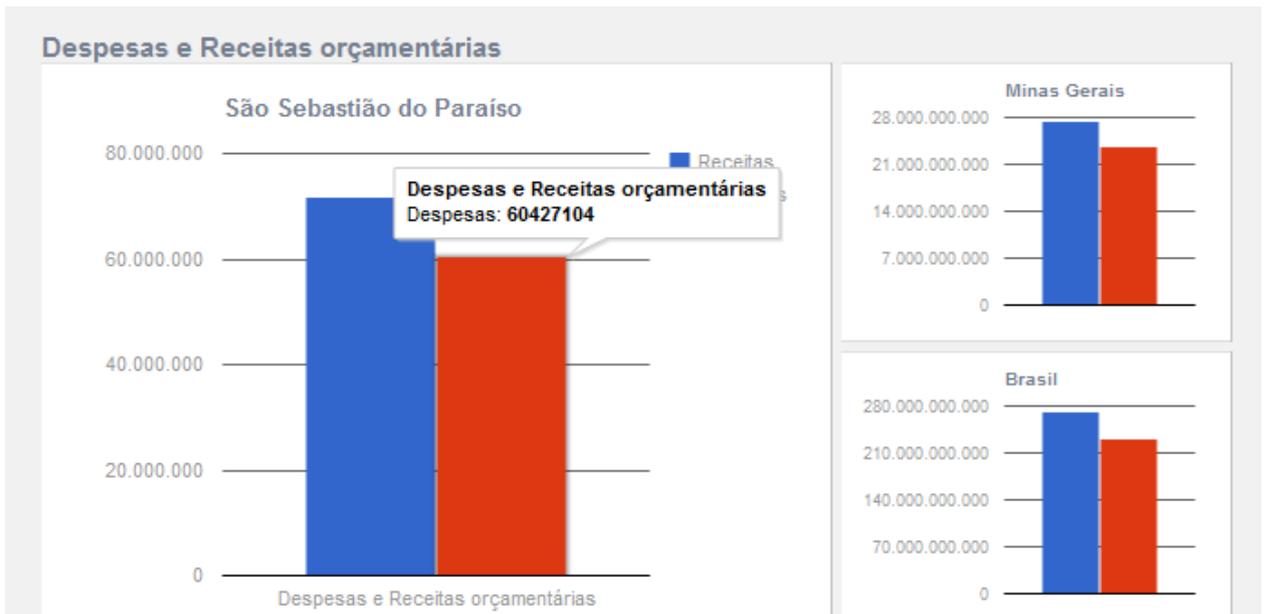


Figura 2: Despesas e Receitas orçamentárias do município de São Sebastião do Paraíso, MG; Minas Gerais e Brasil. Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

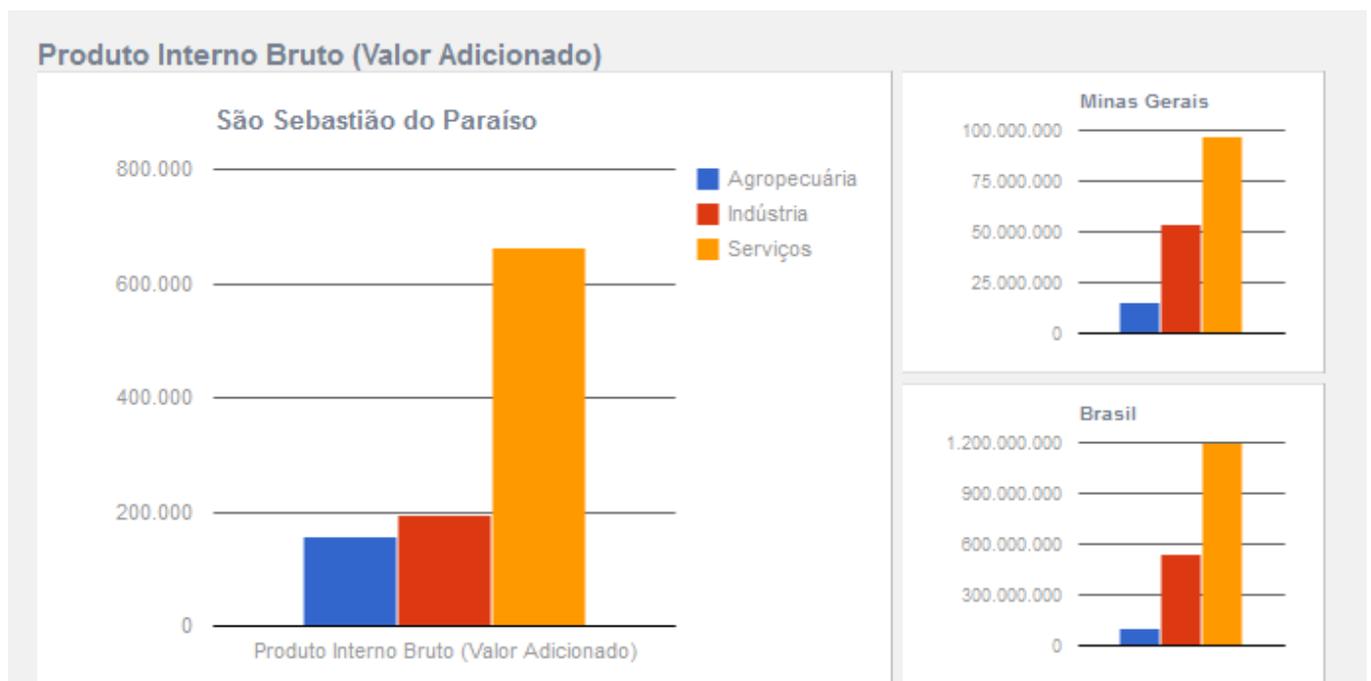


Figura 3: Produto Interno Bruto do município de São Sebastião do Paraíso, MG; Minas Gerais e Brasil. Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2009.

Além de uma posição estratégica, a região vem registrando crescentes índices de desenvolvimento, desde a década de setenta. Inserido neste contexto, o município de São Sebastião do Paraíso desponta pela atividade

exportadora de produtos agrícolas, em que se sobressai a comercialização de café no mercado externo. A industrialização, cujo início data de mais de setenta anos, tornou-se atividade de peso na cidade e região, devido, sobretudo ao seu parque industrial e exportador coureiro/calçadista, confecções, fios cirúrgicos e derivados de leite.

Por seu turno, a FECOM, através da atividade educacional, desde seu nascedouro, busca participar do enfrentamento de todos os desafios que se opõem ao desenvolvimento pleno e amplo da comunidade paraisense e, compreendendo as novas perspectivas da ação universitária, imbuí-se cada vez mais, da preocupação de aumentar os seus laços comunitários, incrementando a pesquisa, o ensino e a extensão sob a égide da responsabilidade social e sustentabilidade.

2. O CURSO

Curso de Ciências Contábeis, bacharelado, funciona na Libertas-Faculdades Integradas, a Avenida Wenceslau Braz, nº 1018/1038, Bairro Lagoinha, em São Sebastião do Paraíso – MG, instituição mantida pela FECOM – Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso, fundação de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede no mesmo endereço.

O curso de Ciências Contábeis da Libertas- Faculdades Integradas foi autorizado pelo Decreto Federal nº 69985 de 20 de janeiro de 1972, e reconhecido pelo Decreto Federal 78517 de 30 de setembro de 1976, tendo seu reconhecimento renovado pela portaria nº 705 do MEC, publicada no DOU de 18 de dezembro de 2013, com Conceito 03 (três). Funciona em período noturno, são oferecidas 62 vagas anuais, o processo seletivo é realizado anualmente, unificado para todos os cursos mantidos pela FECOM.

O curso tem carga horária total de 3050 horas, sendo 2400 horas de Disciplinas, 400 horas de Estágio Supervisionado, 150 horas de Atividades Complementares e 100 horas de Trabalho de Curso. As disciplinas são ofertadas semestralmente e foram organizadas de modo a atender os Conteúdos de Formação Básica, Profissional e Teórico-Prática, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.

O curso conta atualmente com 106 alunos, distribuídos da seguinte forma:

Períodos	Quantidade de alunos
1º Período	21
3º Período	29
5º Período	23
4º ano	34
Total	106

O curso de Ciências Contábeis da Libertas – Faculdades Integradas conta com 21 professores, sendo: 02 doutores, 10 mestres e 09 especialistas.

As aulas do Curso de Ciências Contábeis, primeiro curso da Faculdade, tiveram início a 15 de março de 1971, com alunos de diversas cidades mineiras e paulistas, no prédio do Colégio Paraisense, onde funcionou durante o ano de 1971.

No seguinte ano a faculdade passou a funcionar em prédio próprio, onde funcionava antigamente a Escola de Farmácia e Odontologia de São Sebastião do Paraíso, o qual foi doado pela Associação Comercial e Industrial de São Sebastião do Paraíso, que tinha a posse do imóvel.

No ano de 1985, estando o processo de autorização para funcionamento do curso de administração em fase final de aprovação, o Presidente da FECOM, na época, Dr. Gilberto José de Miranda Almeida, conseguiu efetuar a permuta do antigo prédio localizado na Rua Alferes Patrício, nº 207, com o Banco Itaú S/A, transferindo a faculdade para o imóvel do extinto Seminário Nossa Senhora de Sion, localizado na Av. Wenceslau Braz, nº 1018, ampliando, desta forma, o espaço físico e perspectivas da Faculdade. Neste local funciona até os dias atuais.

O processo de construção coletiva do projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis, da então denominada FACEAC, iniciou-se com uma proposta que foi elaborada no ano de 2000, por uma equipe de docentes.

Posteriormente, em 2002, passou por revisão, tendo em vista as novas perspectivas de formação superior que os dirigentes da época pretendiam implantar, amparado pelas Diretrizes Curriculares, emanadas dos órgãos normativos da Educação Superior do Brasil.

Após um estudo minucioso, realizou-se uma série de reuniões semanais, oportunidade em que foram discutidos aspectos referentes à contextualização dos cursos da Instituição, concepção, objetivos, perfis profissionais, campos de atuação, currículo, interdisciplinaridade, projetos de pesquisa e extensão, corpo docente, instalações físicas e recursos pedagógicos, controle de processo e produto, avaliação acadêmica e institucional.

Em seguida, foram formuladas as diretrizes norteadoras dos aspectos comuns a ambos os cursos e, a partir delas, a organização didático-pedagógica de cada curso, através de Projetos Pedagógicos específicos.

Em 2004, o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis foi refeito com profundas alterações, em face de mudanças da matriz curricular e

com o término do Curso de Ciências Contábeis de duração de cinco anos letivos, autorizado pelo parecer do CEE de nº 275/2004 de 26/04/2004.

Em 2007, inicia-se uma nova caminhada na construção de um novo Projeto Pedagógico para entrar em vigor a partir de janeiro de 2008.

Em 04 de setembro de 2009, por força do acórdão publicado pelo STF, os Conselhos Estaduais deixaram de supervisionar cursos superiores, com isto a Libertas que era subordinada ao Conselho Estadual de Minas Gerais passa ser supervisionada pelo MEC.

No final de 2010 – inicia-se uma discussão pelo Conselho Superior Acadêmico, no sentido de unificar os regimes dos cursos existentes na Libertas, ou seja, os cursos com regime anual passariam para semestral.

Com a criação do NDE – Núcleo Docente Estruturante em janeiro de 2011, este órgão propõe a nova Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis com regime semestral. Foi feita uma proposta da nova Matriz Curricular e apresentada ao Colegiado do Curso, a qual foi aprovada.

Durante o ano de 2011, consolidou esta discussão e a nova Matriz Curricular já devidamente estruturada, entra em vigor a partir de 2012.

Com a Estrutura Curricular devidamente atualizada, e as recentes mudanças, na organização mundial, através da globalização econômica, da tecnologia da informação, e da adesão do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade, foi necessário rever todo o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis e a comunidade acadêmica do Curso elaborou coletivamente, um novo “Projeto Pedagógico” em atendimento:

- Às Diretrizes Curriculares, resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior;
- À Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96;
- Às tendências de mercado;
- Ao cenário econômico e financeiro contextualizado, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais.

Quadro – Evolução estatística do Curso

HISTORICO	PERÍODOS LETIVOS									
	2014		2013		2012		2011		2010	
	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM
Processo Seletivo										
Número de Vagas	62		62		62		62		62	
Inscritos no processo seletivo	46		48		50		48		40	
C / V: relação candidatos/vaga	0,76		0,77		0,80		0,77		0,64	
Alunos Matriculados										
Ingressos por processo seletivo	21		33		29		39		29	
Transferências vindas de outras IES (menos <i>ex-officio</i>)	1						1		1	
Reabertura de matrícula							2		2	
Total de Matrículas	21		33		29		42		32	
Trancamentos							2		2	
Perdas de alunos										
Desligados / desistentes			6		5		7		7	
Total de perdas			6		5		9		9	
Alunos concluintes				24		28		30		34
Matrículas ativas no final do semestre	106		123	114	123	116	125	129	138	130
Número de Turmas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Alunos / Turmas	26,25		30,75	28,5	30,75	29	31,25	32,25	34,5	32,4

2.1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, como instrumento da prática de formação acadêmica, é o documento oficial da instituição que propõe direção ao curso, de forma a atender e respeitar às suas especificidades. Apresenta sua dinâmica de funcionamento, determinando suas prioridades e estabelecendo políticas, estratégias e normas de trabalho; é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos

de ação (LIBÂNEO *apud* LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003)¹. Os mesmos autores destacam que o projeto pedagógico do curso apresenta um valor educativo mostrando os objetivos sociais e políticos e meios formativos para dar uma direção ao processo educativo, indicando porque e como se ensina e, sobretudo, orientando o trabalho educativo para as finalidades sociais e políticas almejadas pelo grupo de educadores. O projeto expressa, pois, uma atitude pedagógica, que consiste em dar um sentido, um rumo, às práticas educativas, onde quer que sejam realizadas, e firmar as condições organizativas e metodológicas para a viabilização da atividade educativa.

O projeto pedagógico de curso deve conter e apresentar uma relação com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: a) organização da instituição como um todo e b) organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Ainda nesse contexto, a principal possibilidade de construção do projeto pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de construir e promover sua própria identidade, possibilitando com isso resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 1995)².

O projeto pedagógico também tem caráter curricular. Nesse sentido o projeto pedagógico é *curricular* porque propõe, também, o currículo referencial concreto da proposta pedagógica. O currículo é o desdobramento do projeto pedagógico, ou seja, a apresentação dos objetivos, das orientações e das diretrizes operacionais. Nessa situação também existe um caráter de retroalimentação de informações de todas as formas que podem modificá-lo.

Portanto a aderência entre o projeto pedagógico e a proposta curricular permite promover uma correlação entre os objetivos e as estratégias para o ensino, formuladas com base na identificação das necessidades da sociedade e do aluno, levando em consideração critérios filosóficos, políticos, culturais e

¹ LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

² VEIGA, Ilma Passos A. (org) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

pedagógicos e também as experiências educacionais a serem proporcionadas aos discentes por meio do currículo.

O Projeto Pedagógico é, portanto, um documento que enfatiza as intenções e ações da equipe acadêmica, cuja sua aplicabilidade somente ocorrerá através de organização e gestão acadêmica.

O objetivo deste Projeto Pedagógico é apresentar o curso de graduação em Ciências Contábeis da Libertas - Faculdades Integradas. O projeto é baseado na prática pedagógica realizada no curso, sinalizando direção à ação docente para ensinar, aprender e o formar discentes, quanto em ações gestoras institucionais que tornam viáveis também a sua realização efetiva. Segundo Veiga (1995) um projeto pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas permitirá que seus colaboradores tenham: consciência de sobre quais caminhos seguir, interferir em seus limites, aproveitar melhor as potencialidades e equacionar as dificuldades identificadas. Dessa forma será possível raciocinar em um processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante processo de mudança.

Diante desse contexto e das exigências do Ministério da Educação - MEC, a Libertas - Faculdades Integradas propõe desenvolver uma estrutura curricular dinâmica que contemple os requisitos apresentados pela legislação vigente e com aderência as demandas do mercado de trabalho.

Para a elaboração do Projeto Pedagógico são considerados:

I - as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96;

II - as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação específica, resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;

III - o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Libertas – Faculdades Integradas;

IV - os objetivos e fins do Curso;

V - as demais normas legais aplicáveis, tais como Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

2.1.1 – Administração Acadêmica: coordenação de curso.

A Coordenação de Curso é um órgão executivo, subordinado ao Diretor Acadêmico. O Coordenador de Cursos é escolhido pelo Diretor Acadêmico, que o designará “ad referendum” do Conselho Superior e Acadêmico e Conselho Diretor da Mantenedora da LIBERTAS.

A coordenação do curso de Ciências Contábeis da Libertas é realizada pela profa. M.Sc. Vilma Vieira Mião Oliveira.

2.1.1.1 – Atuação do coordenador

Compete ao Coordenador de Curso:

- I - participar, com direito a voz e voto, do Conselho Superior e Acadêmico;
- II - representar o Colegiado de Curso junto à Diretoria Acadêmica;
- III - superintender todo o serviço administrativo do Colegiado de Curso, e promover a execução das decisões do Colegiado;
- IV - executar e fazer executar as decisões do Conselho Superior e Acadêmico e da Diretoria Acadêmica, aplicáveis ao Colegiado de Curso;
- V - orientar, coordenar e fiscalizar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do Colegiado de Curso;
- VI - cooperar com os demais setores na organização, orientação e fiscalização das atividades de ensino e pesquisa de interesse comum.

2.1.1.2 – Formação da coordenadora

- Mestre em Educação, pelo Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto – SP;
- Mestre em Administração de Empresas e Recursos Humanos, pela Universidade de Extremadura – Espanha;
- Especialista em Administração Financeira, Auditoria e Recursos Humanos, pelo Centro Universitário de Franca – UNIFACEF – Franca – SP;
- Especialista em Administração da Qualidade e Produtividade pela FACEAC – São Sebastião do Paraíso – MG;

- Graduada em Ciências Contábeis pela FACEAC – Faculdades de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso – MG, atual Libertas - Faculdades Integradas.

2.1.1.3 – Efetiva dedicação à administração e à condução do curso

A atual Coordenadora está no curso desde janeiro de 2008. O curso atualmente exige 20 horas de efetivo trabalho de coordenação, horas estas no cumprimento das funções descritas no item 2.1.1.1.

2.1.1.4 – Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

Na realização de seus trabalhos, o curso conta com órgãos de apoio administrativos e suplementares, identificados no Regimento Interno da IES. O Conselho Superior e Acadêmico e os Colegiados de Curso são os órgãos colegiados da Libertas - Faculdades Integradas, funcionando e deliberando com a presença da maioria de seus membros, e decidindo por maioria de votos, ressalvados os casos previstos no Regimento Interno da IES.

Dentre as articulações previstas podem-se mencionar alguns exemplos: encaminhar proposta à mantenedora de modificações na estrutura institucional, em qualquer plano; aprovar convênios, acordos e contratos, para encaminhamento; aprovar os regulamentos da biblioteca, da secretaria geral, da assistência aos estudantes e sugerir prêmios conferidos pela Libertas - Faculdades Integradas; aprovar o programa anual de atividades no campo do ensino, da pesquisa e da extensão; aprovar os currículos plenos dos cursos, observadas as exigências legais e o disposto no Regimento Interno da IES sobre planos gerais; aprovar o calendário escolar e fiscalizar o seu cumprimento; aprovar os planos dos cursos de aperfeiçoamento e especialização; aprovar os planos específicos dos cursos extraordinários, seus programas e indicação de professores; acompanhar o desenvolvimento do projeto didático, especialmente no tocante à sua coordenação, cumprimento de programas aprovados e atividades de pesquisa; aprovar o plano de atividades,

incluídos ensino e pesquisa, para realização entre os períodos livres, dentre outros.

A estrutura funcional da Libertas - Faculdades Integradas compreende os seguintes órgãos:

a) Órgãos Colegiados:

- a. Conselho Superior e Acadêmico;
- b. Colegiado de Curso.

b) Órgãos executivos:

- a. Direção Acadêmica;
- b. Coordenação de Cursos.

2.1.2 – Administração Acadêmica: colegiado de curso e NDE

2.1.2.1 – Composição e funcionamento do colegiado de curso e do NDE

Os Colegiados de Curso têm por finalidade a execução das atividades de ensino e extensão e a promoção da pesquisa, nas diferentes especialidades culturais, técnicas e científicas.

O Colegiado de Curso é constituído:

I - pelo Coordenador do Curso;

II - pelos docentes do curso, em exercício; e,

III - por 1 (um) representante do Corpo Discente, designado pelo órgão de representação estudantil dentre os alunos regularmente matriculados.

Incumbe a cada Colegiado de Curso:

I - executar as tarefas de ensino e extensão e promover a pesquisa;

II - manifestar-se, em parecer ou informação, acerca de assuntos sobre os quais tenha sido consultado pelo Conselho Superior e Acadêmico ou pela Diretoria Acadêmica;

III - manifestar-se sobre pedidos de afastamento, licença e disponibilidade de seu pessoal docente;

IV - colaborar com o Conselho Superior e Acadêmico na organização dos planos gerais de ensino e no exame de processos de transferência,

adaptações, aproveitamento de estudos e dispensa de componentes curriculares;

V - organizar, rever e aprovar, periodicamente, os programas de ensino, encaminhando-os ao Conselho Superior e Acadêmico;

VI - opinar a respeito de candidatos ao exercício do magistério, com observância do disposto nos Artigos 111 a 113 do regimento;

VII - aprovar a indicação de professores visitantes;

VIII - aprovar a participação de seus representantes em congressos e demais certames científicos e culturais, fixando a respectiva representação, dentro das disponibilidades financeiras específicas;

IX - sugerir ao Diretor Acadêmico os nomes que devam compor bancas examinadoras de concursos;

X - elaborar a proposta orçamentária relativa às despesas do Colegiado de Curso, com as respectivas justificações;

XI - fixar o plano de aplicação de verbas, com base em proposta orçamentária aprovada pela mantenedora;

XII - conhecer dos recursos de alunos contra atos de professores, assim como de outros recursos que lhe sejam concernentes.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, vinculado ao Conselho de Curso, responsável pela concepção e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

Segundo regulamento próprio, as atividades desenvolvidas pelo NDE são:

“Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante”

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I – participar da elaboração do Projeto Pedagógico, definindo sua concepção e fundamentos, bem como as atualizações periódicas;

II – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

III – conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, a ser aprovado no Colegiado de Curso, sempre que necessário;

IV – supervisionar e acompanhar as formas de avaliação do curso;

V – analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

VI – promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;

VII – acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;

VIII – exercer outras atribuições que se fizerem necessárias ao aprimoramento do curso;

XIX – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

X - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

XI - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso.

Segundo regulamento do NDE este é composto por:

“**Art. 4º.** O Núcleo Docente Estruturante é constituído:”

I – pelo Coordenador de Curso, como seu presidente;

II – por mais 05 (cinco) professores do corpo docente, indicados entre doutores e mestres. (Vide anexo V)

2.1.2.2 – Articulação do colegiado de curso com conselho superior e acadêmico

A articulação das decisões tomadas no âmbito do Colegiado de Curso e NDE com os órgãos superiores ocorrem através de reuniões semestrais e comunicação formal entre os órgãos competentes. Dentre essas articulações podemos citar como exemplo: a aprovação de planos específicos dos cursos extraordinários, seus programas e indicação de professores; acompanhamento e desenvolvimento do projeto didático, especialmente no tocante à sua coordenação, cumprimento de programas aprovados e atividades de pesquisa; aprovação do plano de atividades, incluídos ensino e pesquisa; fixar, anualmente, o número de monitores, fazendo-o antes do início do ano letivo, e pronunciar-se nas propostas de contratação; elaboração das diretrizes gerais sobre Coordenação de Cursos e/ou de áreas de formação; aprovação do

programa anual de atividades no campo do ensino, da pesquisa e da extensão; aprovação dos currículos plenos dos cursos, observadas as exigências legais e o disposto neste Regimento; aprovação do calendário escolar e fiscalizar o seu cumprimento. Dessa forma essa articulação permite uma maior integração nas decisões tomadas bem como uma maior transparência nos processos que governam a instituição.

2.1.3 – Projeto Pedagógico de Curso – PPC: concepção do curso

O Curso de Ciências Contábeis da Libertas - Faculdades Integradas vem ao encontro da nova realidade da região e do município, em atender uma demanda por profissionais, que além da habilitação de Bacharel, desenvolve competências e habilidades voltadas para questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito regional, nacional e internacional. O curso de Ciências Contábeis é composto por 08 (oito) semestres, com carga horária total de 3050 horas, sendo: 400 horas de Estágio Supervisionado, 100 horas de Trabalho de Curso (Atividades de Investigação Científicas) e 150 de Atividades Complementares.

Na região, são oferecidos o Curso de Ciências Contábeis em Guaxupé, Franca e Passos, os quais são nossos concorrentes diretos.

2.1.3.1 – Articulação do PPC com o Projeto Institucional – PPI e PDI

O PPC do curso de Ciências Contábeis articula-se com o PPI e com o PDI na medida em que atende a política da Instituição para os cursos superiores, que se caracteriza por:

- a) Inserção regional
- b) Princípios gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição
 - I. Perfil do egresso
 - II. Processo seletivo
 - III. Seleção de conteúdos
 - IV. Princípios metodológicos
 - V. Processos de avaliação

VI. Atividades prática profissional, complementares e de estágio:

1 Estágio supervisionado

2 Trabalho de curso

3 Atividades complementares

c) Políticas de Ensino

I. Ensino de graduação

II. Ensino de pós-graduação

d) Políticas de pesquisa

e) Políticas de extensão

f) Políticas de gestão

g) Responsabilidade social da instituição

h) Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

2.1.3.2 – Objetivos do curso

Formar pessoas que seja capacitada a:

Objetivo Geral:

Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, relacionadas às Ciências Contábeis, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização.

Objetivos Específicos:

- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais, envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragem, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- Revelar capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação;
- Exercer plenamente a sua cidadania, ser ético e participativo no mundo social;

- Promover a construção do conhecimento, a transmissão crítica e a compreensão do mundo atual, particularmente as referentes às necessidades regionais e nacionais;
- Participar do desenvolvimento de condições e ações que evidenciem o “aprender a aprender” e promovam a educação continuada nos campos de atuação profissional com que se identificam;
- Partilhar com todos os segmentos da sociedade, a identificação, análise e busca de soluções dos problemas da comunidade, local, regional, nacional e internacional.

2.1.3.3 – Perfil do egresso

O curso de Ciências Contábeis deve pautar suas atividades de ensino para a formação de um gestor patrimonial e financeiro de qualquer setor produtivo ou institucional, que conhecerá a linguagem universal dos negócios, do cenário econômico e financeiro, regional, nacional e internacional, articulando a interação das informações contábeis como ferramenta necessária às tomadas de decisões, como forma de dar suporte às necessidades latentes das organizações em geral.

O futuro profissional, egresso do curso deverá revelar as seguintes competências e habilidades:

- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis;
- Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- Desenvolver, com motivação através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos

necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação inerente, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

2.1.4 – Projeto Pedagógico de Curso – PPC: currículo

2.1.4.1 – Coerência do currículo com os objetivos do curso

Objetivos do curso	Atividades Acadêmicas
<p>Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, relacionadas às Ciências Contábeis, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização.</p>	<p>As disciplinas e as atividades abaixo relacionadas atendem os objetivos: Sociologia; Economia; Contabilidade Internacional; Matemática Financeira; Direito Empresarial; Responsabilidade Social; Contabilidade Intermediária e Avançada; Trabalho de Curso - TC Metodologia do Trabalho Científico; Pesquisa I e Pesquisa II; Análise das Demonstrações Contábeis; Metodologia do Trabalho Científico; Contabilidade Avançada I e II; Contabilidade Aplicada ao Setor Público;</p>

	Contabilidade Básica e Intermediária; Análise das Demonstrações Contábeis.
Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais, envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragem, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;	Contabilidade Básica e Intermediária; Perícia, Avaliação e Arbitragem; Auditoria I e II; Direito Empresarial; Laboratório e Estágio Supervisionado; Tecnologia da Informação; Contabilidade Tributária; Análise de Projetos e Orçamento Empresarial.
Revelar capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.	Contabilidade Gerencial; Responsabilidade Social; Sociologia; Métodos Quantitativos Aplicados; Contabilidade de Custos; Apuração e Análise de Custos; Controladoria, Tecnologia da Informação.
Exercer plenamente a sua cidadania, ser ético e participativo no mundo social.	Sociologia e Antropologia; Responsabilidade Social; Auditoria I e II; Perícia, Avaliação e Arbitragem; Ética e Legislação Profissional.
Promover a construção do conhecimento, a transmissão crítica e a compreensão do mundo atual, particularmente as referentes às necessidades nacionais e regionais.	Responsabilidade Social; Direito Empresarial; Sociologia e Antropologia; Filosofia da Ciência; Metodologia do Trabalho Científico; Controladoria; Mercado de Capitais.
Participar do desenvolvimento de condições e ações que evidenciem o “aprender a aprender” e promovam a educação continuada nos campos de atuação profissional com que se identificam.	Contabilidade Básica e Intermediária; Matemática Financeira; Programa de Monitoria; Trabalho de Curso; Atividades Complementares; Estágio Supervisionado; Auditoria I e II; Psicologia Organizacional; Semana Acadêmica; Empreendedorismo; Metodologia do Trabalho Científico.
Partilhar com todos os segmentos da sociedade, a identificação, análise e busca de soluções dos problemas da comunidade, local, regional, nacional e internacional.	Matemática e Matemática financeira; Sociologia; Direito Empresarial; Metodologia do Trabalho Científico.

2.1.4.2 – Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso

Perfil do Egresso	Atividades Acadêmicas
Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis;	Teoria da Contabilidade; Estrutura das demonstrações contábeis; Contabilidade Básica; Sociologia; Contabilidade de Custos.
Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;	Controladoria; Responsabilidade Social; Contabilidade Gerencial; Perícia Contábil; Sociologia; Contabilidade Básica e Intermediária.
Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;	Estrutura das demonstrações contábeis; Contabilidade Avançada I e II; Metodologia do Trabalho Científico; Responsabilidade Social; Contabilidade Básica; Contabilidade Intermediária; Auditoria Contábil II; Contabilidade Gerencial e Análise de Balanço; Perícia Contábil; Sociologia; Contabilidade de Custos.
Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;	Teoria da Contabilidade; Estrutura das demonstrações contábeis; Contabilidade Avançada I e II; Responsabilidade Social; Direito Tributário; Direito Trabalhista e Legislação Previdenciária; Perícia Contábil; Contabilidade Básica e Intermediária; Contabilidade Aplicada ao Agronegócio; Contabilidade Gerencial, Rural e Auditoria; Contabilidade Internacional.
Desenvolver, com motivação através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;	Controladoria; Perícia Contábil; Sociologia e Psicologia Organizacional; Economia.
Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes	Contabilidade Básica e Intermediária; Contabilidade Tributária; Responsabilidade Social; Auditoria Contábil II; Contabilidade Gerencial; Análise das Demonstrações Contábeis; Contabilidade Agropecuária; Perícia Contábil; Sociologia, Psicologia Organizacional.

econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;	
Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;	Controladoria; Contabilidade Gerencial; Sociologia; Trabalho de Curso
Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação inerente, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.	Teoria da Contabilidade; Estrutura das demonstrações contábeis; Contabilidade Avançada I e II; Perícia Contábil; Ética e legislação Profissional; Sociologia e Filosofia da Ciência.

2.1.4.3 – Coerência do currículo com as DCNs

DCNs	PPC
Metodologia de Ensino	A metodologia de ensino é atendida pelo PPC. O professor estimula o trabalho extraclasse bem como aplicações dos conteúdos teóricos em atividades práticas.
Carga Horária Mínima	O PPC está de acordo com Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõem sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e com as DCNs para os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis.
Perfil do Egresso	O presente projeto pedagógico está de acordo com as DCNs e atende as necessidades do egresso, à medida que os itens no Perfil do Egresso deste PPC estão contemplados nos componentes curriculares do curso.
Competências e Habilidades	O curso prevê uma formação profissional que busca atender as habilidades e competências definidas pelas DCNs através das disciplinas que são oferecidas, com trabalhos interdisciplinares, atividades acadêmicas entre outras.
Projetos Pedagógicos, Organização do curso e	O PPC atende ao Art. 2º da Resolução CNE/CES 10/2004, em que se descrevendo claramente os

Conteúdos Curriculares	itens de I a VII, além de seus respectivos parágrafos do 1º a 3º.
Estágio Supervisionado e Trabalho de Curso	O curso referido neste PPC é predominantemente orientado para realizar atividades de processos e por isso o Estágio é uma componente curricular obrigatório, conforme as DCNs, onde o aluno desenvolverá atividades com o intuito de inseri-lo no mercado de trabalho. Apesar de ser opcional, de acordo com as DCNs, o Trabalho de Curso – TC está previsto como atividade obrigatória, para os alunos de Ciências Contábeis, e segue as recomendações do Art. 9º das DCNs.
Atividades Complementares	O regulamento de Atividades Complementares implantado na IES (ver Anexo II) está de acordo com as DCNs.

2.1.4.4 – Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso.

A metodologia de ensino, as estratégias, os recursos utilizados e o processo de avaliação foram elaborados nas perspectivas de atender os desenvolvimentos dos objetivos do curso e perfil esperados dos formandos.

Com o objetivo de facilitar o processo de aprendizagem, para cada disciplina foi elaborado seu objetivo geral, o qual deve estar em sintonia com as demais disciplinas do curso, focando a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e valores, estabelecendo entre eles relações e conexões para a realização dos objetivos gerais e específicos do curso.

As atividades de pesquisas devem envolver docentes e alunos. Os professores poderão estimular a metodologia de projetos de natureza interdisciplinar, por eixo temático, que constituem as ênfases dos cursos e, sobretudo os que se tenham originado ou que estejam associados às atividades de estágios e extensão.

Para a construção do conhecimento na formação profissional e básica, a metodologia do curso deverá ter dois focos: o objeto do conhecimento e o conhecimento do objeto, sempre centrada no aluno, mediante os seguintes passos:

1) Foco no Objeto do Conhecimento:

- a) O que é: Primeiro contato com o conhecimento: identificar, descrever, classificar.
- b) Relaciona-se a quê? Associação com outras áreas do conhecimento: Associar e comparar.
- c) Por que é assim? O que fundamenta esse conhecimento: Analisar, entender, teorizar e opinar.

2) Foco no Conhecimento do Objeto:

- d) Para que serve? Qual a utilidade deste conhecimento: Diagnosticar, julgar, aplicar, abstrair e extrapolar.
- e) O que significa para mim? Qual o sentido desse aprendizado para o aluno. Agregar valor: significar e posicionar-se.

Fundamentando nos princípios pedagógicos que norteiam este projeto, continua a mesma metodologia para a construção dos diversos saberes: Construção do Conhecimento: Aprender a Conhecer é um Saber Conceitual, portanto, Objeto do Conhecimento. Aplicação do Conhecimento: Aprender a Fazer é um saber procedimental, portanto, Conhecimento do Objeto.

De forma geral a metodologia se resume em:

- Identificar o objeto do conhecimento;
- Associá-lo a outros conhecimentos;
- Analisar o objeto do conhecimento;
- Aplicar o conhecimento;
- Dar significado ao conhecimento.

Os aspectos atitudinais permeiam todo o processo de aprendizagem: Aprender a Ser e a Conviver é um saber atitudinal que deve ser formado, no dia-a-dia, por todos os educadores do curso.

A organização didático-pedagógica do curso fundamenta-se nos seguintes pressupostos da interação entre ensino, pesquisa e extensão:

- o conteúdo dos planos curriculares será compreendido numa perspectiva ampla de forma a incluir o que devemos saber (conhecimento), o que devemos saber fazer (procedimental), o que devemos ser (ético) e o saber conviver (político);
- os tipos de relações que se estabelecem entre os atores do processo educacional (e entre eles e o conhecimento) são fatores determinantes para produzir o *aprender a aprender*, que é a expressão máxima da competência e autonomia cognitiva e moral;
- a condução do processo ensino/aprendizagem deve favorecer a integração dos conhecimentos tecnológicos, científicos, filosóficos, éticos, estéticos e espirituais, em função da integridade dos sujeitos e de sua compreensão e atuação na sociedade.

Resumindo: as metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas pelo professor dependem da atividade que está sendo trabalhada, que pode ser uma exposição oral, trabalho em grupo, debates, uma discussão da temática, um estudo de caso, seminário, painel, vídeo aulas, etc. O importante é que a cada aula/atividade atenda o processo de desenvolvimento: o objeto do conhecimento e o conhecimento do objeto.

2.1.4.5 – Coerência dos procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem com a concepção do curso

As atividades de avaliação serão abrangentes, verificando não só o rendimento escolar do discente, mas também a atuação de todos os integrantes do processo educacional e o desempenho institucional.

Avaliação do rendimento escolar do aluno é uma das dimensões do processo de aprendizagem, que compreende os seguintes pressupostos:

- É um instrumento que possibilita a identificação dos diferentes níveis de aquisição de competência e também de eficiência do processo de aprendizagem;
- Não é um fim, mas um meio, pois não há chegada definitiva, e sim travessia permanente;

- Envolve responsabilidade partilhada entre o professor e o aluno;
- Possibilita o acompanhamento efetivo do processo de construção do conhecimento, viabilizando as retomadas necessárias;
- Identifica as necessidades dos alunos e do conjunto de alunos;
- É contínua.

Assim, avaliar não é apenas verificar o que ficou quanto à reprodução de conhecimentos e, sim, verificar (analisar, problematizar) a produção do conhecimento, a redefinição pessoal, o posicionamento e a postura do educando frente às relações entre o conhecimento e a realidade.

Com diretrizes gerais, adota-se o princípio que a conceber a avaliação como um instrumento que ajuda a garantir o processo de ensino-aprendizagem, os limites rígidos desaparecem entre as atividades de aprendizagem e atividades de avaliação. Deixa de ter sentido restringir a avaliação em semanas e dias especiais, circunscritos por providências e rituais específicos.

Qualquer atividade relevante para a aprendizagem pode ser utilizada como um instrumento de diagnóstico e investigação, desde que o docente tenha claro o objetivo da atividade e se coloque permanentemente como um investigador dos processos de conhecimento. Assim todas as atividades de aprendizagem passam a funcionar, no dia-a-dia do curso, como um indício do desenvolvimento do aluno, da efetividade dos processos de ensino e aprendizagem.

Para o planejamento de qualquer avaliação das disciplinas do curso de Ciências Contábeis, é indicado que o professor se pautar nas seguintes dimensões:

Diagnóstica: Consiste da investigação do nível de desenvolvimento do aluno, tendo em vista orientar a programação de seu acompanhamento e situá-lo em relação aos objetivos a serem alcançados. Torna-se essencialmente educativa porque funciona como critério básico de referência para as intervenções pedagógicas e proporciona ao professor parâmetro para o acompanhamento do progresso do aluno.

Formativa: É a avaliação dinâmica do desempenho do aluno, a ser realizada durante todo o processo, e que orienta as frequentes tomadas de decisão relacionadas à melhor forma de construção do conhecimento. Os professores junto com os alunos repensam o fazer pedagógico, com o objetivo de alterar rotas, tomar consciência do papel de cada um, seja um processo contínuo de formação da capacidade de julgamento autônomo, consciente, a partir de critérios claros e compartilhados, de princípios de honestidade intelectual e espírito crítico. Em cada disciplina, o objetivo será verificar as variáveis do processo e o desenvolvimento, pelo aluno, das competências previstas.

Ao longo do processo, através de múltiplos e variados recursos (trabalhos, pesquisas, testes, arguições, provas escritas etc.), o professor avaliará a evolução do aluno em relação ao domínio das habilidades previstas no componente curricular.

Outro aspecto se refere à ampliação das formas de avaliação. Se a relação entre ensino e aprendizagem é probabilística, tem-se de abrir espaço para o pensamento divergente, para a investigação do que está nas bordas do previsto e é revelador dos processos cognitivos e afetivos do aluno. Se quiser incentivar o espírito crítico, a flexibilidade de pensamento, não se pode restringir a utilizar apenas atividades fechadas que não permitam a manifestação de conhecimentos paralelos, construídos pelo aluno, além ou à margem do que foi previsto pelo professor.

O desenvolvimento integral do aluno vai além do desenvolvimento cognitivo, abrangem ainda a sua formação atitudinal e procedimental. Assim, torna-se fundamental não só analisar a relevância do que está sendo avaliado e a adequação do instrumento aos propósitos, mas também incorporar à prática atividades diversificadas, que coloquem em destaque diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno e não apenas conteúdos.

Nesse sentido, é importante que o professor tenha em mente um repertório variado de estratégias e que reflita sobre o significado de cada uma delas sobre os conceitos, procedimentos, atitudes e valores que estão em jogo na sua realização.

Além das tradicionais provas escritas individuais, pode-se lançar mão de atividades tais como de consulta de avaliações analógicas, de trabalhos de pesquisa e entrevistas, de experimentações e construções de modelos ou maquetes, de dramatizações, jograis, recriações de textos e filmes, enfim de tudo que professores e alunos sensíveis podem imaginar e criar.

Igualmente, há preconização de um ensino interativo, que favoreça não só o relacionamento entre as pessoas, mas também entre as disciplinas, inserindo na prática, as atividades avaliativas em grupo, as avaliações interdisciplinares e as questões e problemas elaborados pelos próprios alunos.

Da mesma forma que se devem diversificar os tipos de atividades avaliativas, deve-se, dentro de cada atividade, diversificar os tipos de questões como: objetivas e obrigatoriamente as discursivas, sempre tendo como norte os dois focos da construção do conhecimento: Objeto do Conhecimento e Conhecimento do Objeto.

Esses procedimentos exigem dos professores e especialistas uma reflexão cuidadosa sobre os objetivos do ensino-aprendizagem, sobre as habilidades que se pretende avaliar, sobre a natureza do instrumento e a forma de utilizá-lo de maneira efetiva.

Outro aspecto importante a considerar diz respeito ao tratamento das notas e registros. À medida que a nota deixa de ser o foco do processo de ensino-aprendizagem, haverá transformação de certos procedimentos, de forma a dar mais autonomia e responsabilidade aos próprios alunos. Permitir aos alunos que eliminem uma nota de um conjunto de notas, acertar diretamente com eles alternativas de atividades avaliativas, podem ser medidas simples e salutaras para evidenciar que o mais importante é o envolvimento responsável no processo de aprendizagem. Este procedimento aviva a aula e torna o trabalho mais agradável.

Não se deve deixar de repensar a questão das individualidades. As pessoas são diferentes, comportam-se de maneiras diversas, têm ritmos distintos de assimilação. É fundamental considerar dois aspectos valiosos: o primeiro diz respeito ao esclarecimento das relações entre o rendimento escolar de cada aluno e sua individualidade. O outro se refere à instituição de

procedimentos alternativos ou paralelos para atender aos alunos que precisam de mais tempo para atingir o que se definiu como o mínimo qualitativo de aprendizagem.

Em relação ao primeiro aspecto, o diagnóstico da situação de aprendizagem deve considerar a pessoa do aluno como um todo e para isso é imprescindível a participação do conjunto de professores e o apoio pedagógico. Quanto ao segundo, cabe a Coordenação, junto com os alunos e professores, encontrar caminhos operacionais para garantir a todos os discentes a assimilação dos conteúdos ministrados. Fazer o que se gosta é condição básica para o sucesso.

É importante ressaltar que os princípios pedagógicos e a metodologia descrita neste projeto pedagógico, devem sempre ser o norte para o “fazer pedagógico” do curso e suas avaliações, dando significância ao processo ensino-aprendizagem como um ato contínuo e sistêmico de aprendizagem.

Ressalta-se ainda, a importância e a necessidade de funcionamento pleno dos Conselhos de Classe, como elemento imprescindível no processo global de avaliação do rendimento escolar.

Os critérios de avaliação do curso estão identificados em seu ordenamento básico: o Regimento Interno.

O rendimento escolar do aluno é verificado por disciplina/ano, em função da assiduidade e eficiência dos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas. Ficaré reprovado na disciplina, o aluno que nela não atingir 75% (setenta e cinco por cento) de frequência do total da carga horária prevista.

Em cada componente curricular, são distribuídos 100 (cem) pontos por bimestre, de unidade não fracionável.

Entende-se por eficiência o grau de aplicação do aluno aos estudos, e sua verificação se faz:

- I. por trabalhos específicos, cujo número e natureza ficam a critério do professor da respectiva disciplina;
- II. por 02 (duas) avaliações bimestrais;
- III. por um exame final, época especial, a que são submetidos os alunos que não obtiveram nas avaliações referidas nos incisos anteriores, a

média igual ou superior a 70 (setenta) observadas as exigências mínimas específicas de frequência e aproveitamento.

As notas são graduadas de 10 (dez) a 100 (cem), considerando-se aprovado na disciplina o aluno que nela obtenha média aritmética igual ou superior a 70 (setenta) como resultado de avaliações observado o disposto no item anterior.

A média do semestre se dá por meio da média aritmética das médias bimestrais conforme equação:

$$M = \frac{MB1 + MB2}{2}$$

onde:

MB1: é a média do primeiro bimestre	$\left\{ \begin{array}{ll} M \geq 70 & \text{aprovado} \\ 40 \leq M < 70 & \text{prova final} \\ M < 40 & \text{reprovado} \end{array} \right.$
MB2: é a média do segundo bimestre	
M: é a média do semestre	

Se MS for igual ou superior a 70 (setenta) o aluno está automaticamente aprovado no respectivo componente curricular.

Se a MS for inferior a 70 (setenta), o aluno entra para a prova final (PF), que terá o valor de 30 pontos.

Assim, para aprovação, a MS + PF deverá ser igual ou maior que 70 (setenta); se for inferior, estará reprovado.

Está automaticamente reprovado na disciplina o aluno que não alcançar o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária prevista, e que a média das avaliações bimestrais seja inferior a 40 (quarenta).

Ao aluno que deixar de comparecer a qualquer avaliação programada é conferido 0 (zero). O aluno que, por motivo de força maior, ou doença devidamente comprovada, a critério da Direção Acadêmica, não possa comparecer à avaliação, é facultada a segunda chamada mediante requerimento à Direção Acadêmica da Faculdade, encaminhado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da cessação do impedimento.

Não há, em nenhum caso, arredondamento de notas ou médias, sendo estas calculadas até a segunda decimal.

No prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da divulgação das notas, é facultado ao aluno requerer verificação de resultados, a soma de pontos e apuração da média.

As avaliações bimestrais versam matérias lecionadas no bimestre findo e a avaliação final versa matéria lecionada em todo ano/semestre letivo na disciplina respectiva.

São asseguradas ao professor na verificação do rendimento escolar, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para a respectiva Coordenação. Os professores dispõem de prazo de 5 (cinco) dias findo o bimestre, para encaminhamento à Secretaria da Faculdade dos resultados das avaliações.

2.1.4.6 – Inter-relação das unidades de estudo

O curso contempla em sua matriz curricular, conteúdos que revelam conhecimentos do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação.

As disciplinas de Formação Básica estão relacionadas com outras áreas do conhecimento, sobretudo administração, economia, direito, métodos quantitativos, matemática e estatística, com o objetivo de ampliar a visão dos alunos e agregar aos conteúdos de formação profissional competências de outras áreas relacionadas a todos os tipos de organizações.

O conteúdo de Formação Profissional está presente nos estudos inerentes às teorias da contabilidade incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações e informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.

O conteúdo de Formação Teórico-prática é abordado no estágio curricular supervisionado, trabalho de curso, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos, prática em laboratório de informática utilizando *software* atualizado para a contabilidade.

De acordo com o Art. 5º da Resolução nº 10/2004, as disciplinas do curso de Ciências Contábeis estão distribuídas nos conteúdos de Formação Básica, Profissional e Teórico-prática, conforme o quadro na sequência:

CATEGORIA PRINCIPAL	DISCIPLINAS / ATIVIDADES
Conteúdo de Formação Básica	Comunicação Empresarial Matemática Matemática Financeira Economia I e II Administração Antropologia Sociologia Filosofia da ciência Psicologia Organizacional Metodologia do Trabalho Científico Tecnologia da Informação Direito Comercial e Legislação Societária Direito e Legislação Tributária Direito Trabalhista e Legislação Social Instituição de Direito Público e Privado Estatística Aplicada à Contabilidade Métodos Quantitativos aplicados Ética e Legislação Profissional Empreendedorismo.
Conteúdo de Formação Profissional	Teoria Geral da Contabilidade Auditoria I e II Contabilidade Básica I e II Contabilidade Intermediária Contabilidade Avançada I e II Contabilidade Agronegócio Planejamento e Contabilidade Tributária Contabilidade Internacional Contabilidade de Custos I – II e III. Análise das Demonstrações Contábeis Perícia, Avaliação e Arbitragem Contabilidade Aplicada ao Setor Público Mercado de Capitais Contabilidade Gerencial Controladoria Responsabilidade Social. Contabilidade Societária I e II Estrutura das Demonstrações Contábeis Finanças Empresariais Fundamentos de Atuariais.
Conteúdo de Formação Teórico-Prática.	Trabalho de Curso – TC Metodologia de Pesquisa I e II Laboratório Contábil Estágio Supervisionado Atividades Complementares

O curso fundamenta-se no entendimento dinâmico da relação teoria e prática, em que a prática é vista como alimentadora da teoria e vice-versa. A prática não é vista apenas como um conjunto de técnicas profissionais, mas

abrangedora de toda práxis social onde se desempenha uma profissão. Os estágios são entendidos como mediação da teoria e prática e devem desempenhar uma função formadora também social, no sentido de ser um instrumento para abrir caminhos para novas relações entre a faculdade e a comunidade. Para tanto, devem estar estreitamente associados a projetos de extensão, vistos como promotores de pontos de encontro entre o aprender e o saber. Devem constituir-se em manancial para a elaboração e o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, acompanhar a formação teórica do discente, do primeiro ao último ano, e deverão envolver todos os docentes em seu planejamento.

A integração entre Teoria e Prática inicia-se no 6º período, com 72 horas de estágio em Laboratório de Informática e utilização de software específico de Contabilidade. Na prática, há abertura de uma empresa virtual para vivenciar situações simuladas do mundo real, prosseguindo com mais 400 h de Estágio Supervisionado que são cumpridas em empresas reais.

2.1.4.7 – Estrutura curricular (matriz)

Período	Atividades de Ensino – Aprendizagem	CARGA HORÁRIA						
		Disciplinas			TCc	Estágio	Atividades Complementares	Total
		Teórica	Prática	Subtotal				
1º	Contabilidade Básica I	60		60			60	
	Matemática	60		60			60	
	Comunicação Empresarial	60		60			60	
	Antropologia	30		30			30	
	Administração	60		60			60	
	Sociologia	30		30			30	
	Subtotal	300		300			300	
2º	Contabilidade Básica II	60		60			60	
	Matemática Financeira	60		60			60	
	Economia I	60		60			60	
	Metodologia do Trabalho Científico	60		60			60	
	Filosofia da Ciência	30		30			30	
	Instituição do Direito Pub. e Privado	30		30			30	
	Subtotal	300		300			300	
3º	Contabilidade Intermediária	60		60			60	

	Estrutura das Demonstrações Contábeis.	60		60				60
	Contabilidade de Custos I	60		60				60
	Economia II	30		30				30
	Direito Trabalhista e Legislação Social	60		60				60
	Psicologia Organizacional	30		30				30
	Subtotal	300		300				300
4º	Análise das Demonstrações Contábeis	60		60				60
	Contabilidade de Custos II	60		60				60
	Responsabilidade Social	30		30				30
	Ética e Legislação Profissional	30		30				30
	Contabilidade do Agronegócio	30		30				30
	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	30		30				30
	Direito Comercial e Legislação Societária	60		60				60
	Subtotal	300		300				300
5º	Contabilidade Avançada I	60		60				60
	Auditoria I	60		60				60
	Contabilidade de Custos III	60		60				60
	Direito e Legislação Tributária	60		60				60
	Estatística Aplicada a Contabilidade	60		60				60
	Subtotal	300		300				300
6º	Contabilidade Avançada II	30		30				30
	Finanças Empresariais	60		60				60
	Metodologia de Pesquisa I	30		30				30
	Métodos Quantitativos Aplicados	60		60				60
	Auditoria II	60		60				60
	Teoria Geral da Contabilidade	60		60				60
	Estágio Supervisionado					200		200
	Subtotal	300		300				500
7º	Contabilidade Societária I	30		30				30
	Contabilidade Internacional	60		60				60
	Planejamento e Contabilidade Tributária	60		60				60
	Metodologia de Pesquisa II		30	30				76
	Tecnologia da Informação	30		30				30
	Laboratório Contábil		60	60				60
	Empreendedorismo	30		30				30
	Trabalho de Curso I				50			50
	Subtotal	210	90	300				350

8º	Controladoria	60		60				60
	Mercado de Capitais	60		60				60
	Perícia, Avaliação e Arbitragem	30		30				30
	Contabilidade Gerencial	60		60				60
	Fundamentos de Atuárias	30		30				30
	Contabilidade Societária II	30		30				30
	Tópicos Especiais	30		30				30
	Trabalho de Curso II				50			50
	Estágio Supervisionado					200		200
	Atividades Complementares						150	150
	Subtotal	300		300				700
Total Geral/horas	2310	90	2400	100	400	150	3050	
Libras (opcional)	30		30					

Resumo Geral:

Carga Horária das Disciplinas.....	2.400 h
Estágio Supervisionado.....	400 h
Trabalho de Curso.....	100 h
Atividades Complementares	150 h
Total Geral.....	3.050 h

2.1.4.7.2 - Disciplina optativa de Libras (Dec. N. 5.626/2005)

A disciplina Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é ofertada como componente curricular opcional, todos os semestres, para os alunos que desejarem se matricular, em dias e horários compatíveis com o horário das aulas do Curso de Ciências Contábeis, dentro do número de vagas disponíveis, atendendo ao Decreto nº 5.626/2005. Além da disciplina, outras atividades complementares podem ser desenvolvidas possibilitando o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e competências complementares relacionadas à Língua Brasileira de Sinais principalmente como atividades complementares.

2.1.4.7.3. Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)

A educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito ao assunto, está incluída em atividades curriculares do curso de Ciências Contábeis da Libertas –

Faculdades Integradas de forma transversal presentes em todos os períodos de forma contínua e permanente, porém algumas disciplinas também abordam os conteúdos curriculares obrigatórios de questões étnico-raciais tais como nas disciplinas de: Sociologia, Filosofia, Antropologia, Instituição de Direito Público e Privado e Psicologia Organizacional.

2.1.4.7.4. Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)

A educação ambiental é tema tratado em todas as disciplinas de forma transversal, contínua e permanente. De forma mais específica o tema é tratado na seguinte disciplina Responsabilidade Social do 4º período.

Também, em parceria com o Curso Técnico de Meio Ambiente do Centro Educacional do Sudoeste Mineiro – CEDUC participam de campanhas sobre o recolhimento o lixo eletrônico, bem como de palestras educativas em relação à preservação do meio ambiente para a saúde física e mental do indivíduo.

2.1.4.7.5. Educação dos Direitos Humanos (Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012)

A educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacional e planetário.

Em relação às questões de direitos humanos, as mesmas são abordadas nas disciplinas de: Sociologia, Filosofia, Antropologia, Instituição de Direito Público e Privado e Psicologia Organizacional. Essas abordagens fazem parte dos planos de aula, da ementa das disciplinas e são concretizadas ao longo do conteúdo programático, durante as aulas e nos estágios supervisionados.

2.1.4.8 – Planos das disciplinas

1º PERÍODO

CONTABILIDADE BÁSICA I

EMENTA: Noções Básicas de Contabilidade; Estudo do Patrimônio; Estudo das Variações Patrimoniais; Elenco de Contas; Introdução ao Estudo dos Princípios Fundamentais de Contabilidade; Introdução a Estrutura Conceitual Básica – Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado.

Bibliografia Básica

IUDICÍBUS, Sergio de *et al.* **Contabilidade introdutória.** São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo; Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico.** Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual>.pdf. Acesso em: 11 ago. 2011

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade básica.** São Paulo: Atlas, 2009.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Marcio Bobik. **A nova contabilidade social.** São Paulo; Saraiva, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral:** com referência à reforma das sociedades por ações: Lei 11.638/07. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica.** São Paulo: Atlas, 2009.

MATEMÁTICA

EMENTA: Conjuntos e Conjuntos Numéricos. Valor absoluto. Potenciação. Equações. Somatório. Funções e gráficos. Continuidade e Limites. Derivada e Aplicações. Integral.

Bibliografia Básica:

BOULOS, P. **Cálculo diferencial e integral.** São Paulo: Makron Books, 2006.

MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. de O.. **Introdução ao Cálculo para Administração, Economia, e Contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MUROLO, A.; BONETTO, G.. **Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Bibliografia Complementar

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Matemática para Administração.** Rio de Janeiro: LTC, 2002.

IEZZI, Gelson Dolce Osvaldo; DEGENSZAJN, David Mauro. **Matemática.** São

Paulo: Atual, 2002.

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H.; **Cálculo com Aplicações**. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SILVA, Sebastião Medeiros da; DA SILVA, Elio Medeiros; DA SILVA, Ermes Medeiros. **Matemática: Economia, Administração e Ciências Contábeis**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

THOMAS, G. B; **Cálculo**. 11º Ed. Volume 1. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

EMENTA: Modelo geral de Comunicação; Técnicas de Redação de Relatórios; Estilos de Linguagem; Estratégia de Interpretação e de Composição.

Bibliografia Básica

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: alinhando teoria e prática**. Barueri, SP: Manole, 2014.

CORREA, Vanessa loureiro. **Língua Portuguesa: da oralidade à escrita**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Empresarial**. São Paulo, Atlas, 2007

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Joaquim Maria. **Redação Empresarial sem mistérios: como escrever textos para realizar suas metas**. São Paulo, Editora Gente, 2010.

MATOS, Gustavo Gomes de. **Comunicação empresarial sem complicação**. São Paulo: Manole, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. São Paulo: Atlas, 2010.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação - revisada. e atualizada**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**. Campinas: Alínea, 2009.

ANTROPOLOGIA

EMENTA: O estudo da cultura humana: a Antropologia. A antropologia no contexto das relações sociais. O trabalho e as dimensões humanas da empresa. A cultura organizacional. A Antropologia na contemporaneidade brasileira.

Bibliografias Básicas:

BORN, R.H. **Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo: Peirópolis, 2002..

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003

Bibliografias Complementares:

CODO, Wanderley et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. 7a ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

FONSECA, C. **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia do Bolso, 1995.

ADMINISTRAÇÃO

EMENTA: Introdução à Teoria da Administração, Escolas da Administração, Funções Administrativas, Qualidade nas Organizações, Perspectivas futuras da Gestão Empresarial.

Bibliografia Básica

ESCRIVÃO, Filho Edmundo, PERUSSI, Filho Sérgio. **Teoria da Administração**, São Paulo: Saraiva, 2010

GARET, R. Jones, JENNIFER, M George. **Administração Contemporânea**, São Paulo:Mc Graw – Hill, 2008

MAXIMIANO, Antonio Carlos Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**, São Paulo: Manole, 2009

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998

HAMPTON, David R. **Administração Comtemporanea**, São Paulo: Makron Books, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Teoria geral da administração**, São Paulo: Atlas, 2009

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Teorias da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SOCIOLOGIA

EMENTA: Sociologia. Historicidade. Precursores. Émile Durkheim. Karl Marx. Max Weber. O mundo contemporâneo. Globalização e neoliberalismo: impactos e estratégias das pessoas e organizações. Sociologia das organizações. Necessidades. Motivação. Mobilismo organizacional. Mundo do trabalho: sofrimento e satisfação. Interação social e liderança. Recursos Humanos. Comunicação. Impactos recíprocos: sociedade e organização. A aplicabilidade da Sociologia à formação acadêmica e futura profissional do contabilista.

Bibliografias Básicas:

BERNARDES, C.; MARCONDES, R.C. **Sociologia aplicado à Administração**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASTRO, Celso Antonio P. de. **Sociologia aplicada à Administração**. 2. ed. 10. reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Sílvia Luiz. **Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

Bibliografias Complementares:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CHANLAT, Jean François (coord) **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia da Administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia?** 27.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

2º PERÍODO

CONTABILIDADE BÁSICA II

EMENTA: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Procedimentos Básicos de Escrituração; Operações Mercantis; Fechamento de balanços e Interligação entre Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado.

Bibliografia Básica

IUDICÍBUS, Sergio de *et al.* **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico**. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual>.pdf. Acesso em: 30 jul. 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Marcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**: com referência à reforma das sociedades por ações: Lei 11.638/07. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

EMENTA:

Porcentagem. Revisão de P.A. e P.G. Juros Simples e Juros Compostos. Taxas Proporcionais, Equivalentes, Nominal e Efetiva. Descontos Simples.

Equivalência de capitais. Rendas. Fluxo de Caixa. Empréstimos. Depreciação. Amortização. Inflação. Estratégias Comerciais de Compra e Venda

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, A.; **Matemática Financeira e suas aplicações**. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M; **Matemática Financeira**. 6ª Ed. – 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

SAMANEZ, C. P.; **Matemática Financeira**. 5. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R.; **A matemática das finanças com aplicações na HP12C e Excel**, 3º ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

HAZZAN, S.; POMPEO, J. N.; **Matemática Financeira** – 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. de O.; **Introdução ao Cálculo para Administração, Economia, e Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MUROLO, A.; BONETTO, G.; **Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PUCCINI, A. L.; PUCCINI, A.; **Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada**. Ed. Compacta. São Paulo: Saraiva, 2006

ECONOMIA I

EMENTA: Introdução ao estudo da economia; Conceitos econômicos fundamentais. Os temas básicos da economia; Antecedentes Históricos da Economia- os clássicos, era Keynesiana e atualidade; Microeconomia – teoria dos preços; princípios da oferta e demanda; Demanda individual e de mercado; O comportamento do consumidor; formação de preços; Custos de produção, lucros, estrutura de mercado; A origem e evolução da moeda, sua necessidade, tipos de moedas etc.

Bibliografia Básica:

MATIAS-PEREIRA, José. **Economia brasileira**. São Paulo: Atlas, 2003.

STIGLITZ, Joséph E. **Introdução à microeconomia**. São Paulo: Campus, 2003.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez.

Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2001.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia, Fundamentos e Aplicações**. Pearson Education do Brasil, 2009.

MOCHON, Francisco; Troster, Roberto Luiz. **Introdução à Economia**. São Paulo, Makron Books, 1994.

SAMUELSON, Paul A; NORDHAUS, Willian D. **Economia**. São Paulo: McGraw-Hill, 2004.

WESSELS, Walter J. **Economia**. São Paulo. Saraiva, 1998.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: Conceitos Fundamentais; Pesquisa Científica; Produção de Textos e Trabalhos Técnicos Científicos; Normas da ABNT.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

BEUREN, Ilse Maria. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, São Paulo: Atlas, 2008.

CECCONELLO, Antonio Renato et al. **Métodos e técnicas em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva et al. **Metodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

EMENTA: Evolução do Conhecimento Científico; Requisitos para o Reconhecimento Científico; Pensamento Racional; Noções de Lógica; Construção do Conhecimento; A Filosofia e o Pensamento Contábil.

Bibliografia Básica

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia: histórias e grandes temas**. São Paulo: Ática, 2003.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de filosofia: histórias e grandes temas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RUBEM, Alves. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. São Paulo: Loyola, 2007.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. vol. 1. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COPI, Irving M. **Introdução à lógica**. 2. ed. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

INSTITUIÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

EMENTA: Introdução ao Estudo do Direito; Noções de Direito Público; Direito Constitucional, Administrativo, Internacional, Penal, Tributário e Processual; Noções de Direito Privado: Civil, Comercial e Trabalhista; Direito do Consumidor.

Bibliografia Básica

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINHO, Rui Rabello. **Instituições de direito público e privado: Introdução ao estudo do Direito e Noções de Ética Profissional**. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 9.ed. Belo Horizonte: Delrey, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MACIEL, Adhemar Ferreira. **Dimensões do Direito Público**. Belo Horizonte: Delrey, 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; PINHO, Ruy Rebello. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 2004.

3º PERÍODO

CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

EMENTA: Demonstrações Financeiras (Um enfoque mais aprofundado) – Balanço Patrimonial: formas de apresentação, grupos de contas, critérios de agrupamento, ordem dos grupos de contas. DR (Demonstração de Resultado): estrutura e formas de apresentação, distribuição de lucros. DRA – Demonstração do Resultado Abrangente - DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados): estrutura, componentes, compensação de prejuízos. DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido): estrutura, componentes, diferença com a DLPA. DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa): estrutura e componentes.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC**: Atende à programação do 1º Ano do curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo, Atlas, 2013
BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Thompson, 2005.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**. São Paulo. Ferreira, 2010.
FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicáveis às demais sociedades**. 7 ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2013, 650 p. ISBN 978 85224-4648-3.
MOSCOVE, Stephen A; SIMKIN, Mark; G.BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.
RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Saraiva, 2012.
SCHMIDT, Paulo. **Fundamentos de Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 2004.

ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EMENTA: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente e Total; Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC**: Atende à programação do 2º Ano do curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.
BEGALLI, Glauco Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2009.
FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicáveis às demais sociedades**. 7 ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2013, 650 p. ISBN 978 85224-4648-3

Bibliografia Complementares

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC**: Atende à programação do 1º Ano do curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.
BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis - Estrutura, Análise e Interpretação**. 6ª Edição São Paulo. Atlas, 2009.
ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.
SILVA, Antonio C. Ribeiro; MARION, José C. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas: De Acordo com as Normas Internacionais**

de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000. São Paulo: Atlas, 2013.

CONTABILIDADE DE CUSTOS I

EMENTA: Introdução à Contabilidade de Custos; Classificação e Nomenclatura de Custos; Sistemas de custeamento; Esquema Básico de Custos

Bibliografia Básica

DUTRA, René G. **Custos uma abordagem prática.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos.** 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

Bibliografia Complementar

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços: Com aplicações na calculadora HP 12C e Excel.** São Paulo: Atlas, 2012.

COGAN, Samuel. **Custos e Formação de Preços: Análise e Prática.** São Paulo: Atlas, 2013.

LEONE, George S. Guerra; LEONE, Rodrigo J. **Curso de Contabilidade de Custos.** São Paulo: Atlas, 2010.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos. Criando Valor para a Administração.** São Paulo: Atlas, 2001.

RIBEIRO, O. Moura. **Contabilidade de Custos Fácil.** São Paulo: Saraiva, 2009.

ECONOMIA II

EMENTA: Política Macroeconômica e seus principais instrumentos como: Política fiscal, monetária e cambial; Os fatores condicionantes do desenvolvimento. Comparação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; A importância do crescimento econômico; Globalização Economia Aberta e Fechada; Fatores externos que influenciam a economia brasileira. A importância do comércio internacional; O balanço de pagamentos; Mercado de Capitais (Bolsa de Valores); Desenvolvimento Econômico do Brasil.

Bibliografia Básica

MOCHÓN, F. e Troster, R.L. **Introdução à Economia,** SP: Pearson Education, 2002.

VASCONCELOS, M.A.S. e Garcia, ME. **Fundamentos da Economia,** SP: Saraiva, 2002.

VIEIRA, Flávio Vilela. **Macroeconomia Internacional: Teoria, Modelo e Evidências** - Ed. Alínea e Átomo; 2008.

Bibliografia Complementar

FURTADO, Celso: **Formação Econômica do Brasil,** SP: Cia. Das Letras, 2007.

GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole: O que a Globalização está fazendo por nós**, SP: Record, 2000.

HALFELD, Mauro: **Seu Dinheiro - Fundamentos Educacionais**, SP: 2006.

LEITÃO, Miriam; Saga Brasileira: **A longa Luta de um povo por sua Moeda**; Record, 2011.

MELLAGGI F., A. Ishikawa, S.: **Mercado Financeiro e de Capitais**, SP: Atlas, 2001.

DIREITO TRABALHISTA E LEGISLAÇÃO SOCIAL

EMENTA: Empregador; Empregado; Normas Gerais de Tutela do Trabalho; Normas Especiais de Tutela do Trabalho; Contrato Individual de Trabalho; Associação Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho; Justiça do Trabalho; Previdência e Assistência Social; Legislação Complementar.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 28 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. revisada., atualizada. e ampliada. São Paulo. Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

BACHUR, Tiago Faggioni. **Cálculos previdenciários e soluções práticas para um benefício melhor**. Editora Lemos e Cruz, 2012.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Direito sindical**. São Paulo: LTr, 2009.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei básica da previdência social : tomo I, plano de custeio**; Lei n. 8.212/91. São Paulo, LTr, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 2009.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Ementa:

Introdução à Psicologia; Estudo da Personalidade e Comportamento Humano; Motivação e Liderança; Inteligência; Fundamentos do Comportamento dos Grupos; Jogos; Liderança; Relacionamento Interpessoal; Tópicos Emergentes.

Bibliografias Básicas

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOSKOVICI, Fela. **Renascença organizacional: a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Person, 2006.

Bibliografia Complementar

- ANGELONI, Maria Terezinha. **Organizações do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BOOG, Gustavo e Magdalena - coordenação. **Manual de gestão de pessoas e equipes**. São Paulo: Gente, 2002.
- ROTHAMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009.
- SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R.; **Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2009.

4º PERÍODO

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EMENTA: Estudos dos sistemas de informações contábeis. Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise (processos de análises); Objetivos da análise. Análise Vertical e Horizontal; Análise econômica de rentabilidade e financeira (estrutura de capitais e liquidez). Análise de Capital de Giro. Análise da gestão do lucro.

Bibliografia Básica

- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços**. 10ª edição, SÃO Paulo. Atlas. 2010.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.
- NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços**: São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografias Complementares

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC**: Atende à programação do 1º Ano do curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis - Estrutura, Análise e Interpretação**. 6ª Edição São Paulo. Atlas, 2009.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**.. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATARAZZO, Dante C., **Análise Financeira de Balanços - Abordagem Prática e Gerencial**. São Paulo. Atlas. 2010.
- FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicáveis às demais sociedades**. 7 ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2013, 650 p. ISBN 978 85224-4648-3.

CONTABILIDADE DE CUSTOS II

EMENTA: Margem de contribuição. Ponto de equilíbrio. Margem de segurança. Relação custo/volume/lucro e formação do preço de venda. Alavancagem operacional.

Bibliografia Básica

DUTRA, René G. **Custos uma abordagem prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

Bibliografias Complementares

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços: Com aplicações na calculadora HP 12C e Excel**. São Paulo: Atlas, 2012.

COGAN, Samuel. **Custos e Formação de Preços: Análise e Prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

LEONE, George S. Guerra; LEONE, Rodrigo J. **Curso de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos. Criando Valor para a Administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

RIBEIRO, O. Moura. **Contabilidade de Custos Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

EMENTA: Responsabilidade Social; Sustentabilidade; Projetos Sociais; Marketing Social; Empreendedorismo Social; Noções de Contabilidade Social; Balanço Social; Modelos de Balanço Social; Legislação Aplicável e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Bibliografia Básica

COSTA, Carlos Alexandre Gehm. **Contabilidade Ambiental - Mensuração, Evidenciação e Transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografias Complementares

BARBIERI, José C.; CAJAZEIRA, Jorge E.R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável – da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Sônia M.S.; GARCIA, Cláudio O. **Controladoria Ambiental: Gestão Social, Análise e Controle**. São Paulo: Atlas, 2013.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A Responsabilidade e o Social - uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

REIS, Carlos Nelson; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade das empresas e balanço social**. São Paulo: Atlas, 2007.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

EMENTA: Conceitos; Ética Geral, Empresarial e Profissional; Código de ética Profissional do Contabilista; Processos, Infrações e Penalidades; Responsabilidade Civil, Criminal, Fiscal e Social; Legislação do Exercício Profissional.

Bibliografia Básica

FERREL, Linda; FRAEDRICH, John P.; FERREL, O. C. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos.** Rio de Janeiro: Reichmann & Autores, 2011.

FORTES, José Carlos. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista.** Fortaleza: Fortes, 2002.

FIPECAFI; LISBOA, Lazaro Plácido (Coord.). **Ética geral e profissional em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografias Complementares

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 803, de 10 outubro de 1996.** Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc>. Acesso em: 10 ago. 2011.

COMPARATO, Fábio. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006

NALINE, José Renato . **Ética geral e profissional.** 6º Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2013.

CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

EMENTA: Economia do Agronegócio; Procedimentos Contábeis do Setor. Definição Contabilidade Agropecuária. Conceitos básicos. Contabilização. Planos de Contas para Atividades Agropecuárias. Apuração de resultado. Demonstrações Contábeis.

Bibliografia Básica

CALLADO, Antonio André Cunha. **Agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica.** São Paulo: Atlas, 2013

_____, José Carlos; SEGATTI, Sonia Maria. **Contabilidade da pecuária.** São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografias Complementares:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.186, de 28 de agosto de 2009. NBC T 19.29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <http://>

www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001186. Acesso em 30/09/2011.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial** São Paulo: Atlas, 2012.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Deyvison de Lima. Oliveira, Gessy. Dhein Oliveira. **Contabilidade Rural - Uma Abordagem do Agronegócio dentro da Porteira**, São Paulo: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade Aplicada ao Agronegócio: Teoria e Prática**. São Paulo: Juruá, 2011.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

EMENTA: Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo: Princípios Contábeis; campo de aplicação, objetivo, função social, patrimônio público, plano de contas; lançamentos típicos, elaboração e análise das demonstrações contábeis, custos e controle interno sob a ótica contábil.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública, Teoria Prática e Mais de 700 Exercícios**. São Paulo: Campus, 2007.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografias Complementares

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos, **Contabilidade Pública: da teoria à prática**/Inaldo da Paixão Santos Araujo, Daniel Gomes Arruda.-2.ed ver. E atualizada. -São Paulo: Saraiva 2009.

ANDRADE, Milton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2007.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. [S.1.]: do autor, 2009.

DIREITO COMERCIAL E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

EMENTA:

Aspectos Introdutórios; O Empresário; Sociedades; Dissolução Parcial ou Total da Sociedade.

Bibliografia Básica:

BERTOLDI, Marcelo M. **Curso Avançado de Direito Empresarial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 813 p. ISBN 85-203-2864-4.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Empresarial: Direito de Empresa**. São Paulo: Saraiva, 1. 2010. 518 p. ISBN 978-85-02-07190-2.
SANTOS, Elisabete Teixeira Vido Dos. **Direito Empresarial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5. 2013. ISBN 978-85-203-4688-4.

Bibliografias Complementares:

CASTRO, Moema Augusta Soares. **Manual de Direito Empresarial**. Incluindo comentários a Lei Complementar número 123/2006- Lei do Simples Nacional, Teoria Geral do Direito Societário, Propriedade Industrial, Direito de empresa. Rio de Janeiro: Forense, 2007. ISBN 978-85-309-2586-4.
CAVALCANTE, Benigno. **Manual de Direito Empresarial**. Leme: Cronus, 2010. 521 p.. ISBN 978-85-61544-13-3.
FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Atlas, 2010. 747 p. ISBN 85-224-4342-4.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 701 p. ISBN 978-85-203-3626-7.
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de Direito Empresarial: O novo regime jurídico Empresarial Brasileiro**. Salvador: Editora Juspodivm, 2009. 709 p.

5º PERÍODO

CONTABILIDADE AVANÇADA I

EMENTA:

Método de custo histórico e valor justo e equivalência patrimonial. Consolidação das demonstrações contábeis embasado pelos conceitos coligadas, controladas e combinação de negócios;

Bibliografias Básicas

ALMEIDA Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Avançada – Textos, Exemplos e Exercícios Resolvidos**. São Paulo: Atlas, 2010
FISCAFI. **Manual de Contabilidade Societária Aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2013.
RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografias Complementares

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012.
CONSELHO Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.330, de 18 de março de 2011, alterada pela ITG 2000 (R1), de 05 de dezembro de 2014. ITG 2000 [R1] **Escrituração Contábil**. Brasília – DF. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2011/001330.
Acessado em 28/02/15.
COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis 15 , de 03/06/11. **Combinação de Negócios**. Brasília – DF. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46> . Acessado em 28/02/15 .
COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis 19 (R2), de 09/11/12. **Negócios em conjunto**. Brasília – DF. Disponível em

<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=50> . Acessado em 28/02/15.
COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis 36 (R3), de 07/12/12. Demonstrações Consolidadas. Brasília – DF. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=67> . Acessado em 28/02/15.

AUDITORIA I

EMENTA: Evolução, conceito e classificação da auditoria. Normas de auditoria nacionais. Planejamento da Auditoria.

Bibliografias Básicas

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti – **Auditoria um curso moderno e completo.** São Paulo – SP, Atlas, 2012.
HERNANDES Peres Junior, José – **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos.** São Paulo: Atlas, 2012.
LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa: atualizada e revisada pelas Leis 11638/2007 e 11941/2009 e Normas do CPC.** São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografias Complementares

ATTIE, Willian, **Auditoria Conceitos e Aplicações** - São Paulo: Atlas, 2002.
BOYNTON, Wilian. **Auditoria.** São Paulo, Atlas 2002.
CREPALDI, Silvio Aparecido - **Auditoria Contábil Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2012.
FRANCO, Hilario; MARRA Ernesto. **Auditoria Contábil:** São Paulo:Atlas, 2013.
RIBEIRO, Osni. **Auditoria Fácil.** São Paulo: Saraiva 2011.

CONTABILIDADE DE CUSTOS III

EMENTA:

Custeio ABC. Custo padrão. Métodos Quantitativos aplicados em gestão de custos. Implantação e controle de sistemas de custos. Custo de oportunidade.

Bibliografias Básicas.

DUTRA, René G. **Custos uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** São Paulo: Atlas, 2010.
MEGLIORINI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Pearson, 2007.

Bibliografias Complementares.

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços: Com aplicações na calculadora HP 12 C e Excel.** São Paulo: Atlas, 2012.
COGAN, Samuel. **Custos e Formação de Preços: Análise e Prática.** São Paulo: Atlas, 2013.
LEONE, George S. Guerra; LEONE, Rodrigo J. **Curso de Contabilidade de Custos.** São Paulo: Atlas, 2010.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos. Criando Valor para a Administração.** São Paulo: Atlas, 2001.

RIBEIRO, O. Moura. **Contabilidade de Custos Fácil.** São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

EMENTA: Aspectos Legais do Direito Tributário; Competência Tributária; Receitas Públicas e Tributos; Normas Gerais de Direito Tributário; Contencioso Tributário.

Bibliografias Básicas:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo. Saraiva. 2007.

CAIS, Cleide Previtalli. **O Processo Tributário.** 6 Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2009.

CASSONE & Cassone. **Processo Tributário.** São Paulo. Atlas. 2002.

Bibliografias Complementares:

CAMPOS, Djalma de. **Processo Tributário.** São Paulo. Revista dos Tribunais. 2007.

CARRAZA, Roque Antônio. **Curso de Constitucional Tributário.** São Paulo. Malheiros. 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** São Paulo. Malheiros. 2007.

OLIVEIRA, José Jayme de Macedo. **Código tributário Nacional. Comentários, Doutrinas e jurisprudências.** São Paulo. Saraiva. 2007.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Processo Tributário.** São Paulo. Atlas. 2009.

ESTATÍSTICA APLICADA A CONTABILIDADE

EMENTA: Por que de estudar estatística, População, amostra, Variáveis, Aplicação da estatística, Relação entre probabilidades e estatísticas. Estatística descritiva: Medidas de tendência central, Medidas de dispersão, Diagramas de freqüência, Dados agrupados. Pesquisa e Amostragem. Introdução a probabilidade e ao teste de hipótese: Cálculo de probabilidades. Probabilidades, Distribuição de probabilidades de variáveis aleatórias discretas, distribuição de probabilidade de variáveis aleatórias contínuas. Inferência estatística: estimativa por pontos e por intervalo de confiança, Teste de hipótese. Análise de variância. Correlação e Regressão Linear Simples. Uso e aplicação de alguns softwares em estatística.

Bibliografias Básicas

BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica: métodos quantitativos para economistas e administradores.** São Paulo: Saraiva, 2011.

DOWNING, Douglas e CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MORETTIN, Luiz G. **Estatística Básica.** São Paulo: Pearson, 2010.

Bibliografias Complementares

CRESPO, Antônio A. **A Estatística Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MUROLO, Afrânio Carlos. **Estatística para cursos de economia, administração**

e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 1999. 2010.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo: Makron Books, 2004.

SPINELLI, Walter Souza e SOARES, Maria Helena. **Matemática Comercial e Financeira**. São Paulo: Ática, 1998.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981

6º PERÍODO

CONTABILIDADE AVANÇADA II

EMENTA: Operações com Derivativos, Hedge e outros instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros e ganhos e perdas em operações com instrumentos financeiros.

Bibliografias Básicas

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

ISHIKAWA, Sérgio; MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe (Coordenadores). **Curso de Mercado Financeiro: Tópicos Especiais**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografias Complementares

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2010.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Quality Mark Editora, 2013.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe (Coordenadores). **Curso de Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES, Alexsandro Broedel; GALDI, Fernando Caio; LIMA, Iran Siqueira. **Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos**. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FINANÇAS EMPRESARIAIS.

EMENTA: Orçamento de capital e fluxos de caixa. Método de avaliação de projetos sem risco e com risco. Decisões de investimento, de financiamento e de dividendos a distribuir. Estrutura de Capital. Planejamento Financeiro. Princípios fundamentais de planejamento e orçamento.

Bibliografias Básicas

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2009.
GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson, 2010.
ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. **Administração financeira**: São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografias Complementares

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.
ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro (Livro-texto)**. São Paulo: Atlas, 2012.
BRIGHAM, Eugene F.; GAPENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.
MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial (Livro-texto)**. São Paulo: Atlas, 2010.
MATIAS, Alberto B. **Análise financeira fundamentalista de empresas. Série Finanças Corporativas**. São Paulo: Atlas, 2009.

METODOLOGIA DE PESQUISA I

EMENTA: Metodologia Científica; Tipologia de pesquisa; Normas da ABNT; Etapas de Elaboração do Projeto de Pesquisa.

Bibliografias Básicas

BEUREN, Ilse Maria. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografias Complementares

BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica: métodos quantitativos para economistas e administradores**. São Paulo: Saraiva, 7ed./2011
CECCONELLO, Antonio Renato et al. **Métodos e técnicas em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; Silva, Roberto da. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas, 2009.
SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS

EMENTA: Análise de Dados; Distribuição de Frequência; Descrição de Dados; Probabilidades; Regressão e Correlação; Séries Temporais; Representação Gráfica; Números Índices; Teoria da Amostragem; Testes de Hipóteses; Noções de Cálculos Atuariais.

Bibliografias Básicas

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008.

BUSSAB, Wilton O. **Análise de variância e regressão**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CORRAR, Luiz J;THEÓPHILO, Carlos Renato.**Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**.São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografias Complementares

LECHTERMACHER,G. **Pesquisa operacional na tomada de Decisões**.Editora Campus .Elsevier. Rio de Janeiro. 2004

MUROLO, Afrânio Carlos. **Estatística para cursos de economia, administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2010.

MORETINI, Pedro e BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica. Métodos quantitativos para economistas e administradores**. São Paulo: Atlas. 2011.

KAZMIER, J Leonard. **Estatística aplicada a economia e administração**. São Paulo:Mc-Graw-Hill, 2007.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

AUDITORIA II

EMENTA: Planejamento de Auditoria. Auditoria de disponibilidades e aplicações financeiras. Procedimentos Operacionais. Compras. Contas a Pagar e estoques. Vendas e Contas a receber. Ativo Permanente. Financiamento de Longo Prazo. Receitas e despesas. Patrimônio Líquido. Pareceres, Relatórios e Comentários de auditoria.

Bibliografias Básicas

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria um curso moderno e completo**. São Paulo,Atlas, 2012.

HERNANDES, Peres Junior, José. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas Procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2012.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa**: atualizada e revisada pelas Leis 11638/2007 e 11941/2009 e Normas do CPC. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografias Complementares

ATTIE, Willian. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. São Paulo. Atlas; 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil Teoria e Prática**. São Paulo. Atlas; 2013.

FRANCO, Hilario, Ernesto Marra. **Auditoria Contábil**: São Paulo: Atlas 2013.

RIBEIRO, Osni. **Auditoria Fácil**. São Paulo:Saraiva 2011.

SA, Lopes de. **Curso de Auditoria**: São Paulo: Atlas 2011.

TEORIA GERAL DA CONTABILIDADE

EMENTA: Evolução do Pensamento Contábil; Escolas e Doutrinas da Contabilidade; Teoria Descritiva e Prescritiva; Princípios Fundamentais da Contabilidade; Critérios de Mensuração e Avaliação: Ativo e Passivo, Receitas e Despesas, Ganho e Perda

Bibliografias Básicas

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005

SCHMIDT, Paulo. **Historia do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Bibliografias Complementares

ALMEIDA, Marelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC**: Atende à programação do 3º Ano do curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2008.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Antonio C. Ribeiro; MARION, José C. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas: De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000**. São Paulo: Atlas, 2013.

7º PERÍODO

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA I

EMENTA: Estrutura de Capital das Empresas; Ajuste a Valor Presente; Valor Justo (fair value); Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (impairment); Ativos e Passivos Contingentes; Ganhos e Perdas de Capital.

Bibliografias Básicas:

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada**: texto e testes com as respostas. São Paulo: Atlas, 2009.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz. **Contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografias Complementares

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2010.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras** – São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada**. São Paulo. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA EM IFRS E CPC**: Atende à Programação do 2º Ano dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas. São Paulo: Atlas, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC**: Atende à programação do 3º Ano do curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

METODOLOGIA DE PESQUISA II

EMENTA: Estrutura do Trabalho Científico de Conclusão do Curso.

Desenvolvimento pelos os alunos do artigo científico ao longo da disciplina.

Bibliografias Básicas

BEUREN, Ilse Maria. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografias Complementares

BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica: métodos quantitativos para economistas e administradores**. São Paulo: Saraiva, 7ed./2011.

CECCONELLO, Antonio Renato et al. **Métodos e técnicas em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; Silva, Roberto da. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas,2009.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

EMENTA

Conceitos básicos em informática; conceitos básicos de tecnologia da informação relacionados ao SPED; gestão de arquivos e dados; noções básicas de certificação digital; segurança da informação e responsabilidades do Contador.

Bibliografias Básicas:

PERES, Adriana M., MARIANO, Paulo A., MENDES, Wilson R. **A Fiscalização na Era Digital**, São Paulo:IOB, 2012.

SEMOLA, Marcos. **Gestão da Segurança da Informação. Uma visão executiva**. São Paulo: Campus,2013.

STALLINGS, Willian. **Arquitetura e Organização de Computadores**. São Paulo: Prentice Hall,2010.

Bibliografias complementares:

SILVA, Antonio Everaldo. **Segurança da Informação, Vazamento de Informações**. São Paulo: Moderna, 2012.

MACHADO, Maia. **Arquitetura de Sistemas Operacionais**. São Paulo: LTC, 2012.

WHITE, C.M. **Redes de Computadores e comunicação de dados**. São Paulo: Cengage, 2012.

TANEBAUM & WOODHULL, Andrew S.& Albert S. **Sistemas Operacionais – Projeto e Implementação**.Porto Alegre: Bookman, 2008.

ABNT, **Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC27002, 2010**.

PLANEJAMENTO E CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

EMENTA: Conjunto de tributos e os encargos sociais mais relevantes, existentes no Brasil, que causam impacto nas atividades empresariais. Tributação das pessoas jurídicas e seus reflexos no desempenho das empresas. Nível Federal: Apuração e Escrituração Contábil; Elisão (planejamento tributário); Ajustes do Lucro Contábil para Apuração do Lucro Real; Reconhecimento dos Efeitos dos Ajustes na Apuração do Lucro Real; Apuração e Escrituração de Lucro Presumido e Super Simples; IPI PIS e COFINS, sistema cumulativos e não cumulativos. Nível Estadual: Regime de tributação: Débitos e crédito do ICMS, Benefícios fiscais e Apuração do ICMS. Nível Municipal: ISSQN.

Bibliografias Básicas

BORGES, Humberto Bonavides; **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. São Paulo: Atlas, 2006.

FABRETTI, Lúaudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de, et al. **Manual de contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografias Complementares

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. São Paulo: IR publicações, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 3000, de 26 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4544.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 4.544, de 26 de dezembro de 2002.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000>. Acesso em: 19 ago. 2011

BRASIL. **Lei complementar n. 87. de 13 de setembro de 1996.** Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BRASIL. **Lei complementar n. 116, de 31 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BRASIL. **Lei complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estado Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2011, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10637.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003.** Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.833.htm>. Acesso em: 19 ago. 2011.

CONTABILIDADE INTERNACIONAL

EMENTA:

Contabilidade e seu ambiente no Brasil. Diferenças internacionais na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis. Harmonização de padrões contábeis internacionais e os principais organismos mundiais e regionais responsáveis pela internacionalização da contabilidade. Principais divergências nos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação. Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS e USGAAP. Conversão de Demonstrações Contábeis para moeda estrangeira.

Bibliografias Básicas

FIPECAFI, ERNST & YOUNG. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade. IFRS versus Normas Brasileiras.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. et.al. **Manual de Contabilidade Societária. Aplicável a todas as sociedades. De acordo com as Normas Internacionais e do CPC.** São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Sirlei.; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade internacional para graduação.** Texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografias Complementares

ALMEIDA, Marcelo C. **Curso de Contabilidade Avançada em IFRS e CPC: Atende à Programação do 4º ano do Curso de Ciências Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JUNIOR, José H.; OLIVEIRA, Luís M. **Contabilidade Avançada: Texto e Testes com as Respostas.** São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária: Atualizada pela Lei 11.941/09 e Pelas Normas do CPC.** São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Antonio C. Ribeiro; MARION, José C. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas: De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000.** São Paulo: Atlas, 2013.

EMPREENDEDORISMO

EMENTA:

Empresa, Empresário e Empreendedor; Planejamento Estratégico; Gerenciamento dos Recursos Empresariais; Plano de Negócios;

Bibliografias Básicas

BERNARDI, L. A.; **Manual de empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas.** 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

DORNELAS, J.; **Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios.** 5ª edição. Editora LTC. 2014.

HISRICH, R. D., PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A.; **Empreendedorismo.** 9ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014

Bibliografias Complementares

FOX, V.; **Marketing na Era do Google: Como a busca mudou tudo.** Editora Alta Books, 2011.

HASHIMOTO, M.; **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo: aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo.** São Paulo: Saraiva, 2006.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea.** São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

LOWE, J.; Google. **Lições de Sergey Brin e Larry Page. Os Criadores da Empresa mais inovadora de todos os tempos.** Editora Elsevier, 2009.

MARCOVITCH, J.; **Pioneiros & Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

LABORATÓRIO CONTÁBIL

EMENTA: Prática Profissional Simulada em laboratório com software específico de contabilidade. Constituição de uma empresa nos diversos órgãos competentes (Abertura). Escrituração Contábil; Elaborar e analisar balancetes, DR e Balanço Patrimonial; Apuração e contabilização de impostos na esfera federal, estadual e municipal.

Bibliografias Básicas

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** São Paulo : Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. Ernesto Rubens Gelbcke, Ariovaldo dos Santos e Sérgio de Iudícibus, **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC.** São Paulo; Atlas, 2013..

REIS, Arnaldo; Marion, Jose Carlos. **Contabilidade Avançada.** São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografias Complementares

ERNST & YOUNG e FIPECAFI, **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade;** 2ª Edição 2010, Atlas.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** São Paulo: Atlas, 2010.

PRIMAK, Fábio Vinícius. **A contabilidade na Era da Informática** :Rio de Janeiro; Ciências Modernas, 2009

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Gerencial, com referencia à reforma das sociedades por ações; Lei 11.638/07.** Curitiba: Juruá, 2008.

SOUZA, Clóvis de. FAVERO, Hamilton Luiz. LONARDON, Mário. TAKANURA, Massakazu. **Contabilidade teoria e Prática,** 2ª Edição 2013, Atlas.

8º PERÍODO

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA II

EMENTA: Reorganização Societária; Provisões e Outras Transações Societárias; Insubstituições e Superveniências; Reservas; Dividendos Obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio.

Bibliografias Básicas:

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada:** texto e testes com as respostas. São Paulo: Atlas, 2009.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** São Paulo: Atlas, 2010.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz. **Contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografias Complementares

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA EM IFRS E CPC: Atende à Programação do 2º Ano dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas.** São Paulo: Atlas, 2014.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **CURSO DE CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA SUPERIOR EM IFRS E CPC: Atende à programação do 3º Ano do curso de Ciências Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras.** São Paulo: Atlas, 2010.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras.** São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada.** São Paulo. São Paulo: Saraiva, 2012.

PERÍCIA, AVALIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA: Perícias: históricos, conceitos e objetivos. Perito: Perfil Profissional exigível. Cidadania e Perícia: Responsabilidades sociais, civis e criminais. Espécies de Perícias: Judiciais, Extrajudiciais e Arbitragem. Procedimentos operacionais e contábeis de arbitragem. Remuneração do trabalho pericial. Plano de Trabalho. Técnicas do trabalho pericial contábil. Aplicação da Perícia contábil. Laudo pericial. Normas Brasileiras de Contabilidade NBC PP 01 e NBC TP 01 – Norma Técnica de Perícia Contábil do CFC.

Bibliografias Básicas

PIRES, Marco Antonio Amaral. **Laudo Pericial Contábil na Decisão Judicial.** Curitiba: Juruá, 2007.

ZANNA, Remo Dalla, **Prática de perícia Contábil.** São Paulo; THOMSON IOB, 2005

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil.** São Paulo; Atlas, 2000.

Bibliografias Complementares

ALBERTO, Valder Luiz Palombo, **Perícia Contábil.** São Paulo; Atlas, 2000.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova Pericial Contábil: Aspectos práticos & fundamentais.** Curitiba: Juruá Editora, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica.** São Paulo; Atlas, 2012.

PIZZO, João Cláudio Machado, **Perícia Contábil para o Exame de Suficiência do CFC.** São Paulo; Edipro Edições Profissionais Ltda., 2012.

ZANNA, Remo Dalla, **Perícia Contábil em Matéria Financeira.** São Paulo; IOB, 2008.

CONTROLADORIA

EMENTA: Contextualização; Planejamento empresarial; Orçamento de Vendas, de produção, de Despesas Operacionais e de Caixa; Aspectos Gerais da Controladoria; Organização e funções da Controladoria, controle gerencial, processo decisório; Relatórios de Controle; Sistema Integrado de Gestão; Sistemas de Avaliação de Desempenho.

Bibliografias Básicas:

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria - Teoria e Prática**. São Paulo: ATLAS, 2000 - .ISBN: 9788522452323

FIPECAFI. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica GECON**. São Paulo: Atlas, 2001.

NAKAGAVA, Masayuki. **Introdução À Controladoria - Conceitos, Sistemas , Implementação**. São Paulo: ATLAS, 1993 , ISBN: 8522409889

Bibliografias Complementares

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2009.

KAPLAN, Robert S; NORTON, David P. **A estratégia em ação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. ISBN 85 352-0149-1

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: Conceitos, metodologia e prática**. São Paulo: Atlas, 2007. ISBN 85 224-4926-2.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de controladoria**. São Paulo: Atlas, 2006. (Coleção resumos de contabilidade); ISBN 85 224-4389-0.

ROSSETTI, J.P.; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2012.

MERCADO DE CAPITAIS

EMENTA: Introdução ao Sistema Financeiro Nacional. O mercado de capitais como segmento do mercado financeiro. Títulos e valores mobiliários privados e públicos negociados no mercado de capitais. Governança Corporativa. Formação de carteira de investimentos. Análises de risco e retorno. Análise fundamentalista e técnica para investimento em ações.

Bibliografias Básicas

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Fundamentos do Mercado de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografias Complementares

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRIGHAM, Eugene F.; GAPENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C.

Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2010.

ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSSETTI, José P.; ANDRADE, Adriana. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2012.

CONTABILIDADE GERENCIAL

EMENTA: Contabilidade no contexto do processo decisório. Demonstrações contábeis: Avaliação de desempenho e desenvolvimento. Relação de custo/volume/lucro. Demonstrativo de Resultado do Projetado; Balanço Patrimonial Projetado; Informações contábeis para decisões de investimento e financiamento. Técnicas de controladoria e relatórios gerenciais como auxiliares do processo decisório.

Bibliografias Básicas:

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: **Um enfoque em sistema de informação contábil** São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**, Saraiva, 2011.

VASCONCELOS, Revson. **Contabilidade Gerencial: Livro-texto, com exemplos, estudo de caso e atividades práticas**. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografias Complementares

ATKINSON, Anthony A.; Rajiv D Banker; Robert S Kaplan; S Mark Yong. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; LOPES, Christiane Calado V. de. **Contabilidade para não Contadores texto e exercícios**, São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, Jose Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**; São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Anisio Candido. et al. **Contabilidade Gerencial**, São Paulo: Atlas, 2011.

WARREN, Carl S.; James M Reeve; Philip E Fess. **Contabilidade Gerencial** São Paulo: Thomson Learning, 2008.

FUNDAMENTOS DE ATUÁRIAS

EMENTA: A Ciência Atuarial, o Atuário e seu campo de atuação. Noções de Seguro, componentes dos seguros. Previdência Social e Previdência Privada. Tipos de Previdência Privada. Planos de benefícios (legislação, tipos, modelagem, custo, financiamento, passivo atuarial, reserva matemática, contabilização, equilíbrio atuarial etc.), a contabilidade dos planos de benefícios nas empresas patrocinadoras. Metodologia de cálculo do prêmio puro e comercial. Influência do perfil demográfico e da tábua biométrica no custo dos planos de previdência complementar aberta e fechada, bem como dos seguros. A matemática financeira aplicada ao cálculo atuarial.

Bibliografias Básicas

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da Previdência Complementar: da Atuária à Contabilidade**. São Paulo, 2010.

FILHO, Antonio Cordeiro. **Cálculo Atuarial Aplicado: Teoria e Aplicações – Exercícios Resolvidos e Propostos**. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Silney de. **Seguros: Contabilidade, Atuária e Auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografias Complementares

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. de. **Seguros, Matemática Atuarial e Financeira: Uma Abordagem Introdutória**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERRARO, Suzani Andrade. **Equilíbrio Financeiro e Atuarial nos Regimes de Previdência Social**. Lumen Juris Editora, 2010.

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade de Seguros**. São Paulo: Atlas, 2012.

MUROLO, A.; BONETTO, G. **Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade**. São Paulo: Thomson, 2008.

RODRIGUES, José Angelo. **Gestão de Risco Atuarial**. São Paulo: Saraiva, 2007.

TÓPICOS ESPECIAIS

A Ementa da Disciplina de Tópicos Especiais será revista semestralmente, por temática, para complementação de conteúdos diversificados.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS (OPTATIVA)

EMENTA: Conceitos básicos sobre deficiência auditiva (surdez). Línguas de sinais e a

Língua Brasileira de Sinais – Libras. A forma e a estruturação da gramática da Libras e seu vocabulário. Técnicas de desenvolvimento da linguagem corporal.

Bibliografias Básicas

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de apoio para o aprendizado de Libras. São Paulo: Phorte, 2011.

MOURA, Maria Cecília de et al. Educação para surdos: práticas e perspectivas. São Paulo: Santos, 2011.

PEREIRA, Maria Cristina da C. Libras. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografias Complementares

ALBRES, Neiva de Aquino. **Surdos & inclusão educacional**. Petrópolis: Arara Azul, 2010.

ALMEIDA, Elizabeth C. de; DUARTE, Patricia M. **Atividades ilustradas em sinais da Libras**. São Paulo: Revinter, 2004.

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo, Editora Global. 2013.

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: Sinais de M a Z**. São Paulo: EDUSP, 2001.

REIS, Benedicta A. C. Dos/ Segala, Sueli Ramalho. **Abc Em Libras**. São Paulo, Panda Books, 2009.

2.1.4.9 – Estágio Supervisionado

O Estágio supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerente ao perfil do formando, realizado nos 6º e 8º semestres do curso, com total de 400 horas,

sendo supervisionado por docente da instituição especialmente designado para essa atribuição.

O Regulamento de Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis da Libertas - Faculdades Integradas está apresentado neste Projeto Pedagógico como Anexo I.

2.1.4.10 -Trabalho de Conclusão do Curso – TCC

O trabalho de Curso é um componente curricular obrigatório que poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centradas em áreas teóricas-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, sendo desenvolvido ao longo do 7º e 8º Semestres do curso, com total de 100 horas e orientado por docente designado para tal função.

Os critérios, procedimentos, mecanismos de avaliação e diretrizes técnicas relacionadas à elaboração do Trabalho de Curso – TCC, são estruturados mediante Regulamento Próprio, aprovado pelo Conselho Superior e Acadêmico (art.24, item XII) do Regimento Interno da Libertas – Faculdades Integradas.

O Regulamento do TCC, (Anexo III) de que trata o parágrafo anterior, deverá ser revisto anualmente, por toda equipe pedagógica, com o objetivo de manter um padrão de qualidade e desenvoltura apresentadas pelos alunos.

2.1.4.11 – Atividades Complementares

As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As atividades complementares, com carga horária mínima de 150 (cento e cinquenta) horas, podem consistir-se em:

- a) Atividades de pesquisa (de investigação teórica ou empírica);
- b) Atividades de extensão;
- c) Participação em seminários, congressos, conferências, simpósios;
- d) Monitorias;
- e) Trabalhos de iniciação científica;
- f) Cursos livres (informática e idiomas).
- g) Elaboração de perícias gratuitas. (convênio c/ Tribunal de Justiça, Estadual e Federal);
- h) Outros (aprovado pelo Conselho Superior Acadêmico).

A integralização da carga horária das atividades complementares deverá ocorrer, de forma gradativa desde o 1º semestre do curso, devidamente comprovada pelo aluno. A Instituição poderá oferecer cursos, seminários, palestras, elaboração de projetos, convênios, visitas, e atividades de cunho social/cidadania, como atividade complementar.

As Atividades Complementares da Libertas - Faculdades Integradas tem um Regulamento unificado para os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Enfermagem, o qual faz parte deste projeto como Anexo II, no final.

2.1.4.12 – Atividades de Extensão

A Libertas - Faculdades Integradas criou e implantou junto à Coordenação de Extensão a Bial de Saberes Múltiplos, evento de caráter cultural, que consiste em uma série de atividades abertas a comunidade local e acadêmica, além da realização da Semana Acadêmicas de cada um de seus cursos. A Coordenação de Curso incentiva, ainda, a realização, em cada uma das disciplinas da sua estrutura curricular, de palestras, visitas técnicas, oficinas e outros eventos correlatos, apoiados pelo professor de cada uma das disciplinas.

É também estimulada pela instituição a participação de eventos como Trote Solidário e também no Dia da Responsabilidade Social, juntamente com a coordenação de estágio e extensão. Essas ações têm como objetivos

incentivar a prática de atitudes solidárias dentro da instituição e estreitar o relacionamento entre os diversos segmentos da comunidade acadêmica.

3. CORPO DOCENTE

3.1. POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO

O Corpo Docente da instituição é composto por profissionais qualificados, tendo a titulação como fator preponderante para sua ascensão profissional. Estabelece relação direta com o nível de remuneração e com as funções acadêmicas delegadas pela administração/coordenação do curso.

Leva-se, também, em consideração a experiência profissional não acadêmica na área aplicada, que, além da capacidade magisterial comprovada, esteja no dia-a-dia da atividade dos fundamentos e aplicações que ministram.

Aliado a esse propósito pretende-se que a maioria dos docentes atue nas disciplinas com estreita vinculação às áreas de conhecimento de sua qualificação e experiência profissional.

3.2. PLANO DE CARREIRA

No Plano de Carreira do Docente está prevista a qualificação e adequação da remuneração na instituição. Nele, a experiência e a competência profissional do docente, desde que mantenham relações com as áreas dos cursos, serão reconhecidas e valorizadas, da mesma forma em que abre amplas possibilidades de aprimoramento constante.

3.3. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO

A instituição tem adotado uma política de qualificação que propicie aos seus docentes um processo permanente de melhoria contínua, visando sua constante atualização e ampliação de seu leque de conhecimento e titulação, através da participação em congressos, seminários, eventos, cursos e palestras.

A mantenedora disponibiliza o custeio parcial (bolsas de estudo) para qualificação de seu corpo docente, priorizando os interesses institucionais e as

respectivas áreas de afinidade das disciplinas avaliados pela coordenação de cada curso e direção acadêmica, dentro dos parâmetros estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (SINPRO/MG), no mínimo.

Independentemente do alto nível do perfil já identificado, em índices de titulação, a Instituição de ensino continuará cuidando para melhoria qualitativa desse componente escolar, procurando, sob todos os meios e aspectos, oferecer aos cursos um quadro docente cada vez mais qualificado, mais titulado, com mais tempo para dedicar-se às suas atividades de ensino e com maiores recursos de sustentação técnica de sua atividade, em sala de aula e nos vários aspectos que integram a atividade docente.

A preocupação com a qualificação pós-graduada, *stricto sensu*, permeará particularmente, o campo de formação básica e de formação geral do currículo pleno, procurando-se oferecer aos futuros profissionais uma sólida formação científica nas atividades que desenvolverão. Na área aplicada, será preocupação prioritária a contratação de professores profissionais, que, além da capacidade magisterial comprovada, estejam no dia-a-dia da atividade cujos fundamentos e aplicações ministrem.

A Instituição procurará oferecer aos docentes o apoio necessário ao desenvolvimento qualificado do ensino, em cada área específica, tanto no aspecto bibliográfico como nos de informática e recursos outros que possam contribuir para facilitar o aprendizado.

O Corpo Docente pretendido e a titulação desejada estão especificados no Plano de Carreira Docente.

Para os cursos propostos, o Corpo Docente deverá apresentar habilitação específica para as disciplinas indicadas e especialização na área ou áreas afins, além de experiência docente.

O Corpo Docente dos cursos propostos será composto de professores Titulares, Assistentes e Auxiliares de Ensino.

3.4. CORPO DOCENTE DO CURSO: FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Adriana Rogeri	Ciências Contábeis pela Libertas-Faculdades Integradas.	Especialização em Gestão Pública Municipal Integrada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil (2009).			
		Especialização em Planejamento Orçamentário e Financeiro do SUS Municipal pela PUC Minas.	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	Agente Administrativo (atuando na área contábil)	2003– 2008
			Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	Chefe Departamento Administrativo e Financeiro da Sec. M. Saúde e Ação Social	2009– 2014
			Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	Auditora	Abril 2014 - em exercício cargo efetivo
			Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	Secretária de Saúde e Ação Social	Julho 2014 - previsão até outubro 2014

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Adriano Alves de Lima	Filosofia	Comunicação Social - Lato Sensu	ETFG	Professor Espanhol	2001 – atual
			ETFG	Professor Redação	2008- atual
			ETFG	Professor Estágio	2009 – atual
			ETFG	Supervisão Pedagógica	2011 – atual

			UNIESP	Professor Sociologia Educação, História Educação Brasileira, Didática, Filosofia Educação	2003 – 2005
			CEDUC	Professor Espanhol	2005 – 2007
			LIBERTAS	Professor Filosofia, Antropologia, Sociologia,	2006 – atual

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Aldo de Souza	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças Empresariais pela UFLA/LAVRAS - MG	PM São João Batista do Glória - MG	Coordenador do Setor de Controle Interno	02/01/2001 à 31/12/2004
			PM de São José da Barra - MG	Coordenador de Prestação de Contas de Convênio.	02/01/2005 à 31/12/2008
			PM de São José da Barra - MG	Coordenador de Prestação de Contas de Convênio.	02/01/2009 à 31/12/2012
			PM São João Batista do Glória - MG	Secretario de Finanças	02/01/2013 à 31/05/2013
			Planej Associados Ltda – EPP	Contador	Desde: 04/06/2013

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Alysson Alexander Naves Silva	Bacharel em Ciência da Computação – Universidade Federal de Lavras	Mestre em Ciência da Computação e Matemática Computacional – ICMC – USP – Universidade de São Paulo	Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – Libertas – Faculdades Integradas	Coordenador de Curso	05/2011-atual
			ACEF – Universidade de Franca (UNIFRAN)	Professor	02/2011-atual
			Instituto Federal do Sul de Minas (IFSuldeminas – Campus Muzambinho)	Tutor EAD	02/2011-07/2011
			Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – Libertas – Faculdades Integradas	Professor	02/2010-atual
			FAPESP	Bolsista de Mestrado	08/2008-02/2010
			CNPq	Bolsista de Mestrado	02/2008-07/2008
			PréUFLA – Pré Vestibular da Universidade Federal de Lavras	Professor	03/2005-07/2007

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Célia Benedita Braghini David	Letras/Português – Faculdade de Filosofia de Passos – MG	Especialista em Administração da Qualidade e Produtividade FACEAC/São Sebastião do Paraíso – MG. Mestrado em Linguística – UNIFRAN – Franca /SP	Banco Itaú S.A.	Escrituraria e Encarregada de Serviços	01/06/77 a 26/11/81
			Libertas-Faculdades Integradas São Sebastião do Paraíso-MG	docente	01/03/96
			Escola Estadual Benedito Ferreira Calafiori- São Sebastião do Paraíso- MG	docente	01/02/2002
			E. Estadual Clóvis Salgado	docente	01/11/1988 a 05/06/2014 aposentada

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Cristina Pimenta Reis	Ciências Contábeis	Adm. da Qualidade e Produtividade	Libertas - Faculdades Integradas	Professora	1986- atualmente
			CEDUC	Coordenadora de estágio	2004- atualmente
		MBA Gestão de Recursos Humanos	Polysuture Ind.Comércio	Supervisora de RH	2007 a 2009

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período	
Darlan Einstein do Livramento	Engenheiro Agrônomo - Universidade Federal de Lavras	Mestre em Agronomia / Fisiologia Vegetal – Universidade Federal de Lavras	EMBRAPA - Café	Bolsista do CBP e D – Café – Pesquisador	2000 a 2003	
			UNINCOR	Professor	2003 a 2010	
			UNINCOR	Coordenador e Diretor de Instituto	2005 a 2008	
			Doutor em Agronomia / Fisiologia Vegetal – Universidade Federal de Lavras	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	Gerente nível IV	2008 A 2010
				Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM/ CEDUC	Professor - Curso Técnico	2009 – 2012
				Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM - Libertas	Professor	2009 – atualmente
				Estágio de Pós-Doutoramento - Agronomia – Universidade Federal de Lavras	Coordenador	2013 – atualmente
				Fundação de Ensino Superior de Passos, MG	Professor: Graduação	2013 a – atualmente
		Professor: Mestrado Profissional – Conceito 3 CAPES.			2014 – atualmente	
				Livramento Consultoria e Assessoria Agropecuária: Empresa Parceira: AGRICHEM SA	Proprietário	2011 – atualmente

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Davidson Scarano		Mestre em Tecnologias da Inteligência	Escola de Enfermagem Dr. José Maria de Alkimin	Estagiário	1996 a 1999
			Hospital Gedor Silveira	Analista	1999 a 2007
			Escritório Deputado Carlos Melles	Analista	2000 a 2001
			FECOM	Analista Diretor Acadêmico	2002 a 2010 2010 até hoje

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Eduardo de Brito	Ciências Contábeis – FEARP – USP – Ribeirão Preto.	Especialista em Direito Tributário –UNAERP – Ribeirão Preto.	Libertas Fecom	Professor	Fev/2011 – Atual
		Mestre em Controladoria e Contabilidade -FEARP - USP –Ribeirão Preto	Centro Universitário Hermínio Ometto – Araras SP	Professor	Ago/2011 – Aual
			FACIG Faculdades de Ciências Gerenciais de São Joaquim da Barra, FACIG, Brasil.	Professor	Fev/2010 a Julho/2011
			Faculdades REGES - Rede Gonzaga de Ensino, REGES, Brasil.	Professor	Fev/2009 a Dez/2010
			Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração, INEPAD, Brasil.	Consultor	2008/2009

			SSistemas de Fluxos Brasil Industria e Comércio Ltda SF, Brasil.	Gerente Financeiro	Jun/2007 a Abr/2008
			Café Utam S/A, UT, Brasil.	Coordenador de controladoria/ Contador	2000/2006

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Julio Cezar da Silva	Ciências Contábeis – pela Libertas Faculdades Integradas.	(E) Controladoria e Auditoria Contábil UNIFRAN – Franca/SP.	Contabilidade São Sebastião	Contador	1995 até a presente data
			Prefeitura Municipal S.S.do Paraiso	Professor Curso Técnico	2005 a 2009
	Matemática – Licenciatura Pelo - Centro Universitário Claretiano de Batatais.	Mestrando –Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UEMG Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Rural	Libertas Faculdades Integradas	Professor de Contabilidade	2007 a 2009 2011 até a presente data

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Julio Henrique Machado	Ciências Contábeis - Libertas	Mestrado em Contabilidade – PUCSP	Libertas	Professor	2010 a hoje
			Libertas	Coordenador	2011 a hoje
			UNIFEG	Professor	2008 a 2010
			FESP	Professor	2008 a 2010
		UNIFRAN	Professor de pós-graduação	2011 a hoje	
		FACECA	Professor de pós-graduação	2012 a hoje	
		IPEL	Professor de pós-graduação	2013 a hoje	
	Especialista em Controladoria e Finanças – FEARP/USP e Bournville Inglaterra	UNIVAS	Professor de pós-graduação	2013 a hoje	

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Luiz Fernando Pimenta Gil	Direito – Universidade de Alfenas - UNIFENAS	Mestre em Direito / Direito Empresarial – Universidade de Franca – UNIFRAN	Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM - Libertas	Professor	1999 – atualmente
			Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM - Libertas	Diretor acadêmico	2002 a 2006
			UNIFRA – Universidade de Franca	Professor	2001 a 2006
			Fundação Educativa de Guaxupé	Professor	2009 a 2010

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Marco César de Carvalho	Direito – Faculdade de Direito de Franca	Pós-graduado em Direito Processual Civil – Fundação Armando Álvares Penteadó – FAAP	Advogado		2003 a atualmente
			Carvalho, Dowe e Oliveira Advogados Associados	Sócio	2005 a atualmente
	Ciências Contábeis – Libertas - Faculdades Integradas	Mestrando em Sistemas Constitucional de Garantia de Direitos – Instituição Toledo de Ensino – ITE	Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso - FECOM	Professor	2008 a atual
			Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Sebastião do Paraíso - INPAR	Assessor e consultor jurídico	2009 a atualmente

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período

Maria Cristina Menezes Valenciano	Serviço social Direito	Especialização em Serviço Social e Política Social. (Carga Horária: 420h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 1999 – 2001.	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor	Escriturária Monitor Assistente social	1986-1998
		Especialização em andamento em Pós-graduação em Educação a Distância. (Carga Horária: 360h). Faculdade Interativa COC. 2008.			
		Mestrado em Serviço Social (Conceito CAPES 4). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. 1993 – 1997.			
		Doutorado em Serviço Social (Conceito CAPES 4). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. 1999 – 2001.	Centro Universitário Claretiano	Docente (graduação) Docente (Pós-graduação) Coordenador a do Núcleo de Iniciação Científica	1998-2005
		Pós-Doutorado. Universidade de Coimbra. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social. 2011 em andamento.	UNAERP	Docente (graduação) Docente (pós-graduação)	1998-2006
Valenciano Assessoria e Consultoria	Diretora Consultora técnica		2004 -2013		

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Marisse Dizaró Bonfim	Ciências Contábeis	<i>Lato Sensu</i> Controladoria e Finanças – Universidade Federal de Lavras (UFLA) – 2009	Fundação de Ensino Superior de Passos, MG	Professor: Graduação	2010 a – 2012
			CovidienInc, Empresa Multinacional na área de <i>healthcare</i>	Coordenadora de Controladoria – Divisão de Manufatura	2007 – Atual
		<i>Stricto Sensu</i> (Mestrado) Controladoria e Contabilidade – Universidade de São Paulo (USP) - 2013	Fundação Educacional Comunitária de S. S. do Paraíso FECOM – Libertas - Faculdades Integradas	Professor: Graduação	2008 – atual

			Pró Ativa Cursos e Treinamentos	Professor: Extensão	2009 - Atual
--	--	--	---------------------------------------	------------------------	--------------

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Nadia Maria de Lima Gonçalves	Ciências Econômicas – Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul – SP.	Especialista em Educação Ambiental – UCB/Rio de Janeiro – RJ	Libertas Faculdades Integradas	Professora Economia I e II	12/03/2008 até o momento
			Escola Técnica de Formação Gerencial	Professora Gestão I,II e III, Economia e Gestora Empresa Simulada	01/03/2013 até o momento
			CEDUC	Professor Economia e Política, Economia e Mercados e Empreendedorismo	Mesmo Libertas

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Olney Bruno da Silveira Junior	Administração Universidade de Franca	Administração de Recursos Humanos Universidade de Franca	Observatório Consultoria e Assessoria Ltda.	Consultor - Diretor	2009 a atualmente.
			Libertas Faculdade Integradas	Professor Graduação e Pós. Membro NDE	2004 a atualmente
		Mestrado em Administração das Organizações Universidade de São Paulo – USP FEARP	Universidade Anhanguera	Tutor EAD	2011 a atualmente
			Fundação de Ensino Superior de Passos, MG	Professor: Graduação. Membro NDE	2004 a - atualmente

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período

Silvana Marques	Advogada formada pela Universidade de Ribeirão Preto-SP	Contabilidade custos e finanças.	Universidade de Alfenas	Coordenadora Pedagógica e Professora de IED; D. Consumidor, D. Constitucional e Tributário.	1993 a 2010
		Direito Civil e Processo Civil.		Coordenadora do Núcleo de Práticas jurídicas. Integrante do Departamento de pesquisa e abertura de curso de pós-graduação.	
		Mestre em Direito Público	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso-MG	Assessora Jurídica na Implantação do Departamento de Compras e licitações. Assessora jurídica do Controle Interno. Assessora Jurídica na Implantação do SUS Fácil. Advogada Do Centro de Assistência em Serviço Social	2004 a 2012
		Especialista em Arbitragem e Mediação, pela Associação Comercial de São Sebastião do Paraíso-MG	Banco Itaú	Assessora da Diretoria e Responsável pela revisão de contratos Caixa cinco estrelas (Empresas); Auxiliar Administrativa.	1980 a 1986
			Pesquisadora e colaboradora na Universidade de Bauru.	Como revisora e colaboradora pela parte de questões econômicas da Revista da Universidade.	1992 a 1996

			Libertas - Faculdades Integradas.	Professora, Mestre, Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas.	1988 até a presente data
--	--	--	---	--	--------------------------------

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Stefânia Aparecida Belute Queiroz	Administração- Universidade Federal de Lavras	Especialista em Gestão de Empresas com Ênfase em Qualidade – Universidade Federal de Lavras	Fundação Educativa Comunitária de São Sebastião do Paraíso – FECOM	Professora Graduação	2011-atual
			Polysuture Ind. E Com. Ltda	Coordenadora da Qualidade	2011-2012
			Polysuture Ind. E Com. Ltda	Auditora Especialista da Qualidade	2008-2008
			Polysuture Ind. E Com. Ltda	Administrador a Júnior	2007-2008

DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Tulio Paschoini	Ciências Contábeis pela FACEAC.	Especialização em Perícia Contábil e Financeira pelo Centro Universitário UNISEB.	Escritório de Contabilidade de Lenine Souza Furtado	Auxiliar de Escritório	11/10/1995 à 15/06/2002
			Rede de Postos Zero Ltda	Auxiliar de Escritório	18/06/2002 à 14/09/2006
			Paschoini Contabilidade & Assessoria Ltda – ME	Sócio Contador	Desde 13/10/2006
				Perito Contador	Desde 04/2006
			Fundação Educativa – FECOM	Professor	Desde 13/03/2013

PROFESSOR	FORMAÇÃO ACADÊMICA		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	Empresa	Cargo	Período
Vilma Vieira Mião Oliveira	Ciências Contábeis	Especialização em Administração da Qualidade e Produtividade – FACEAC/São Sebastião do Paraíso/MG	Cia Distribuidora de Tecidos Riachuelo	Auxiliar de Credenciário	1972-1977
		Especialização em Administração Financeira Auditoria e Recursos Humanos FACEF/Franca/SP.			
		Mestrado em Administração de Empresas e Recursos Humanos pela Universidade de Extremadura/ Espanha	Tecidos e Confecções Indiana Ltda	Auxiliar de Escritório	1977-1990
			Fundação Educacional Comunitária	Professora	1988- até hoje.
			Fundação Educacional Comunitária	Coordenador a do Curso de Ciências Contábeis	2008 – até hoje.
		Mestrado em Educação – Pelo Centro Universitário Moura Lacerda de São João Preto-SP	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão – PARAISO CRED	Diretora Financeira	2006 até hoje
Feed Back Assessoria e Consultoria Contábil Ltda	Sócia Administradora		1994 até hoje		

3.4.1. Seleção de docentes

A seleção dos docentes se dá por meio cadastro de currículo e posterior processo de seleção através de avaliação da aula expositiva (oral) por banca examinadora instituída por memorando da Diretoria Executiva da Entidade Mantenedora.

Caso haja uma nova oportunidade na Instituição, o docente não precisará passar novamente pela banca. Porém, essa documentação somente será válida num intervalo de dois anos, a contar da data de sua exposição junto à banca examinadora.

3.4.2. Relação docentes/disciplinas

Demonstram-se, abaixo, o planejamento das disciplinas que compõem a estrutura curricular com seus respectivos docentes, a saber:

Período	Disciplinas	Professores
1°	Contabilidade Básica I	Vilma Vieira Mião Oliveira
1°	Matemática	Alysson Naves
1°	Comunicação Empresarial	Célia Benedita B. David
1°	Antropologia	Adriano de Lima
1°	Administração	Cristina Reis
1°	Sociologia	Maria Cristina Valenciano
Período	Disciplinas	Professores
2°	Contabilidade Básica II	Vilma Vieira Mião Oliveira
2°	Matemática Financeira	Alysson Naves
2°	Economia I	Nadia Lima
2°	Metodologia do Trabalho Científico	Stefânia Queiroz
2°	Filosofia da Ciência	Adriano Lima
2°	Instituição do Direito Público e Privado	Luiz Fernando Pimenta Gil
Período	Disciplinas	Professores
3°	Contabilidade Intermediária	Vilma Vieira Mião Oliveira
3°	Estrutura das Demonstrações Contábeis	Marisse Dizaró
3°	Contabilidade de Custos I	Julio H. Machado
3°	Economia II	Nadia Lima

3º	Psicologia Organizacional	Olney Bruno
3º	Direito Trabalhista e Legislação Social	Marco Cesar
Período	Disciplinas	Professores
4º	Análise das Demonstrações Contábeis	Vilma Vieira Mião Oliveira
4º	Contabilidade de Custos II	Julio H. Machado
4º	Responsabilidade Social	Adriana Rogeri
4º	Ética e Legislação Profissional	Cristina Reis
4º	Contabilidade do Agronegócio	Julio Cesar da Silva
4º	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Aldo de Souza
4º	Direito Comercial e Legislação Societária	Luiz Fernando P. Gil
Período	Disciplinas	Professores
5º	Contabilidade Avançada I	Marisse Dizaró
5º	Auditoria I	Julio Cezar da Silva
5º	Contabilidade de Custos III	Julio H. Machado
5º	Direito e Legislação Tributária	Silvana Marques
5º	Estatística Aplicada a Contabilidade	Darlan Livramento
Período	Disciplinas	Professores
6º	Contabilidade Avançada II	Eduardo de Brito
6º	Finanças Empresariais	Julio H. Machado
6º	Metodologia de Pesquisa I	Marisse Dizaró
6º	Métodos Quantitativos Aplicados	Darlan Livramento
6º	Auditoria II	Julio Cezar da Silva

6º	Teoria Geral da Contabilidade	Marisse Dizaró
Período	Disciplinas	Professores
7º	Contabilidade Societária I	Eduardo de Brito
7º	Contabilidade Internacional	Julio H. Machado
7º	Planejamento e Contabilidade Tributária	Marisse Dizaró
7º	Metodologia de Pesquisa II	Marisse Dizaró
7º	Tecnologia da Informação	Dorival Moreira Machado Junior
7º	Laboratório Contábil	Vilma Vieira Mião Oliveira
7º	Empreendedorismo	Vilma Vieira Mião Oliveira
Período	Disciplinas	Professores
8º	Controladoria	Marisse Dizaró
8º	Mercado de Capitais	Julio H. Machado
8º	Perícia, Avaliação e Arbitragem	Túlio Paschoini
8º	Contabilidade Gerencial	Julio Cezar da Silva
8º	Fundamentos de Atuárias	Eduardo Brito
8º	Contabilidade Societária II	Julio H. Machado
8º	Tópicos Especiais	Dependerá da Temática

3.5. CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O contrato de trabalho dos docentes é celebrado segundo a legislação trabalhista (C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho), na forma atinente às

entidades privadas, de conformidade com as especificidades de cada área ou curso.

Adota-se, como especificado no Plano de Carreira Docente e como mediador das relações trabalhistas, o sistema de remuneração por hora-aula ministrada, respeitando as condições constantes na CCT – Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre os sindicatos das categorias, ou seja, SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais e o SINEP – Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais.

3.6. CORPO DOCENTE DO CURSO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS ÚLTIMOS 3 ANOS.

Professor	Produção Científica (03 anos)	Endereço para acessar o CV:
Adriano Alves de Lima	12	http://lattes.cnpq.br/0181551766360685
Alysson Alexander N.Silva	17	http://lattes.cnpq.br/1803403925305247
Cristina Pimenta Reis	12	http://lattes.cnpq.br/8256418889553716
Darlan E. do Livramento	131	http://lattes.cnpq.br/4001557394394835
Julio Henrique Machado	34	http://lattes.cnpq.br/5391260460129572
Luiz Fernando Pimenta Gil	01	http://lattes.cnpq.br/3348985486120658
Marco César de Carvalho	11	http://lattes.cnpq.br/4312789865598340
Maria Cristina M. Valenciano	36	http://lattes.cnpq.br/5801120373303013
Marisse Dizaró Bonfim	01	http://lattes.cnpq.br/2356151132983881
Olney Bruno da S. Junior	177	http://lattes.cnpq.br/7539196973936975
Silvana Marques	26	http://lattes.cnpq.br/4383985312269322
Stefânia Ap. Belute Queiroz	04	http://lattes.cnpq.br/3848664591530471
Vilma Vieira Mão Oliveira	33	http://lattes.cnpq.br/1084865017112400
Célia Benedita B David	-	http://lattes.cnpq.br/9944348544160544
Eduardo de Brito	02	http://lattes.cnpq.br/3929942929482246
Nádia Maria de L. Gonçalves	-	http://lattes.cnpq.br/3432515389306255
Julio Cezar da Silva	-	http://lattes.cnpq.br/8716262053583941
Adriana Rogeri	-	http://lattes.cnpq.br/3513031047934690
Tulio Paschoini	-	http://lattes.cnpq.br/3980047767240056
Davidson Scarano	-	http://lattes.cnpq.br/8780874858543652
Aldo de Souza	-	http://lattes.cnpq.br/2727709766461929

Dos 21 professores do Curso de Ciências Contábeis, 14, ou seja, 66,67% tiveram produções científicas nos últimos três anos.

3.7. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DO CURSO

3.7.1. Da Secretaria Geral

A Secretaria Geral é o órgão central de desempenho das atividades administrativas e obedece a regulamento próprio, aprovado pelo Diretor Acadêmico. A Secretaria Geral é dirigida pela Secretária Geral, compreendendo um Setor de Expediente e uma Divisão de Registro e Controle Acadêmico. São funcionárias que compõem a Secretária:

Sra. Marta Sonia Dib Bicego – Secretária Geral

Sra. Angelita Cristina Bérghamo Borges – Auxiliar de Secretaria

Srta. Edna Souza – Auxiliar de Secretaria

3.7.2. Da Tesouraria e da Contadoria

Os encargos de Tesouraria e de Contadoria são exercidos através da Entidade Mantenedora, a quem compete à arrecadação dos rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas e a cobertura das despesas realizadas, de acordo com o orçamento aprovado para a instituição de ensino. A Tesoureira é a Srta. Maria Ignêz Moura Almeida, a Contadora é a Srta. Sandra Lia dos Santos. São funcionárias que compõem a Tesouraria e Contadoria:

Srta. Maria Ignêz Moura Almeida – Tesoureira

Srta. Sandra Lia dos Santos – Contadora

Sra. Andyara de Andrade Fernandes Grilo – Auxiliar de Tesouraria

Srta. Fabiana de Carvalho Marçal – Auxiliar de Contadoria

Sra. Nilda Pereira da Silva Gonçalves – Auxiliar de Tesouraria

Sra. Paula Helena de Lima Marques – Auxiliar de Contadoria

3.7.3. Da Biblioteca

A Biblioteca, destinada aos professores e alunos, é organizada de modo a atender aos objetivos da instituição e obedece a regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Superior e Acadêmico.

A Biblioteca é dirigida por profissional devidamente habilitado, Srta. Lucimar de Souza Menezes.

A Biblioteca funciona durante os períodos de trabalho escolar e no decorrer das férias, nos horários estabelecidos em seu regulamento.

São dois bibliotecários Sr. Fabrício Rodrigues Ferraz e Srta. Lucimar de Souza Menezes.

3.7.4. Da Coordenadoria de Estágios

A Coordenadoria de Estágios, diretamente vinculada à Diretoria Acadêmica, é órgão destinado a coordenar, acompanhar e fiscalizar a realização dos estágios curriculares dos cursos de graduação, competindo-lhe o desenvolvimento de todas as atividades relativas à sua função, desde o entendimento com as Coordenações dos Cursos e com os Colegiados de Curso, até o relacionamento com as estruturas de realização das atividades dos estagiários, celebração de acordos, convênios, contratos, culminando com a avaliação dos trabalhos de treinamento desenvolvidos pelos alunos. Coordenador de estágio é o Sr. Fabiano Siqueira dos Prazeres e pela Sra. Jane Borges Gonçalves Caramori.

3.7.5. Da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão

A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, diretamente vinculada à Diretoria Acadêmica, é órgão destinado a coordenar a realização de pesquisas e estudos nos domínios da cultura, da ciência e da técnica por ela abrangidos, relacionando essas atividades com as necessidades do desenvolvimento econômico e social da sua região de influência. O Coordenador é o Sr. Júlio Henrique Machado.

3.7.6. Do Departamento de Tecnologia da Informação

O Departamento de TI responde pelas principais atividades desempenhadas na TICs da Libertas – Faculdades Integradas, que são: Desenvolvimento de Sistemas, Administração de Dados, Administração de

Banco de Dados, Suporte a Servidores, Atendimento aos Usuários e à Rede Local.

Escopo de atuação das áreas:

Recursos Humanos – responde pelas questões inerentes aos sistemas de pagamentos e de gestão de recursos humanos;

Administrativo – trata dos sistemas de apoio à administração central, nas áreas financeira, patrimônio, materiais e protocolo;

Acadêmico – responde pelos sistemas acadêmicos que gerenciam os cursos da Libertas – Faculdades Integradas agendamento dos laboratórios e distribuição de recursos multimídias;

Institucional – responde por questões inerentes a outros sistemas da instituição, principalmente àquelas ligadas às áreas de pesquisa, comunicação e da Secretaria Geral;

Infraestrutura – administra a rede de dados, servidores e bancos de dados corporativos e presta atendimento técnico de hardware e software para os funcionários da Libertas – Faculdades Integradas.

A Analista de Sistemas é a Sra. Renata Rodrigues de Oliveira e o auxiliar de sistema é o Sr. Júlio César Naves Fernandes.

4. INFRAESTRUTURA

Toda infraestrutura da Libertas – Faculdades Integradas, compreendendo suas áreas acadêmicas e administrativas está incorporada em uma única área, com 15.401,98 m² de propriedade da mantenedora, na Av. Wenceslau Brás, 1.018 – Bairro Lagoinha, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de São Sebastião do Paraíso – MG, Livro 2, Fichas 01 e 02, Matrícula nº 41.562, distribuídas nas seguintes edificações:

4.1. INSTALAÇÕES

- Unidade 1 (Prédio Histórico):

Ocupa uma área de 856,59 m², construção com dois pavimentos, contendo 12 salas de aulas, Anfiteatro com capacidade para 250 pessoas sentadas, Sala para o Juizado de Conciliação (Direito), Sala dos Professores, Sala de Empresa Simulada, Sala para Coordenação de Estágios, Sala do Núcleo de Práticas Jurídicas e Estágio, Hall de entrada, 2 Sanitários (masculino/feminino) por pavimento e elevador para portadores de necessidades especiais.

- Unidade 2 (Prédio Ceduc):

Ocupa uma área de 733,50 m², com área construída de 2.567,20 m², construção com quatro pavimentos, contendo Hall de Entrada, Secretaria dos Cursos Superiores, Tesouraria, Secretaria para Cursos Técnicos e Profissionalizantes, Sala para Contabilidade, Direção Acadêmica, Direção Executiva, Sala dos Coordenadores, Cozinha, Boulevard, Laboratório de Prática de Enfermagem, Laboratório de Anatomia, Sala de Tecnologia da Informação (Manutenção e Informática), 5 (cinco) Laboratórios de Informática, Laboratório de Meio Ambiente, Almoxarifados em todos os pavimentos, Anfiteatro para 125 lugares, 11 salas de aula distribuídas em todos os pavimentos, Elevador para portadores de necessidades especiais, rampas e escadarias e Sanitários (2 por andar).

- Unidade 3 (Anexo 1):

Ocupa uma área de 877,63 m², construção térrea, com 8 (oito) salas de aula, Sala de Apoio com sanitário, Sala dos Professores, Cozinha, 2 (dois) amplos Sanitários, Área de Integração Social com jardinagem.

- Unidade 4 (Anexo Cultural):

Ocupa uma área de 760,56 m² e abriga: Biblioteca, Sanitários, Sala de Conferência, Sala de Apoio e Pesquisa, Espaço de Leitura, Cantina, Praça de

Alimentação, Diretório Acadêmico, Quadra Poliesportiva, e área livre para estacionamento.

- Observações:

Toda infraestrutura acadêmica e administrativa está equipada com tecnologia para acesso à internet via wireless; todas as salas de aula foram projetadas exclusivamente para essa finalidade, dotadas de equipamentos multimídia, lousas brancas, DVDs, telas de projeção, projetores e equipamentos de som. Todos os laboratórios de informática estão qualificados com configurações e equipamentos atualizados, com manutenção permanente. Os laboratórios de Prática de Enfermagem e Anatomia estão dotados com os equipamentos específicos e necessários para o desenvolvimento das aulas teórico-prático que o curso requer. Todos os sanitários, de todas as unidades (masculinos e femininos), são estruturados com armários, pias, vasos, espelhos, duchas e completamente adaptados para portadores de necessidades especiais. As áreas de circulação também possibilitam o livre trânsito dos portadores de necessidades especiais.

4.2. BIBLIOTECA

4.2.1. Serviços prestados

Os valores dos serviços educacionais, serão objeto de reajuste, com periodicidade anual, levando-se em consideração as alterações dos custos e nas políticas econômicas, salarial, acordo, convenção ou dissídio coletivo, dentro dos parâmetros legais, bem como pela incidência de tributos e/ou contribuição previdenciária advindos de normas jurídicas, ou por autorização dada por medidas legais pertinentes à matéria.

Será preservado o equilíbrio contratual, caso qualquer mudança legislativa ou normativa altere a equação econômico-financeira do referido contrato, como forma de preservar a capacidade de manutenção e investimentos da instituição mantenedora, e o devido respeito ao poder aquisitivo de seus discentes.

4.2.2. Política de renovação do acervo

No Plano de Expansão, os recursos previstos destinam-se não apenas à qualificação dos serviços prestados e à aquisição de livros e periódicos, mas também à possibilidade do uso de vídeos, mapas, recursos de interligação teleinformatizada e tudo mais que caracterize um moderno e eficiente processo informativo, disponível para os seus usuários.

Os recursos para a expansão, em todos os seus aspectos, encontram-se identificados no planejamento econômico-financeiro e serão garantidos pela mantenedora.

4.2.3. Infraestrutura física da biblioteca

A biblioteca das faculdades tem como objetivo apoiar, estimular e facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para uso do Corpo Docente, Discente, Técnico-Administrativo e comunidade, desenvolvendo nos usuários o hábito da leitura, a capacidade de pesquisa, enriquecimento das experiências pessoais, a cultura e o entretenimento.

A biblioteca está organizada de forma a atender as atividades meios e fins. São atividades meios aquelas relativas aos processos de tratamento da informação e fins aquelas de atendimento ao usuário.

São competências da biblioteca:

Adquirir o material bibliográfico necessário e adequado, organizá-lo e torná-lo acessível;

Propiciar a utilização dos recursos informacionais existentes;

Viabilizar o acesso a outros sistemas e redes de informação.

A Biblioteca ocupa hoje uma área de 597,10m², assim distribuídos:

- Repartições: 04
- Sala de atendimento: 66,50m²
- Sala de computadores: 66,50m²
- Sala de acervo: 171,12m²
- Sala de estudos individuais e grupos: 68,95m²

- Almojarifado: 6,90m²
- Sanitário feminino: 6,16m²
- Sanitário masculino: 10,61m²
- Sanitário para PNE: 4,14m²

A biblioteca conta com espaço devidamente especificado no layout do prédio da faculdade, específico para leitura, trabalho em grupo, processamento do acervo, em um lugar com adequada ventilação e amplamente iluminada, natural e artificialmente.

Sala de atendimento com área de 66,50m², equipada com balcões – um para área de atendimento, outro servindo de guarda volumes; mesas e cadeiras e para estudos; mesas e cadeiras para funcionários, bancadas para computadores, computadores de uso dos funcionários; máquina de escrever com mesa e cadeira; impressoras, de uso exclusivo dos funcionários; estantes de periódicos; quadro de avisos e arquivos com gavetas, relógios de parede e ainda disponibiliza calculadoras eletrônicas.

Sala de computadores equipada com 10 computadores distribuídos em bancadas,

Sala de estudos individuais e grupos com uma área de 68,95m², equipada com mesas de 8 lugares e 3 mesas com 4 lugares, televisor de 42 polegadas, retro projetor, vídeo cassete, gravador de DVD, mesa para retroprojetor, mesa para professor, quadro branco, telas de retro projetor e bebedouros. A sala em questão é utilizada pelos alunos, e com prévio agendamento, para outros fins.

Sala com uma área de 171,12m² e equipada com estantes destinadas ao acervo; estantes para periódicos, armários de duas portas para videoteca , arquivos para CD e DVD.

O almojarifado de 11,38m² é equipado com estantes, mesa, escadas, filtro de água e balcão.

4.3 – LABORATÓRIOS

A Libertas - Faculdades Integradas possui seis laboratórios de informática que estão à disposição do curso de Administração mediante o agendamento e prévia quantidade de alunos que utilizarão. Os professores solicitam com antecedência, caso necessário, a instalação de software específico para sua disciplina. Há sempre manutenção preventiva nos laboratórios para uma melhor otimização das aulas. O e-mail para qualquer solicitação é o suporte@fecom.edu.br.

Caso o professor queira, há sinal de internet de excelente qualidade em todo o campus que auxiliará no processo ensino-aprendizagem.

5. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

5.1. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

A Libertas - Faculdades Integradas oferece aos seus discentes o Núcleo de Apoio ao Estudante - NAE. O núcleo tem o propósito de constituir-se como um espaço de acolhida ao estudante durante o período em que o mesmo realiza o curso, a contar do seu ingresso.

É um serviço de orientação, apoio e escuta direcionado a alunos, que pode ser estendido a professores e coordenadores de curso e à Libertas Faculdades Integradas como um todo.

O NAE tem como objetivo geral contribuir para a implementação de uma política de assistência aos estudantes, voltada para o acolhimento e para políticas e ações que promovam a permanência dos alunos na vida acadêmica, assim como a conclusão no curso escolhido.

Os objetivos específicos do NAE são:

- Oferecer atendimento psicológico individual e/ou coletivo, a alunos que apresentam dificuldades emocionais e psíquicas que possam interferir no processo de aprendizagem e a integração à vida acadêmica;
- Analisar as demandas discentes e sistematizá-las a partir da política de assistência estudantil;
- Acolher os alunos ingressantes pelo vestibular ou por transferências viabilizando a sua integração no espaço acadêmico;
- Desenvolver estratégias individuais e/ou coletivas que favoreçam o desenvolvimento psicológico, físico, acadêmico e social dos discentes;
- Desenvolver ações que favoreçam a formação acadêmica em aderência com a política pedagógica da faculdade;
- Executar, acompanhar, problematizar e avaliar os programas de suporte socioeconômico como os financiamentos estudantis;
- Desenvolver um programa de acompanhamento de egressos;

- Promover a saúde e a qualidade de vida dos estudantes da faculdade, a partir de ações preventivas e consultas clínicas;
- Orientar os alunos quanto a atitudes, técnicas e planejamento de estudo;
- Orientar os alunos de final de curso sobre educação continuada, pós-graduações especializações dentre outras;
- Estimular os acadêmicos a participarem do projeto de monitoria e dos programas de nivelamento.

Nos atendimentos realizados pelo NAE são identificados os problemas de origem pedagógica como: relacionamento professor/aluno, avaliação, reprovação etc. Tais questões são levadas ao conhecimento da coordenação de curso, que junto com o NAE, faz um trabalho de identificação e intervenção quando necessário.

É também objetivo do NAE, assim como de toda a instituição, a formação do aluno como um cidadão consciente dos problemas sociais. Para isso são oferecidas palestras com o objetivo de informar e discutir com os alunos as temáticas referentes ao uso de drogas, ao meio ambiente, à violência, questões étnico raciais e de inclusão social, dentre outras. Nesse contexto, há também o envolvimento dos coordenadores de curso, corpo docente e representante da comunidade diretamente, todos ligados à temática.

O NAE conta com um regulamento próprio que orienta suas atividades e também possui espaço físico apropriado ao atendimento psicológico e psicopedagógico e o profissional responsável pelo mesmo possui formação específica para o desempenho das funções inerentes ao trabalho desenvolvido no NAE.

O NAE funciona semanalmente no horário das 18:00 às 19:00 horas.

5.2. POLÍTICA DE BOLSA

O Programa de Bolsa de Estudos, criado com a finalidade de atender e dar suporte aos alunos mais carentes, dentro do senso de responsabilidade social e cumprimento de sua missão, a mantenedora procura direcionar 10% (dez por cento) de sua receita, ao programa de bolsas parciais de 25% (vinte e

cinco por cento), requeridos em formulário próprio, com juntada de documentação que comprove sua condição carente, apreciados por uma assistente social designada exclusivamente para esse fim, que após selecionados, são encaminhados aos Conselhos Diretor e Curador para aprovação final. Uma vez concluído o processo de seleção, o resultado é apresentado em relatório encaminhado ao Diretório Acadêmico e ao Ministério Público, através da Curadoria de Fundações, para ciência e acompanhamento, podendo, em caso de discordância, manifestar suas opiniões.

A concessão das bolsas segue periodicidade anual, com possibilidade de renovação contínua, caso não ocorra nenhum fato contrário, estando condicionada sua renovação aos seguintes critérios: frequência, aproveitamento e pontualidade nos pagamentos das mensalidades.

5.3. PROGRAMA DE MONITORIA

A monitoria é uma atividade de ensino que tem por objetivo contribuir no desenvolvimento da competência pedagógica para o magistério da educação superior. A Monitoria da Libertas - Faculdades Integradas é estabelecida e operacionalizada por um Regulamento próprio (Anexo IV).

5.4. PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Referenciado no instrumento de verificação *in loco* das condições institucionais, mecanismos de nivelamento são: “previstas ações sistemáticas para a recuperação das deficiências de formação do ingressante”. Baseado no PDI institucional é corrente que essa situação inevitável faz com que todo o planejamento e organização didático-pedagógicos da instituição sejam feitos com parcimônia, tendo em vista as diferentes habilidades e competências dos alunos ingressantes e a necessidade de um período de nivelamento dos mesmos. Essa situação tem motivado o corpo docente da instituição para criar soluções para o contexto; não podendo haver um modelo pronto, para as concepções didático-pedagógicas que possam aparecer.

Dentro dessa abordagem, ações facilitadoras que possibilitam o nivelamento dos alunos ingressantes são criadas com intuito de promover uma melhoria no conhecimento básico de leitura e produção de textos em língua portuguesa e também em matemática básica e noções de informática. Para tanto são utilizados professores das disciplinas referidas ou contratados professores para a realização das atividades de nivelamento. Os serviços oferecidos pelo nivelamento ocorrem aos sábados.

Assim a IES busca criar mecanismos de nivelamento de seus alunos, utilizando-se de instrumentos que foram criados para detectar a necessidade de nivelamento tais como:

- dados obtidos através de questionário socioeconômico, aplicados aos vestibulandos;
- levantamento das dificuldades dos alunos iniciantes, pelos docentes;
- análise dos resultados dos candidatos aprovados e matriculados;
- encontros periódicos dos professores, de períodos comuns ou disciplinas afins.

Dessa forma na busca de diminuir as dificuldades próprias da transição do ensino médio para o ensino superior, ou mesmo daqueles que estão a algum tempo longe das salas de aula, a IES propicia em todos os cursos, nivelamento em matemática e português, para os alunos do 1º período.

6. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

A Libertas – Faculdades Integradas adota como política de avaliação todas as formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES:

Seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei 10861/2004, agindo de forma clara e objetiva, com total liberdade, independência e autonomia, uma vez que a maior busca é a essência do pensamento coletivo, que norteia o planejamento estratégico da instituição e em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. A Comissão Própria de Avaliação – CPA é composta por representantes dos seguintes segmentos: Representantes da comunidade (2), Representantes do Corpo Docente (2), Representantes do Corpo Técnico-administrativo (2) e Representantes do Corpo Discente (2).

Os representantes de cada segmento são indicados espontaneamente pelos seus pares e no caso dos representantes da comunidade são convidados aqueles com identificação da causa educacional com espírito crítico construtivo.

A avaliação institucional é realizada em ambiente eletrônico, o que permitiu a comunidade acadêmica (alunos professores e pessoal técnico-administrativo) participar do processo de uma forma mais segura e rápida, a partir da disponibilização dos instrumentos de pesquisa (questionários) no ‘site’ da faculdade.

Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações:

A avaliação é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, passíveis de correção, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de resolução das deficiências.

A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição de Ensino Superior.

A adequada implementação e os bons resultados de um processo de autoavaliação pressupõem algumas condições fundamentais, a saber:

- Equipe de coordenação, para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da Instituição de Ensino Superior, e refletir sobre o processo;

- Participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si, auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;

- Compromisso explícito dos dirigentes da instituição em relação ao processo avaliativo. É importante ficar evidenciado que há um apoio institucional para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessárias;

- Informações válidas e confiáveis, nesse sentido, a coleta, o processamento, a análise e a interpretação de informações são essenciais para alimentar as dimensões que a autoavaliação quer indagar;

- Uso efetivo dos resultados para planejar ações destinadas ao aprimoramento institucional. Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer metas.

As decisões para o desenvolvimento institucional têm como base as pesquisas da Comissão Própria de Avaliação – CPA, quando se reúnem os representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada para a definição do planejamento contendo as etapas de sensibilização, desenvolvimento e consolidação. A etapa de sensibilização aconteceu com a participação dos representantes da Comissão Própria de Avaliação – CPA, por meio de divulgação no Portal da Libertas – Faculdades Integradas, através dos Coordenadores de Curso, visita da Comissão em sala de aula. Na etapa de desenvolvimento foi realizada avaliação de egressos, docentes, análise sobre evasão, entre outras atividades. Ainda nessa etapa, foram revisados os instrumentos de coleta de

dados (questionários), aplicadas as metodologias de análise e interpretação de dados e, disponibilizadas as condições materiais e de recursos humanos para o desenvolvimento do trabalho. Na terceira e última etapa, a de consolidação, elaborou-se o relatório final a partir da definição de seu formato e da discussão dos resultados encontrados no processo de coleta de dados, direcionado para um balanço crítico do processo avaliativo com a comunidade acadêmica.

A estrutura do relatório compreendeu as 10 (dez) dimensões descritas no documento denominado “Roteiro de Auto Avaliação Institucional 2004” (SINAES), em que se buscou identificar as fragilidades e as potencialidades da Instituição, sendo elas:

Dimensão 1 – Planejamento Institucional; Dimensão 2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização; Dimensão 3 – A Responsabilidade Social da Instituição (Inclusão Social, Desenvolvimento Econômico e Social) defesa do meio ambiente; melhoria cultural; produção artística e patrimônio cultural; Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade; Dimensão 5 – As Políticas de Pessoal, de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico – Administrativo; Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 7 – Infraestrutura Física e Recursos de Apoio; Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação / Resultado e Eficácia da Autoavaliação Institucional; Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Estudantes e Egressos; Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira.

6.1. – AVALIAÇÕES DO CURSO JÁ REALIZADAS PELO MEC OU OUTROS ÓRGÃOS REGULADORES

Avaliação Externa:

O Curso de Ciências Contábeis submeteu-se aos processos de avaliação estabelecidos na legislação, sendo que até o ano de 2008, era subordinado ao Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, incluindo-se as exigências de natureza federal e estadual. A partir de setembro de 2008, o Supremo Tribunal federal entendeu que o vínculo das IES, deveriam ser do MEC e não mais do CEE, como vinha sendo feito.

O Curso foi autorizado pelo Decreto Federal D.O.U nº 69.985 de 20/01/1972, sendo reconhecido pelo Decreto Federal D.O.U nº 78.517 de

30/09/1976, sendo que sua primeira Renovação do Reconhecimento, se deu, após *visita in loco*, pelo CEE de Minas Gerais, Decreto Estadual nº 41.527 de 19/01/2001, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 20/01/2001, por 02 anos.

Em 07 de novembro de 2003, foi instituída pelo CEE de Minas Gerais, nova comissão para Renovação do Reconhecimento do Curso, uma vez que já se encontrava vencida a Renovação anterior. No dia 14/11/2003, aconteceu a visita *in loco* da comissão designada para Renovação. O curso foi avaliado com letra B e sua Renovação de Reconhecimento foi prorrogada por mais 04 anos, através do Parecer do CEE de Minas Gerais nº 1524 de 18/12/2007.

De 02 a 05/05/2012, ocorreu a visita *in loco* da comissão designada pelo MEC, para a primeira avaliação de transição do CEE de Minas Gerais para o MEC. O relatório desta comissão apresenta favorável a Renovação do Curso, com nota final 3, com a Renovação de Reconhecimento do Curso pela Portaria nº 579 de 12/11/2013, publicado no D.O.U de 13/11/2013.

Avaliações dos alunos de Ciências Contábeis.

Provão 2002	Provão 2003	ENADE 2006	ENADE 2009	ENADE 2012
Letra C	Letra B	Conceito 03	Conceito 02	Conceito 03

6.2. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O principal objetivo da avaliação do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis é manter o padrão de qualidade proposto no documento aqui apresentado e propiciar adequações ou atualizações de acordo com a demandas apresentadas e inovações da área.

O projeto pedagógico caracteriza-se por ser um projeto dinâmico que considera as mais variadas influências em sua construção. Para que o curso de Ciências Contábeis cumpra seus objetivos específicos, tanto na comunidade interna, quanto na comunidade externa, é necessário que os envolvidos estejam conscientes que se trata de uma construção constante e participativa.

Para que o processo avaliativo garanta a qualidade e a excelência, é necessário que todas as partes envolvidas no projeto participem de tal

processo. Sendo assim, corpo docente, corpo discente e dirigentes institucionais contribuem para o aprimoramento contínuo do curso.

Para tanto, o processo de avaliação deverá ser periódico e deverá contar com ferramentas que estabeleçam indicadores e parâmetros de avaliação de acordo com as diretrizes estabelecidas no próprio Projeto Pedagógico.

Para avaliar o Projeto Pedagógico do curso em sua totalidade será necessário mensurar periodicamente os desempenhos docente e discente, a infraestrutura física, além as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim como o Projeto Pedagógico foi elaborado de modo que o conhecimento amplo, aprofundado e generalista sejam prioritários na formação do profissional de Ciências Contábeis, o processo de avaliação deverá estar em consonância com estes pilares.

O processo de avaliação é uma das etapas da execução pedagógica, onde o desenvolvimento e aprimoramento da qualidade ocorrem quando novas estratégias são implementadas. Estas estratégias deverão ser elaboradas não apenas a partir do conhecimento das coerências da execução de suas ações, mas, principalmente, pela identificação e superação de suas limitações e fragilidades.

Conhecer e refletir sobre as questões relativas ao dinamismo social contemporâneo garantem elementos para que o curso mantenha-se atualizado e atingindo seus objetivos propostos.

Um processo de avaliação que contemple a participação de todos os envolvidos e que garanta a identificação de indicadores claros e coerentes permite a permanente melhoria na qualidade da educação num cenário social em constante transformação.

7. ANEXOS

7.1. Regulamento de Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis da Libertas - Faculdades Integradas 2014

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Este instrumento legal regulamenta o componente curricular Estágio Supervisionado de caráter obrigatório de 400 (quatrocentas) horas ao longo do Curso de Ciências Contábeis da Libertas – Faculdades Integradas, contemplando critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação.

Capítulo II Do Componente Curricular e Objetivos

Art 2º. São objetivos do componente curricular Estágio Supervisionado:

- I. Consolidar os desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando;
- II. Desenvolver as habilidades profissionais e intelectuais necessárias para atuarem no mercado de trabalho como contadores, dotados de censo analítico e crítico, em consonância com os valores éticos, cientes de suas responsabilidades perante a sociedade, entendendo o equilíbrio econômico da sanidade patrimonial das empresas;
- III. Capacitar o aluno a dominar todo o instrumental necessário para intervir na dinâmica contábil organizacional, gerencial e operacional através do aprofundamento dos conhecimentos das disciplinas de formação profissional definidas pelo Currículo Mínimo;
- IV. Contribuir para a formação do futuro profissional interagindo diretamente a teoria com a prática;
- V. Promover a integração Empresa-Escola-Comunidade;
- VI. Desenvolver a interpretação e a reflexão sobre os aspectos contábeis e organizacionais pesquisados e não apenas de reprodução do que foi ensinado em aula;
- VII. Intervir técnico e pedagogicamente na realidade acadêmica, como um componente fundamental no processo educativo do estudante;
- VIII. Interagir com todas as disciplinas do Curso;
- IX. Fortalecer as habilidades de expressão escrita e oral;
- X. Aprofundar os estudos acerca dos sistemas de informações contábeis e gerenciais a partir do conhecimento abstrato e do saber empírico e não a partir de leis naturais, assim como suas inter-relações com a realidade social na sua totalidade;
- XI. Oferecer ao acadêmico, maiores condições para verificar a aplicabilidade dos métodos e técnicas contábeis junto à realidade organizacional e social;
- XII. Transformar o estudante em um observador em qualquer tipo de organização, de pequeno a grande porte e assim adquirir uma visão crítica do seu ambiente e, em especial, do universo em que se situa a sua profissão;
- XIII. Coletar dados na empresa concedente do estágio;
- XIV. Analisar a situação organizacional e o contexto onde se encontra a empresa objeto de estudo;
- XV. Diagnosticar problemas e situações contábil/empresariais;
- XVI. Incentivar a intervenção do aluno na realidade organizacional com a intenção de propor mudanças para os fenômenos observados;

- XVII. Sugerir e programar ações contábeis, gerenciais e operacionais num todo coerente com as novas perspectivas do mercado;
- XVIII. Atender as dimensões de ensino e pesquisa permeada pela experiência prática de campo de forma a efetivar um melhor posicionamento do aluno diante do mercado de trabalho;
- XIX. Oferecer mais oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade e região;
- XX. Facilitar a atualização de conteúdos disciplinares;
- XXI. Permitir a adequação das disciplinas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, culturais, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- XXII. Consolidar os objetivos específicos do curso ao mesmo tempo em que procura atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional;
- XXIII. Propiciar o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;
- XXIV. Contribuir para a empregabilidade do aluno através do aprimoramento das competências profissionais necessárias ao trabalho como:

	Comunicação	Empreender
Preparo Profissional	Equilíbrio Emocional Raciocínio Lógico	Conduta Espírito de Equipe
Relacionamento Interpessoal	Adaptabilidade Auto-Aperfeiçoamento Decisão	Organização Criatividade Liderança
Responsabilidade	Visão do Futuro Iniciativa	Flexibilização de Comportamento

Capítulo III Dos Aspectos Legais

Art 3º. O Estágio Supervisionado realiza-se através dos seguintes atos:

- I. Assinaturas de **convênios** e **Termos de Compromissos** com organizações públicas ou privadas;
- II. Formalização de **Termos de Compromissos** entre o aluno e a Instituição de Ensino Superior, em caso de utilização de dependências desta;
- III. Uso de outros dispositivos formais que garantam a capacidade de realização do Estágio Supervisionado;

Capítulo IV Das Condições

Art 4º. Como campo de estágio, além das organizações públicas e privadas, poderão ser utilizados os laboratórios desta Instituição, desde que estejam devidamente estruturados para tal fim;

Capítulo V Da Estrutura e Organização

Art 5º. Composição:

- I. Coordenador(a): Professor(a) responsável pelo componente curricular *Estágio Supervisionado*, profissional vinculado a IES;
- II. Supervisor de Estágio: Professor orientador, vinculado a IES.;

- III. Concedente de estágio: Organização pública ou privada, de micro, pequeno, médio ou grande porte que permita ao aluno encaminhado ao estágio, realizá-lo em suas dependências;
- IV. Supervisor na Organização: Profissional vinculado a empresa concedente do estágio e ao campo de aplicação, capaz de orientar as atividades do aluno dentro dos objetivos do componente curricular;
- V. Estagiário: Acadêmico regularmente matriculado no 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º períodos do Curso de Ciências Contábeis da Libertas – Faculdades Integradas.

Art 6º. Carga horária:

A carga horária do Estágio Supervisionado deverá ser de no mínimo 400 (quatrocentas) horas; as quais deverão ser cumpridas ao longo do período letivo. A partir do 6º período, o aluno poderá iniciar o estágio no mundo real (empresas).

Art 7º. Documentos:

O estagiário deverá ser respaldado por um instrumento legal, no caso da Libertas – Faculdades Integradas o **Termo de Compromisso** com a Instituição Cedente do estágio;

Depois de definida a empresa, a área de atuação ou o departamento que se pretende estagiar, o aluno deverá proceder ao preenchimento dos formulários que constituem a documentação do estagiário;

Termo de Compromisso.

Plano de Atividades de Estágio.

Autorização da Empresa para Uso do Trabalho.

Autorização do Autor para Uso do Trabalho.

Após a entrega dos formulários, havendo necessidade de mudança de área de atuação, esta só poderá ser efetuada com a autorização da Coordenação;

Capítulo VI

Da Coordenação de Estágio Supervisionado:

Art 8º. São atribuições do(a) Coordenador(a) de Estágio:

- I. Fornecer as orientações gerais do Estágio e deste Regulamento aos demais integrantes para a efetivação do estágio;
- II. Auxiliar o aluno a trabalhar suas dificuldades, medos e ansiedades;
- III. Entrosar-se com ações e mecanismos de integração Faculdade – Sociedade, visando a obtenção de vagas de estágios;
- IV. Encaminhar para as organizações as áreas de interesse manifestadas pelos alunos;
- V. Propor roteiro de elaboração do Relatório de Estágio;
- VI. Orientar o aluno na área de aplicação;
- VII. Acompanhar através do supervisor na concedente, o desenvolvimento dos Estágios e devidos relatórios;
- VIII. Proceder os registros referentes à disciplina e demais atividades dela decorrentes;
- IX. Encaminhar casos e questões duvidosas e/ou omissas ao Colegiado do Curso;
- X. Elaborar a programação e a sistemática das avaliações dos estagiários;
- XI. Avaliar e informar à secretaria da IES, as atividades do aluno em documento próprio;
- XII. Fixar datas para entrega e avaliação dos relatórios;

Capítulo VII
Do Supervisor de Estágio

Art.9º. Atribuições do Supervisor de Estágio:

- I. Professor orientador de atividades de Estágio Supervisionado;
- II. Auxiliar o(a) Coordenador(a) de Estágio e substituí-lo(a) em seus impedimentos;

Capítulo VIII
Do Corpo Discente

Art 10. Deveres do discente:

- I. Apresentar a documentação exigida;
- II. Cumprir o proposto no Regulamento de Estágio Supervisionado;
- III. Participar de atividades afins conforme solicitação de algum membro da Coordenação de Estágio;
- IV. Obedecer às regras estabelecidas para o cumprimento das horas de estágio constantes no Projeto Pedagógico e no Regulamento de Estágio, referentes a cada período do Curso;
- V. Adequar o seu interesse à área de atuação, com conhecimento sobre o assunto e sua relevância para o estagiário, para a empresa e para a sociedade;
- VI. Dispor de material, montar um cronograma de tempo previsto para a elaboração do Relatório de Estágio e os horários dos supervisores na empresa concedente;
- VII. Comparecer periodicamente ao encontro com seu coordenador de estágio;
- VIII. Apresentar relatórios parciais das atividades desenvolvidas;
- IX. Comunicar e justificar com antecedência ao Coordenador de Estágio Supervisionado, e na falta deste ao Auxiliar de Coordenação de Estágio Supervisionado, quaisquer alterações das atividades previstas;

Art 11. Direitos do discente:

- I. O aluno estagiário além da sujeição dos deveres do regime disciplinar estabelecido no Regulamento de Estágio Supervisionado, tem o direito de receber orientação para realizar as atividades curriculares previstas;
- II. Apresentar qualquer sugestão ou solicitação que venha contribuir para o melhor desenvolvimento de suas atividades;

Capítulo IX
Das Organizações

Art 12. Às organizações que forem indicadas como campo de estágio compete:

- I. Oferecer condições de trabalho ao aluno para pleno desenvolvimento das atividades;
- II. Designar um membro da organização para que seja supervisor do estagiário, de preferência seu superior hierárquico imediato;

Capítulo X
Do Supervisor na Organização

Art 13. Atribuições do Supervisor na empresa concedente do estágio:

- I. Acolher na empresa concedente do estágio o aluno estagiário encaminhado pela IES;
- II. Orientar o estagiário nas atividades desenvolvidas;
- III. Supervisionar o desempenho do estagiário;

- IV. Comunicar a Coordenação de Estágios Supervisionados qualquer irregularidade que venha a ocorrer durante o estágio;
- V. Avaliar o desempenho do estagiário no período que esteve sob sua supervisão;
- VI. Encaminhar à Coordenação de Estágio Supervisionado da IES a avaliação do estagiário, conforme artigo 6º. Inciso I;

Capítulo XI Da Avaliação

Art 14. Avaliação do Estágio Supervisionado:

A avaliação do estágio é realizada pelo Supervisor do estágio na empresa concedente e encaminhada à Coordenação de Estágio da IES.

Art 15. Avaliação do Relatório de Estágio:

- I. O Relatório de Estágio Supervisionado é avaliado periodicamente pelo(a) Coordenador(a) de Estágio e, na ausência deste(a) pelo Supervisor de Coordenação, conforme critérios estabelecidos pela Coordenação de Estágio Supervisionado;
- II. As datas previstas para avaliações parciais serão sempre na última semana de cada mês e a data máxima para a entrega do Relatório Final de Estágio Supervisionado **o último dia letivo do mês de outubro de cada ano;**
- III. Estas datas deverão ser rigorosamente respeitadas e o não cumprimento dos prazos estabelecidos implica em não aceitação do trabalho;
- IV. Considera-se aprovado o aluno que cumprir seus deveres de estagiário de acordo com o Regulamento de Estágio Supervisionado;
- V. As avaliações periódicas dos Relatórios acontecerão no decorrer do ano letivo com os resultados lançados bimestralmente nos Diários de Estágio e Boletim Acadêmico;
- VI. Na avaliação dos Relatórios do Estágio supervisionado serão considerados os seguintes itens:
 - a. Originalidade do assunto relatado e sua aplicação;
 - b. Utilidade do assunto escolhido para desenvolver;
 - c. Adequação do tema, ao conteúdo específico e sua aplicação;
 - d. Preenchimento do objetivo proposto pelo trabalho;
 - e. Desenvolvimento ordenado e lógico do relatório;
 - f. Conformidade com as Normas de Redação adotadas pela IES;
 - g. Dedicção e interesse verificados através dos Relatórios Periódicos e dos contatos informais com os professores orientadores;
 - h. Escassez ou dificuldade na obtenção de dados bibliográficos pertinentes a condução do estágio e relatório;
 - i. Cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos relatórios parciais e do relatório final;

Na situação em que o aluno não cumprir com o disposto no Regulamento de Estágio Supervisionado da Libertas – Faculdades Integradas ou não entregar o Relatório de Estágio, será enquadrado conforme artigo 104, parágrafo único do Regimento da Libertas – Faculdades Integradas.

Capítulo XII Das Disposições Gerais

Art 16. É vedada a realização de Estágio Supervisionado em dupla ou em grupo;

Art 17. Os casos omissos neste Regulamento serão analisados e julgados pela Coordenação do Estágio, persistindo as dúvidas pelo Colegiado de Curso, que poderão em instância superior, ouvir o Conselho Superior Acadêmico;

Art 18. Este Regulamento entra em vigor no ano letivo de 2014

7.2. Regulamento de Atividades Complementares dos cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Enfermagem da Libertas – Faculdades Integradas 2011

Capítulo I Das Disposições Gerais

Art. 1º. – O presente regulamento tem por finalidade definir as Atividades Complementares constantes no Projeto Pedagógico dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Enfermagem, conforme legislação em vigor, instituída pela Câmara de Educação Superior e Conselho Nacional de Educação - CNE/CES, Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração e Ciências Contábeis que originaram a Resolução no. 4, de 13 de julho de 2005 (Administração) e Resolução 10, de 16 de dezembro de 2004, do Curso de Ciências Contábeis); Parecer 712 de 2007 do CEE do Curso de Enfermagem; Resolução nº 11 de 11 de março de 2002 (Sistemas de Informação).,

Art. 2º. - As Atividades Complementares, como componentes curriculares enriquecedores, abrange a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização, devem possibilitar ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, devendo ser pautada na sua oferta:

- I. Pelo tratamento de temas;
- II. Pela interdisciplinaridade;
- III. Pela contribuição para a formação técnica e humanística do aluno.

Art. 3º. – Podem ser consideradas atividades complementares de graduação tudo aquilo que contribua para a formação técnica e humanística do estudante, especialmente:

- I. Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: exercício de monitoria, participação em pesquisa e projetos institucionais, participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores;
- II. Atividades de participação e/ou organização de eventos: congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, minicursos, cursos de extensão, semanas acadêmicas assistidas e organizadas;
- III. Experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Coordenação de Atividades Complementares, desde que
- IV. não estejam registrados como atividade de Estágio, visitas técnicas com atividades correlatas no setor público e/ou privado, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais, trabalho voluntário na comunidade em área de afinidade com o curso;
- V. Cursos regulares de língua estrangeira e informática;
- VI. Acompanhamento de disciplinas isoladas ou eletivas em outros cursos;
- VII. Trabalhos publicados em revistas indexadas e não indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;

- VIII. Atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão, apresentação de trabalho na Semana Acadêmica, ministrar minicurso em evento;
- IX. Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da Libertas – Faculdades Integradas, desenvolvimento de trabalhos em Empresa Júnior / Incubadora de Empresa, participação em comitês ou comissões de trabalhos na Libertas – Faculdades Integradas, não relacionadas a eventos, e participação em entidades estudantis instituição como membro de diretoria;
- X. Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia e música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos; participação de atividades de lazer relacionadas ao curso, tais como: filmes, teatros, festivais e outros pertinentes;

Art. 4º. - A realização das atividades complementares, mesmo extra escola, é de responsabilidade do acadêmico;

Art. 5º - Não serão consideradas atividades complementares as horas cumpridas em atividade de monografia, de trabalho de conclusão de curso ou de estágio supervisionado.

Capítulo II Dos Objetivos

Art.6º. - O objetivo das Atividades Complementares visa atender as normas do Conselho Nacional de Educação, a fim de propiciar ao aluno a aquisição de experiências diversificadas inerentes e indispensáveis ao seu futuro profissional, buscando aproximá-lo da realidade escola/mercado de trabalho, através de estratégias pedagógico-didáticas que permitam, no âmbito do currículo:

Articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação;

Possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão;

Orientar e estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho estabelecidas ao longo do curso.

Capítulo III Critérios e Metodologia de Avaliação

Art. 7º. - As atividades complementares de Graduação devem ser desenvolvidas no decorrer dos quatro anos letivos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação, entre o primeiro e o oitavo período dos cursos, sem prejuízo da frequência e aproveitamento nas atividades do curso e constituem um componente curricular com o mínimo obrigatório de **150** (Cento e Cinquenta) horas, cuja somatória compõe a carga horária total do currículo pleno dos três cursos; e no curso de Enfermagem, este componente curricular tem a obrigatoriedade de cumprimento pelos alunos de uma carga horária mínima de **200** (duzentas) horas até o terceiro ano letivo, redistribuídas conforme quadro anexo, que deverão ser cumpridas da seguinte forma:
Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação:

I – No 1º, 2º e 3º. períodos: 50 horas

II – No 4º, 5º e 6º períodos: 50 horas
III – No 7º e 8º. Períodos: 50 horas

Curso de Enfermagem:

I – No 1º e 2º períodos: 60 horas
II- No 3º e 4º períodos: 60 horas
III- No 5º e 6º períodos: 80 horas

Art.8º. - Os alunos que ingressarem nos cursos constantes do “caput” deste artigo por meio de transferência ou aproveitamento de estudos ficarão sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à coordenação o cômputo da carga horária atribuída pela instituição de origem, observadas, as seguintes condições:

As atividades complementares realizadas na instituição/curso de origem devem ser compatíveis com as estabelecidas neste regulamento;

A carga horária atribuída pela instituição de origem não poderá ser inferior à conferida por este regulamento;

Parágrafo Primeiro - As Atividades Complementares aceitas para integralização curricular são aquelas previstas no Quadro Anexo, com carga horária atribuída a cada um dos cinco grupos de atividades complementares descritas, obedecendo ao critério mínimo de 60% Intramuro e 40% Extramuro.

Parágrafo Segundo – A Coordenação poderá aceitar atividades não previstas no Quadro anexo, mediante requerimento acompanhado de prova documental, após análise e autorização prévia, com pontuação compatível com o evento;

Art. 9º. - O aproveitamento de carga horária referente às Atividades Complementares será aferido mediante comprovação de participação e aprovação por certificado ou declaração e relatório, no qual constem a descrição da atividade, a entidade organizadora, o local e a data de sua realização, bem como a carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, conforme o caso, após análise da coordenação.

Parágrafo Primeiro – As cópias dos comprovantes das atividades cumpridas pelo aluno deverão ser entregues na Coordenação de Atividades Complementares;

Parágrafo Segundo – Cada aluno poderá ter acesso, a qualquer tempo e mediante requerimento dirigido à comissão de avaliação, aos dados constantes de seu registro referido no *caput* deste artigo.

Art. 10º - O certificado de comprovação de participação em eventos deverá ser expedido em papel timbrado da Instituição ou órgão promotor, com data, com assinatura do responsável e respectiva carga horária do evento.

Parágrafo Primeiro – A comprovação da realização das atividades complementares extraescola será aceita mediante certificado ou, na ausência deste, a declaração do empregador ou promotor do evento, em papel timbrado, com carimbo da instituição e assinaturas dos emitentes e respectiva carga horária.

Parágrafo Segundo - Os alunos ingressos através de admissão após graduação em outros cursos deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas por seu atual curso;

Parágrafo Terceiro - Os alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares de

Graduação, serão avaliados pelos colegiados de cursos que poderão computar total ou parcialmente a carga horária atribuída pela instituição ou curso de origem, em conformidade com as disposições deste Regulamento;

Capítulo IV Da Coordenação das Atividades Complementares

Art. 11 - A Coordenação das Atividades Complementares será função cumulativa da Coordenação de Estágio. Assim como o acompanhamento, registro e avaliação das Atividades Complementares da Graduação dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Enfermagem.

Capítulo V Das Disposições Finais

Art. 12 - Os casos omissos no presente Regulamento serão analisados e resolvidos pela Coordenação de Atividades Complementares, persistindo as dúvidas pelos Colegiados de Cursos, que poderão em instância superior, ouvir o Conselho Superior Acadêmico.

Art. 13 - Este Regulamento entra em vigor no ano letivo de 2011.

Distribuição de carga horária das Atividades Complementares

1	INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E A PESQUISA	Carga Horária Limite Máximo
1.1	Atividades Internas extracurriculares na Instituição relacionadas com o curso frequentado.	20
1.2	Atividades extracurriculares fora da Instituição desde que em atividade relacionada com disciplinas integrantes da estrutura curricular, palestrante fora da IES.	20
1.3	Participação em Projetos de Consultoria da Empresa Júnior.	20
2	PUBLICAÇÕES E PESQUISAS	Carga Horária Limite Máximo
2.1	Participação em atividades de iniciação científica, como bolsista ou voluntário, realizadas na IES ou em Instituições Públicas ou Privadas reconhecidas, apresentação de cópia de publicações de artigos completos ou resumos, mediante acompanhamento de órgãos de pesquisa, professor/orientador/pesquisador.	30
2.2	Publicação de resumos, artigos e anais em congressos, simpósios, encontros, jornais e revistas especializadas, em áreas afins ou meios eletrônicos.	30
2.3	Participação comprovada em Mostra de Iniciação Científica.	10
2.4	Apresentação/exposição de Trabalhos em Exposições, Feiras e Mostra dos trabalhos acadêmicos.	10
3	EXTENSÃO CIENTÍFICOCULTURAL	Carga Horária Limite Máximo

3.1	Atividades de extensão desenvolvidas pelo curso em convênio com órgãos governamentais ou em órgão vinculado a uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, que envolvam a prestação de consultorias, assessorias, elaboração de projetos e análises de natureza econômica, comercial e/ou administrativa e contábil, a exemplo das atividades desenvolvidas pelo crédito assistido, extensão empresarial, agência de fomento.	40
3.2	Participação de curso livre (idiomas, informática) em instituição juridicamente constituída, com carga horária total mínima de cento e sessenta horas, participação e aprovação comprovada.	30
3.3	Participação em cursos de extensão e aperfeiçoamento realizados em IES reconhecida pelo MEC, desde que relacionados ao curso de graduação, com carga horária igual ou superior às 20h.	30
3.4	Participação de oficinas e laboratórios de complementação de estudos, relacionados com disciplinas e os objetivos do curso.	30
3.5	Participação como palestrante em encontros, jornadas, seminários e similares de áreas correlatas, prevalecendo o de âmbito maior.	40
3.6	Participação em eventos (palestras, workshops, de natureza acadêmica ou profissional) relacionadas com os objetivos do curso (carga horária para cada tema).	10
3.7	Participação em atividades de cunho cultural/científico (teatro, filmes, dança, coral e correlatos).	10
		Carga Horária Limite Máximo
3.8	Premiação em concurso relacionado com os objetivos do curso.	10
4	EXTENSÃO COMUNITÁRIA	
4.1	Participação em Projetos de Extensão Comunitária institucionalizados.	10
4.2	Monitoria em disciplinas ou laboratório.	30
5.2	Instrutor de curso de extensão relacionado com formação acadêmica.	10
5.3	Apresentação de palestra relacionada com disciplinas do curso.	10
5.4	Atividades de tutoria (acompanhamento de alunos das séries iniciais do curso).	10

Prof(a) Jane Borges Gonçalves Caramori
Prof. Me. Fabiano Siqueira dos Prazeres

Aprovado pelo Conselho Superior Acadêmico, em 15 de dezembro de 2010.

7.3. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º. O Trabalho de Curso rege-se pelo presente regulamento, respeitadas as normas do Ministério da Educação e dos órgãos de deliberação da Libertas – Faculdades Integradas.

Art. 2º. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente ou em dupla, com conteúdo escolhido dentro de uma das seguintes linhas de pesquisa:

I - Contabilidade Gerencial (gestão de custos, controladoria e tributos).

II - Ensino, Educação e Empregabilidade do Curso de Ciências Contábeis.

III - Contabilidade e Gestão do Agronegócio e das Micros e Pequenas Empresas.

IV – Finanças Corporativas (controle e planejamento financeiro, decisões financeiras, avaliações, mercado de capitais.)

Parágrafo único: O Trabalho de Curso enseja ao aluno a oportunidade de revelar a sua apropriação, ao longo do curso, do domínio da linguagem científica nas ciências sociais aplicadas, com a indispensável precisão terminológica.

Art. 3º. O Trabalho de Curso tem como princípios e finalidades:

I - Contribuir para a transformação da Instituição em um centro de produção científica e tecnológica, voltado para a democratização do saber e do fazer integrados em prol da sociedade;

II - Ser parte da criação de conhecimentos, de soluções tecnológicas e de informações voltadas para o desenvolvimento da Instituição e de toda a região de abrangência da Libertas – Faculdades Integradas.

Art. 4º. O Trabalho de Curso atende a objetivos determinados:

I - Levar o aluno a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso;

II - Propiciar ao aluno o contato com o processo de investigação científica;

III - Contribuir para o enriquecimento das diferentes temáticas de estudo dos cursos;

IV - Estimular a produção científica articulada com as necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

Art. 5º. O Trabalho de Curso consistirá na elaboração e defesa baseadas na norma NBR 6022, da ABNT, a qual refere-se a apresentação de artigos científicos. Para a referida norma, o artigo científico refere-se ao trabalho que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.

§ 1º. O artigo científico deve ter no mínimo 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) páginas. Apêndices, anexos, agradecimentos e dedicatórias, não fazem parte da contagem de limitação de páginas e, preferencialmente, abordagem interdisciplinar.

§ 2º. O artigo deve seguir as Diretrizes para Apresentação de Trabalhos de Curso, disponibilizadas anualmente pela Coordenação de Pesquisa e Extensão.

§ 3º. Com relação às citações, devem ser utilizadas, as normas constante do **Manual para Elaboração de Artigos Científicos da Libertas**.

§ 4º. No que o presente regulamento e as Diretrizes para Apresentação de Trabalhos de Curso forem omissos, aplicam-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 6º. As atividades administrativas e didáticas do Trabalho de Curso são de responsabilidade do Coordenador de Pesquisa e Extensão.

Art. 7º. Compete ao Coordenador de Pesquisa e Extensão:

I - Articular-se com a Coordenação dos Cursos para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;

II - Orientar os alunos na escolha dos docentes orientadores, divulgar os temas de estudo e o número de vagas dos docentes orientadores;

III - Emitir parecer nos casos excepcionais de mudança de orientadores e orientandos, se necessário;

IV - Analisar as infrações e o descumprimento das normas de Trabalho de Curso por qualquer uma das partes envolvidas;

V - Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação do Trabalho de Curso;

VI - Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores, ouvindo a Coordenação dos Cursos, se necessário;

VII - Elaborar e atualizar a ficha de acompanhamento de desempenho geral do orientando;

VIII - Coordenar o processo de constituição de bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação dos trabalhos a cada ano letivo, com a homologação do Colegiado de Cursos.

Art. 8º. Todos os docentes efetivos da Libertas – Faculdades Integradas, com titulação mínima de especialista, que não estejam em afastamento, são orientadores em potencial e podem ser solicitados a participar do Trabalho de Curso dentro de sua área de especialidade.

Parágrafo único: Não serão admitidas como orientadores quaisquer pessoas fora da situação prevista no *caput*.

Art. 9º. Compete ao orientador de Trabalho de Curso:

I - Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases;

II - Opinar pelo número ideal de orientandos sob sua responsabilidade, podendo assumir até quatro orientandos por curso;

III - Estabelecer o plano e cronograma do trabalho junto com o orientando, prevendo encontros, se possível, a cada quinze dias;

IV - Informar o orientando sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação;

V - Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador de Pesquisa e Extensão, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos trabalhos;

VI - Comunicar ao Coordenador de Pesquisa e Extensão quando ocorrerem problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação;

VII - Presidir a banca examinadora do trabalho por ele orientado;

VIII - Preencher adequadamente as fichas de acompanhamento das orientações e ata da apresentação pública, arquivando-as para entregá-las à Coordenação de Pesquisa e Extensão;

IX - Sugerir os nomes dos dois docentes que comporão a banca examinadora e, caso aprovados pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, convidá-los para a mesma;

X - Marcar com antecedência local, hora e assunto que irá tratar na orientação;

XI - Avisar ao orientando, diretamente, ou através da Coordenação de Pesquisa e Extensão, qualquer impedimento para o comparecimento a um encontro de orientação.

Art. 10. Compete ao orientando:

I - Cumprir as normas e regulamento do Trabalho de Curso;

II - Cumprir as etapas estabelecidas no cronograma do Trabalho de Curso;

III - Sugerir o seu orientador à Coordenação de Pesquisa e Extensão para a devida formalização dos documentos;

IV - Definir a temática do trabalho, juntamente com o orientador, e apresentar, nas datas definidas com o orientador, os trabalhos desenvolvidos;

V - Submeter-se à realização de pré-banca, em data definida pela Coordenação de Pesquisa e Extensão;

VI - Entregar o trabalho definitivo, em quatro cópias espiraladas e uma cópia em CD-ROM, à Coordenação de Pesquisa e Extensão, vinte dias antes da apresentação pública, junto com a carta de autorização de entrega assinada pelo orientador;

VII - Cumprir o prazo determinado para entrega do Trabalho de Curso, cuja não observância gera automática reprovação do aluno;

VIII - Apresentar oralmente o trabalho final à banca examinadora conforme o tempo previsto para as apresentações;

IX - Corrigir ou reformular o trabalho, caso a banca aponte a necessidade, no prazo de cinco dias úteis posteriores.

Art. 11. A qualquer momento, o orientador poderá, motivadamente, requerer desligamento da orientação, assim como o orientando poderá, a qualquer momento e motivadamente, requerer a substituição do orientador.

§ 1º. O Coordenador de Pesquisa e Extensão decidirá a respeito dos referidos requerimentos.

§ 2º. Caso os requerimentos sejam feitos com menos de trinta dias de antecedência da banca definitiva, a nova designação de orientador apenas poderá ser realizada no semestre letivo seguinte.

Art. 12. Para submissão à pré-banca, o aluno deve apresentar, no mínimo, dez laudas de elementos textuais, apresentadas em duas vias.

§ 1º. A pré-banca será composta por dois professores.

§ 2º. Os objetivos da pré-banca são:

I - Verificar o desenvolvimento do Trabalho de Curso, analisando se o cronograma está sendo cumprido;

II - Colaborar para o desenvolvimento da pesquisa;

III - Apontar deficiências e apresentar possíveis soluções;

IV - Verificar a qualidade dos elementos textuais;

IV - Verificar o desempenho do aluno quanto à apresentação oral.

§ 3º. Apenas o aluno que submeter-se à pré-banca poderá submeter-se à banca definitiva.

§ 4º. A aprovação na pré-banca não gera expectativa de aprovação na banca definitiva.

§ 5º. As pré-bancas e as bancas definitivas são públicas.

Art. 13. A apresentação do Trabalho de Curso deve ser escrita e oral à banca examinadora:

I - O Trabalho de Curso será avaliado por banca examinadora composta por três docentes da faculdade, cujo presidente deverá ser, obrigatoriamente, o orientador;

II - Excepcionalmente e a critério do Colegiado, poderá integrar a banca examinadora um docente não atuante na faculdade ou profissional considerado autoridade na área do Trabalho de Curso;

III - A apresentação do Trabalho de Curso deverá durar no máximo quinze minutos; os examinadores, exceto o orientador, tem no máximo quinze minutos cada para fazer a arguição; e o aluno cinco minutos para responder a cada examinador.

Art. 14. A avaliação do Trabalho de Curso, realizada conjuntamente pelos três membros da banca examinadora, obedece aos seguintes critérios:

I – Quanto à análise do conteúdo:

a) título: reflete o conteúdo do trabalho;

b) resumo: descreve objetivo(s), breve descrição da metodologia e resultados;

c) palavras-chave: estão de acordo com o conteúdo do trabalho;

d) introdução: estabelece a importância do tema e justifica a pesquisa;

e) objetivo(s): foi(foram) bem definido(s);

f) citações: são oportunas, esclarecedoras e fundamentam o trabalho; referencial teórico: condiz com o objetivo do trabalho;

g) referências: são pertinentes, atualizadas e suficientes;

h) revisão ortográfica: correta utilização da linguagem e clareza na escrita;

i) metodologia: foi descrita de forma clara; foi apropriada para atingir os objetivos;

j) dados: foram suficientes para a análise;

k) ilustrações (tabelas, quadros, figuras, etc.): estão adequadas;

l) resultados: foram apresentados de forma clara; os principais foram interpretados; foram discutidos e comparados com a literatura;

m) conclusão: tem coerência entre o(s) objetivo(s) proposto(s) e os resultados;

n) apresentação escrita do trabalho atende às normas técnicas exigidas.

II – Quanto à análise da apresentação oral: clareza na apresentação e coerência nas argumentações; domínio do assunto durante a arguição; domínio da norma culta; uso adequado do tempo.

Art. 15. A banca examinadora emitirá os seguintes conceitos: aprovado ou reprovado. É vedada a aprovação condicionada do Trabalho de Curso.

§ 1º: A concessão de cinco dias para realização de correções, tem tão somente o objetivo de aprimorar o trabalho, sendo que a não realização das correções apontadas não implica, em hipótese alguma, em reprovação.

§ 2º: Ocorrendo reprovação, nova apresentação do Trabalho de Curso só será possível no semestre letivo seguinte, em data estabelecida pela Coordenação de Pesquisa e Extensão.

Art. 16. A reprovação será automática, caso o aluno cometa uma das seguintes irregularidades: plágio, compra de trabalhos ou falsificação de documentos.

Art. 17 Os custos da elaboração do Trabalho de Curso ficarão a cargo do aluno.

Art. 18. Os recursos e os casos omissos serão analisados e julgados pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, ouvido o Colegiado de Curso se necessário.

1 ORIENTAÇÕES DE BASE

As orientações apresentadas neste manual são baseadas na norma NBR 6022, da ABNT, a qual refere-se a apresentação de artigos científicos. Para a referida norma, o artigo científico refere-se ao trabalho que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.

Conforme a NBR 6022, fica estabelecida a obediência às normas abaixo relacionadas:

Norma	Título
NBR 6022	Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação
NBR 6023	Informação e documentação - Referências – Elaboração
NBR 6024	Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação
NBR 6028	Informação e documentação - Resumo – Apresentação
NBR 10520	Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

Quadro 1 – Normas utilizadas na elaboração de artigos científicos.
Fonte: ABNT. NBR 6022. (2003).

Exceções às normas descritas podem ser aprovadas conforme determinações específicas do Departamento de Pesquisa e Extensão da LIBERTAS Faculdades Integradas.

2 FORMATAÇÕES

O artigo científico deve ser apresentado dentro do limite mínimo de 15 (quinze) páginas e máximo de 20 (vinte) páginas. Apêndices, anexos, agradecimentos e dedicatórias, não fazem parte da contagem de limitação de páginas. O trabalho deve ser desenvolvido conforme as seguintes formatações:

Margens: superior e esquerda 3cm; inferior e direita 2 cm.; alinhamento justificado.

Folha A4 (largura 21 cm; altura 29,7 cm);

Fonte: Times New Roman, tamanho 12. As exceções ao tamanho da fonte são: cabeçalho, rodapé, ilustrações, tabelas e citações diretas com mais de três linhas, sendo para estes o tamanho 10;

Parágrafo: recuo especial de primeira linha 1,25 (exceto no resumo);

Espaçamento entrelinhas: 1,5; Exceto: cabeçalho, rodapé, resumo, ilustrações, tabelas, citações diretas com mais de três linhas e referências, onde utiliza-se entrelinhas simples.

Número de página: no canto inferior direito, sendo que todas as folhas do trabalho são contadas sequencialmente e numeradas.

Cabeçalho: Digitado em tamanho 10 e espaçamento simples. Deve conter o título do trabalho e o sobrenome dos autores seguido do ano, ambos alinhados a direita. A linha contendo o sobrenome dos autores deve ser sublinhada, delimitando a área de cabeçalho. Por exemplo:

Análise de viabilidade de implantação de projeto de sustentabilidade nas indústrias
têxteis

Silva e Siqueira (2014)

Rodapé: Digitado em tamanho 10 e espaçamento simples. Deve conter o nome da faculdade alinhado a esquerda e a numeração da página alinhada a direita. Ambos abaixo de linha sublinhada delimitando a área do rodapé. Por exemplo:

LIBERTAS – Faculdades Integradas

14

3 ESTRUTURA

O trabalho deve conter os seguintes elementos:

Elementos pré-textuais:

- Título
- Autoria
- Resumo

Elementos textuais:

- Introdução
- Referencial Teórico
- Metodologia
- Análise de Dados (ou Estudo de Caso)
- Considerações Finais

Elementos pós-textuais:

- Referências
- Apêndices (opcional)
- Anexos (opcional)
- Agradecimentos e dedicatória (opcional)

A primeira página deve conter apenas os elementos pré-textuais, mantendo-se duas linhas de espaço entre seus elementos.

Título: precisa refletir o desenvolvimento do trabalho de modo breve e suficiente. Deve ser apresentado centralizado, em caixa alta e negrito.

Autoria: alunos e professor orientador com respectivas áreas de titulação, juntamente com o curso correspondente. Os nomes são digitados em negrito, por exemplo:

João da Silva Santos

Graduando em Administração

José da Silva Pereira

Mestre em Administração

Curso: Administração

Ou

Maria da Silva Santos

Graduanda em Ciências Contábeis

João da Silva Santos

Graduando em Ciências Contábeis

José da Silva Pereira

Mestre em Ciências Contábeis

Curso: Ciências Contábeis

Resumo: devem ser apresentados, de modo conciso, os pontos relevantes do trabalho, sendo: problema, objetivos, abordagem metodológica e principais resultados. Digitado em espaçamento simples entre linhas. É necessária a apresentação de três a cinco palavras-chave abaixo do resumo, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. O resumo precisa conter de 100 a 250 palavras, apresentado entre 10 a 15 linhas.

A continuação da estrutura do trabalho ocorrerá na segunda página, com os elementos textuais.

As seções são numeradas progressivamente, apenas nos elementos textuais, iniciando-se na Introdução e finalizando nas Considerações Finais. Deve-se manter duas linhas de espaço entre o término e início de seção. Em caso de subtítulo, uma linha de espaço. O título das seções são apresentados em caixa alta e negrito.

Subtítulos são apresentados em caixa baixa e negrito. Fica a critério do autor a utilização de subtítulos conforme a necessidade. Por exemplo:

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão estratégica

Ou

2.2 Direção e controle estratégico

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologia do estudo

3.2 Empresas estudadas

3.3 Fonte de dados

Introdução: trata-se da contextualização geral do trabalho. Para isto, é indispensável a apresentação de problematização, objetivo e justificativa.

Referencial Teórico: refere-se à descrição das teorias e conceitos que dão suporte e embasamento ao desenvolvimento do trabalho.

Metodologia: esclarecimento sobre os procedimentos metodológicos gerais envolvendo tipologia do estudo, objetos de estudo, fonte de dados, ferramentas utilizadas, entre outros que o autor julgar necessário.

Análise de dados: descrição, análise e interpretação dos dados coletados bem como os resultados obtidos.

Considerações Finais: devem responder ao questionamento levantado na introdução, conforme os objetivos traçados, enfatizando os principais resultados da pesquisa. É importante também apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

Referências: apresentação, em ordem alfabética, das fontes consultadas para a realização do trabalho.

Apêndice: Elemento opcional. São textos ou documentos elaborados pelo autor com o propósito de complementar o texto principal.

Anexo: Elemento opcional. São textos ou documentos não elaborados pelo autor que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.

Agradecimentos e dedicatória: Elemento opcional. Agradecimentos as pessoas, empresas ou entidades que contribuíram com a realização do trabalho, bem como, dedicatórias em âmbito pessoal.

4 CITAÇÕES

As citações no corpo do texto deverão ser redigidas de acordo com a NBR10520, conforme exemplos abaixo:

Indiretas

Hendriksen e Van Breda (2009) demonstram evidências de que conforme as empresas passam a depender mais de capital estrangeiro, elas tendem a fazer divulgações financeiras mais apropriadas a estes mercados.

Quanto aos sistemas de banco de dados, Jepson, Peckham e Sadasiv (2002) recomendam que é preciso preocupar-se somente com a estrutura lógica, pois a estrutura física é tratada pelo Sistema Gerenciador de Banco de Dados.

O tempo de execução de um algoritmo depende de fatores como tamanho da entrada de dados e ordenação. (ASCENCIO; ARAÚJO, 2011).

Diretas

As citações diretas de até três linhas devem estar contidas entre aspas, sendo o conteúdo exatamente igual aquele encontrado na fonte utilizada. Exemplos:

Segundo Oliveira (2011, p. 73): “O planejamento estratégico deve considerar toda a empresa e não apenas uma de suas partes.”

Iudícibus, et.al. (2010, p. 105) descrevem que o desconto a valor presente deve ser aplicado em “[...] contas a receber e a pagar de longo prazo e, dependendo da materialidade, para as contas de curto prazo.”

“As estruturas de dados do tipo árvore são não lineares [...]” (ASCENCIO; ARAÚJO, 2010, p.278).

As citações diretas com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra de tamanho 10, e espaçamento simples. Por exemplo:

O objetivo básico da função de pesquisa e desenvolvimento (P&D) é transformar as informações de marketing, as idéias originais e os avanços da ciência em produtos e serviços. A função de P&D tem também outras tarefas, como a identificação e a introdução de novas tecnologias (novas matérias-primas e fórmulas, por exemplo) e melhoramentos nos processos produtivos, para reduzir custos. (MAXIMIANO, 2011, p. 9).

5 ILUSTRAÇÕES, TABELAS E FÓRMULAS

Ilustrações: Qualquer que seja seu tipo (fluxogramas, quadros, figuras, gráficos, fotografias, mapas, organogramas e outros) sua identificação aparece na parte inferior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e clara. Deve-se aplicar espaçamento simples no interior das ilustrações, em caso de texto. Exemplo:

Elemento	Conceito
Valor recuperável	Maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.
Valor em uso	Valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
Perda por desvalorização	Valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Quadro 2 – Conceitos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (2010).

Tabelas: As tabelas apresentam informações tratadas estaticamente. Conforme o IBGE (1993) as tabelas devem ser apresentadas de modo centralizado, contendo numeração seqüencial em algarismo arábico, inscritos na parte superior, a esquerda, precedida da palavra Tabela. O título deve ser separado por hífen. Deve-se aplicar espaçamento simples no interior das tabelas. É necessário colocar a fonte imediatamente abaixo da tabela para indicar a autoridade, precedida da palavra Fonte. Juntamente com a fonte podem ser incluídas informações necessárias para entendimento da tabela. Exemplo:

Tabela 1 – Faturamento do setor varejista

	2012	2013	2014
1º trimestre	2.540,15	2.860,20	3.100,00
2º trimestre	2.790,20	3.020,40	3.250,60
3º trimestre	3.205,80	3.430,10	3.790,10
4º trimestre	3.860,00	3.910,00	4.330,40

* Valores em milhões de reais.

Fonte: Perez (2005).

Equações e fórmulas: Estas precisam aparecer destacadas no texto, de modo a facilitar sua leitura. São centralizadas e, se necessário, deve-se numerá-las. Por exemplo:

$$K_e = R_F + \beta \times (R_M - R_F) \quad (1)$$

$$E(R_p) = \sum_{j=1}^n [E(R_x) \times W_x] \quad (2)$$

6 REFERÊNCIAS

As referências devem ser apresentadas em ordem alfabética, alinhadas somente à margem esquerda, em espaçamento simples. Precisa conter espaço de 6 pontos antes e depois. Devem obedecer a NBR 6023, sendo alguns exemplos:

Livros:

Com um autor:

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 419 p.

Com dois autores:

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. 550 p.

Com três autores:

JEPSON, Brian; Peckham, Joan; SADASIV, Ram. **Programando Aplicativos de Banco de Dados em Linux**. São Paulo: Makron Books, 2002. 463 p.

Com mais de três autores:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et. al. **Manual de Contabilidade Societária aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010. 794 p.

Artigos de periódicos:

TERRA, Paulo Renato Soares; LIMA, João Batista Nast. Governança corporativa e a reação do mercado de capitais à divulgação das informações contábeis. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 42, p. 35-49, set./dez. 2006.

Artigos online:

FIGUEIREDO, Rodrigo Marques; SANTOS, José Vicente Canto. Um comparativo entre métodos computacionais para planejamento de redes de telecomunicações. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, UFSC, Passo Fundo, v. 5, n.1, p. 14-25, abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5335/rbca.2013.2579>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Artigos de anais:

MACHADO, Julio Henrique; FAMÁ, Rubens. Ativos Intangíveis e Governança Corporativa no Mercado de Capitais Brasileiro. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. p. 1-17.

Documento jurídico:

Constituição, emendas constitucionais e textos legais infraconstitucionais:

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

Normas emanadas das entidades públicas e privadas:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Brasília, DF, 2012, 27 p.

Monografias, Dissertações e teses:

SOARES, Antonia Dolores Belico. **A participação dos portos secos na interiorização da logística das operações de importação e exportação: um estudo de caso**. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

Manual para Elaboração de Artigos Científicos, aprovado pela Portaria 09/2013 do Departamento de Pesquisa e Extensão.

Prof. Ms. Julio Henrique Machado
Coordenador de Pesquisa e Extensão

7.4. Regulamento Do Programa De Monitoria Acadêmica

Este regulamento trata da monitoria, esta entendida como uma atividade de ensino que tem por objetivo contribuir no desenvolvimento da competência pedagógica para o magistério da educação superior.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A atividade de monitoria é exercida durante o ano letivo por alunos regularmente matriculado nos cursos de graduação da Libertas Faculdades Integradas e de acordo com as normas contidas neste Regulamento, sendo denominado de aluno monitor.

Art.2º - A atividade de monitoria propõe atender aos seguintes objetivos:

- I. criar oportunidade ao aluno monitor a experiência com o processo de ensino-aprendizagem;
- II. auxiliar os acadêmicos na absorção e compreensão do conhecimento;
- III. servir como ponto de retroalimentação entre professores e alunos;
- IV. auxiliar na execução de programas para melhoria do aprendizado.

Art.3º - Para que os objetivos da monitoria sejam alcançados, segue-se:

- I. aluno monitor: aluno aprovado na disciplina pretendida;
- II. professor orientador: professor ministrante da disciplina, responsável pela elaboração e apresentação de projeto específico bem como o acompanhamento do aluno monitor;
- III. Coordenador: Coordenador do curso responsável pelo acompanhamento das propostas e projetos de monitoria.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º - Compete ao aluno monitor:

- I. auxiliar os alunos no processo de ensino-aprendizagem da disciplina;

- II. auxiliar na programação e desenvolvimento das atividades específicas de monitoria previstas no projeto, juntamente com o professor orientador;
- III. controlar de atendimento aos alunos e das atividades desenvolvidas;
- IV. relatar as atividades desenvolvidas até o final do semestre letivo, que deve ser submetido ao professor orientador;
- V. cumprir os horários estabelecidos para a monitoria.

§ 1º - É vedado ao monitor ministrar aulas, substituir os professores, aplicar verificações de aprendizagem e assumir tarefas ou obrigações próprias e exclusivas de professores ou funcionários.

§ 2º - As atividades de aluno monitor não podem, em hipótese alguma, coincidir com o horário das atividades acadêmicas a que estiver obrigado como aluno.

Art.5º - Compete ao professor orientador:

- I. elaborar e encaminhar, ao final do semestre letivo, o projeto de monitoria para o semestre seguinte, ao Coordenador de Curso;
- II. organizar o processo de seleção dos alunos monitores;
- III. programar, juntamente com o aluno monitor, as atividades de monitoria, estabelecendo um plano de ação a ser seguido;
- IV. orientar o aluno monitor quanto a metodologia a ser utilizada no atendimento aos alunos da disciplina;
- V. organizar com o aluno monitor horário de trabalho que garanta o exercício da monitoria;
- VI. acompanhar e orientar o aluno monitor na execução das atividades, discutindo questões teóricas e práticas e fornecendo os subsídios necessários para a atuação e promover a retroalimentação de informações pertinentes a disciplina;
- VII. analisar e avaliar o desempenho do aluno monitor.

Art. 6º - Em caso de impedimento do professor orientador, cabe ao Coordenador do curso indicar outro docente para completar o programa iniciado.

Art. 7º - Compete ao Coordenador de Curso:

- I. contribuir no planejamento e avaliação dos projetos de monitoria;
- II. auxiliar na elaboração editais de seleção para as vagas de monitoria nas disciplinas do curso.

CAPÍTULO III

DAS VAGAS PARA MONITORIA

Art.8º - O Coordenador do curso de Administração, antes do término do semestre letivo, a partir dos projetos de monitoria propostos pelos docentes, para o semestre seguinte, define as disciplinas que necessitam de monitoria, bem como o número de vagas, e encaminha as propostas a Direção Acadêmica e Executiva para apreciação e homologação.

Art.9º - As vagas para monitoria devem ser divulgadas pelo setor de Marketing, por meio de edital, em que constem:

- I. disciplinas ofertadas;
- II. número de vagas por disciplina;
- III. período e horário para inscrição;
- IV. forma e conteúdo da seleção;
- V. documentação necessária;
- VI. critérios de aceitação;
- VII. horário de monitoria.

Art.10 - As inscrições devem ser efetuadas junto à secretaria acadêmica, no prazo estabelecido em calendário específico.

Parágrafo único – Todo o processo de inscrição e seleção deve ocorrer nos primeiros 30 (trinta) dias do período letivo.

Art.11 - O resultado do processo seletivo é publicado pelo Setor de Marketing por meio de edital.

Art. 12 - Após a publicação do resultado, o(s) monitor(es) selecionado(s) é(são) encaminhado(s) através de formulário próprio, "*Encaminhamento de Monitoria*", nº VI à Coordenação do Curso.

CAPÍTULO IV

REGIME DE MONITORIA E CARGA HORÁRIA

Art.13 - A monitoria será exercida em regime de 2 a 4 horas semanais de atividades e serão consideradas como Atividades Complementares, conforme previsto no Projeto de Monitoria de cada disciplina.

§ 1º - O aluno monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a Faculdade e em apenas uma disciplina por período letivo.

§ 2º - O término do período das atividades do aluno monitor coincide com a data fixada em calendário acadêmico para o término do semestre letivo.

Art.14 - O controle de frequência dos alunos monitores será acompanhado pelo professor orientador.

Art.15 - O acadêmico selecionado para o projeto de monitoria firma com a Faculdade um termo de compromisso correspondente ao período e às atividades a serem desenvolvidas.

Art.16 - Cada professor pode orientar no máximo dois monitores por disciplina que ministrar.

CAPITULO V OPERACIONALIZAÇÃO E PROCESSO SELETIVO

Art.17 - A seleção de monitores é acompanhada semestralmente pela Direção Acadêmica, mediante processo avaliativo conduzido pelo Coordenador de Curso, juntamente com o professor orientador.

§ 1º- Compete ao Coordenador do Curso em parceria com o professor orientador organizar, coordenar e supervisionar o processo seletivo.

§ 2º - O processo seletivo é constituído de:

- I. análise do histórico-escolar;
- II. prova escrita.

Art.18 - A classificação dos candidatos segue os seguintes critérios:

I – análise do histórico-escolar, computando uma média aritmética a partir da:

- nota na disciplina pleiteada;
- média aritmética das disciplinas concluídas;

II – avaliação da prova escrita, a qual será atribuída nota individual.

III – os candidatos são classificados em ordem decrescente pela média aritmética dos valores atribuídos pelos examinadores nas provas, sendo desclassificado o candidato que obtiver média inferior a setenta, numa escala de zero a cem.

Art.19 - Em caso de empate, considera-se a nota da prova escrita como critério para o desempate. Caso permaneça o empate, considera-se a nota atribuída quando o discente cursou a disciplina pleiteada.

CAPÍTULO VI RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 20 - A suspensão da atividade do aluno monitor pode ocorrer nas seguintes situações:

- I. por parte do aluno monitor, mediante requerimento formalizado junto a secretaria acadêmica.
- II. por parte do professor orientador, mediante justificativa encaminhada a Direção Acadêmica;
- III. Por punições disciplinares que venha sofrer o aluno no período em que se encontra no exercício da monitoria.

Parágrafo único - Uma vez aprovada a suspensão da atividade de monitoria, fica automaticamente cancelado o termo de compromisso entre o acadêmico e a Libertas Faculdades Integradas, podendo neste caso o professor orientador solicitar a substituição do monitor através de novo processo seletivo ou o segundo colocado no processo seletivo e assim por diante se este for o caso.

Art. 21 - Em caso de vacância, a substituição do aluno monitor deve ser feita ou por aproveitamento de aluno habilitado em seleção efetuada, obedecendo-se a ordem de classificação, ou através de nova seleção, quando não houver classificados.

Parágrafo único – Independentemente do motivo da substituição, o aluno monitor que se afasta deve apresentar o relatório referente ao período em que atuou no projeto.

CAPÍTULO VII RELATÓRIO FINAL

Art. 22 - O aluno monitor deve elaborar relatório final das atividades desenvolvidas no período letivo, submetendo-o à apreciação do professor orientador que o encaminhará ao Coordenador de Curso para aprovação.

Parágrafo único: Deverão estar anexados ao relatório final os registros de frequência do monitor.

Art. 23 - Após aprovação pelo Coordenador de Curso os relatórios, juntamente com os controles de frequência e dados para certificação, serão encaminhados ao Setor de Estágio, setor responsável para registro das horas de monitoria efetuadas como Atividades Complementares.

CAPÍTULO VIII EMISSÃO DOS CERTIFICADOS

Art. 24 - Ao final do exercício da monitoria, são expedidos pelo Setor de estágio certificados aos monitores e aos professores-orientadores.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - São partes integrantes do Regulamento de Monitoria os seguintes formulários:

- I. Solicitação De Monitoria
- II. Modelo De Projeto Para Solicitação De Aluno Monitor;
- III. Ficha De Inscrição Para Teste De Seleção De Aluno Monitor;
- IV. Ata Do Teste De Seleção Para Seleção Monitor;
- V. Encaminhamento De Monitoria;
- VI. Termo De Compromisso Do Aluno Monitor;
- VII. Controle De Frequência Do Aluno Monitor;
- VIII. Relatório Mensal E Final Do Aluno Monitor;
- IX. Dados Para Certificação De Atividade De Monitoria.

Art. 26 - Os casos omissos nesse regulamento serão resolvidos pela Diretoria Acadêmica e em caso de recurso pelo Conselho Superior Acadêmico.

7.5. Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Ciências Contábeis da Libertas Faculdades Integradas.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante é o órgão consultivo, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, implantação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – participar da elaboração do Projeto Pedagógico, definindo sua concepção e fundamentos, bem como as atualizações periódicas;
- II – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III – conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, a ser aprovado no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- IV – supervisionar e acompanhar as formas de avaliação do curso;
- V – analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VI – promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;
- VII – acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- VIII – exercer outras atribuições que se fizerem necessárias ao aprimoramento do curso;
- XIX – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.
- X - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- XI - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso.

Parágrafo único. Para a realização das atribuições arroladas acima, o Núcleo Docente Estruturante pode valer-se de consultoria em educação superior.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO E DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

- I – pelo Coordenador de Curso, como seu presidente;
- II – por mais 05 (cinco) professores do corpo docente, indicados entre doutores e mestres.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º. Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- I – convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II – representar o Núcleo Docente Estruturante junto aos órgãos da instituição;
- III – encaminhar as deliberações do Núcleo Docente Estruturante aos órgãos competentes;
- IV – designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo Docente Estruturante e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- V – indicar, dentre os membros do Núcleo Docente Estruturante, um vice-presidente para substituí-lo em caso de eventual ausência, devidamente justificada;
- VI – integrar o Núcleo Docente Estruturante aos demais setores da instituição.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 7º. O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 8º. As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 10. O presente regulamento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso.

São Sebastião do Paraíso, 21 de dezembro de 2010.